

**A Força de *Gendarmerie* Europeia perante os
Desafios da Segurança no Mundo**

Filipe Manuel Faria Pessoa

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais
área de especialização em Relações Internacionais**

Março, 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a
orientação científica da Professora Doutora Teresa Rodrigues
e coorientação do Coronel da GNR Jorge Esteves

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho contou desde o primeiro momento com a grande disponibilidade e indispensável ajuda da Professora Doutora Teresa Rodrigues, minha Orientadora, a quem muito agradeço as preciosas sugestões feitas e o cuidado acompanhamento dispensado.

Ao Coronel Jorge Esteves, da Guarda Nacional Republicana, meu coorientador, expresso igualmente a minha gratidão pelo entusiasmo com que me aconselhou e pela sua total disponibilidade bem como pelas importantes sugestões que foi fazendo ao longo da realização da dissertação, bem reveladoras do profundo conhecimento que tem desta temática.

Aos meus amigos e companheiros, nos bons e maus momentos da nossa passagem pela EUROGENDFOR, João Faria e Vítor Rodrigues, a minha gratidão pelo ânimo e incentivo que me transmitiram e pelas sugestões oportunas que muito contribuíram para a boa prossecução da dissertação.

Os estímulos para vencer os desafios que se nos apresentam dependem sempre e acima de tudo do modo como nos envolvemos nos objetivos que delineamos. Para que esse envolvimento seja pleno e nos permita tirar proveito de toda a nossa energia e capacidades, é importante que aqueles que mais amamos estejam sempre connosco, ainda que muitas vezes não o saibam e a distância física pareça mantê-los longe.

Aos meus pais, Filipe e Albertina, pelos valores e princípios que desde cedo me souberam transmitir e que foram e serão sempre a melhor ferramenta para continuar a caminhar.

À minha mulher, Maria João, por fazer parte desse caminho, percorrido com esforço e dedicação, particularmente nestes dois anos da minha ausência intermitente, incentivando-me a continuar e apoiando-me nos momentos de desalento.

Aos meus filhos, Gonçalo e Carolina, para quem as minhas realizações e os meus êxitos são sempre motivo de grande alegria e que com a sua inocente admiração alimentam e impulsionam a minha vontade de fazer sempre mais e melhor.

A todos muito obrigado.

RESUMO

A Força de *Gendarmerie* Europeia atravessa um período de abrandamento no seu percurso que tem gerado algumas incertezas quanto ao futuro da organização. Partindo desta constatação, procurámos analisar o seu papel no quadro da segurança global e em função disso, equacionar o seu desenvolvimento.

Começámos por focar o nosso estudo no modo como hoje se configura a segurança e nas implicações que as novas ameaças tiveram na forma como as principais organizações internacionais se adaptaram à crescente complexificação dos conflitos, sobretudo a partir do final da “guerra fria”.

Constatámos que a situação vem reclamando novas abordagens para as quais os atores tradicionais não estavam preparados. Efetivamente, após o cessar-fogo entre as partes, as hostilidades prosseguem sob outras formas, surgindo muitas vezes associadas à criminalidade e assumindo níveis elevados de violência. Não se trata de uma guerra e portanto o emprego das Forças Armadas não é adequado, mas a situação ainda não está suficientemente estabilizada de modo a que as Forças de Segurança de natureza civil tenham capacidade para a resolver.

O cenário descrito despertou o interesse da comunidade internacional para a existência das *gendarmeries* que pelas suas características, se revelaram adequadas para preencher este “vazio de segurança” e levou à criação da Força de *Gendarmerie* Europeia em 2004. As expectativas eram elevadas, mas após a participação em três missões sob a égide das principais organizações internacionais e apesar do êxito das mesmas, verifica-se que, desde janeiro de 2010, não houve qualquer solicitação para a participação da EUROGENDFOR, nas várias missões de gestão de crises que têm tido lugar.

Confrontados o atual e os anteriores comandantes com esta situação e analisadas as suas posições, em conjunto com alguma bibliografia consultada sobre o assunto, concluímos que, existe espaço para a Força de *Gendarmerie* Europeia se poder afirmar como ator relevante no âmbito das missões internacionais de gestão de crises e que a mesma tem potencial para o efeito. Contudo, existem alguns fatores que estão a condicionar o seu desenvolvimento, sendo os principais, a necessidade de um maior empenhamento político, a lentidão do processo de decisão e a falta de um diálogo permanente com as principais organizações internacionais.

PALAVRAS CHAVE: segurança; novas ameaças; gestão de crises; EUROGENDFOR; desenvolvimento.

ABSTRACT

The European Gendarmerie Force is undergoing a period of deceleration in its course, which has generated some uncertainty regarding its future. Building on this observation, we tried to analyze its role in the context of global security and as a result, consider its development.

We began by focusing our study on how security is configured today and the implications that new threats have had on how the major international organizations have adapted to the growing complexity of conflicts, especially since the end of the “cold war”.

We noted that the situation has been calling for new approaches for which traditional actors were not prepared. Indeed after the ceasefire between the parties, hostilities continue in other forms, often appearing associated with crime and assuming high levels of violence. It is not a war and therefore the employment of the Armed Forces is not adequate, but the situation is not yet sufficiently stabilized so that the civilian Security Forces have the capacity to solve it.

The scenario described sparked the interest of the international community to the existence of gendarmeries, which based on their characteristics, proved to be adequate to fill this “security gap” and led to the creation of the European Gendarmerie Force in 2004. Expectations were high, but after participating in three missions under the aegis of the major international organizations and despite their success, it appears that, since January 2010, there has been no request for the participation of EUROGENDFOR in the various crisis management missions that have taken place.

Having confronted current and previous commanders with this situation and analyzed their positions in conjunction with some bibliography on the subject, we conclude that there is room for the European *Gendarmerie* Force to claim itself as being a relevant actor in international crisis management operations and that it has potential for this purpose. However there are some factors that are constraining its development, being the main ones, the need for a greater political commitment, the slow pace of the decisional process and the lack of a permanent dialogue with leading international organizations.

KEYWORDS: security; new threats; crisis management; EUROGENDFOR; development.

ÍNDICE

Introdução

1. Enquadramento.....	1
2. Justificação do tema.....	2
3. Objeto da investigação.....	3
4. Objetivos	3
5. Metodologia	4

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo I: Desafios de segurança.....5

I. 1. Breve análise da evolução do conceito de segurança – a segurança humana....	5
I. 2. A gestão de crises e as principais organizações internacionais.....	10
I. 3. 1. A Organização das Nações Unidas.....	10
I. 3. 2. A Organização do Tratado do Atlântico Norte.....	12
I. 3. 3. A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.....	13
I. 3. 4. A União Europeia.....	15

Capítulo II: A complexificação das crises e as respostas institucionais na área da segurança.....19

II. 1. As Forças Armadas.....	20
II. 2. As Forças de Segurança de natureza civil.....	23
II. 3. As <i>Gendarmeries</i> - Forças de Segurança de natureza militar.....	25

II. 3. 1. Origens e natureza.....	26
II. 3. 2. Características principais.....	27
Capítulo III: A Força de <i>Gendarmerie</i> Europeia.....	30
III. 1. Criação da EUROGENDFOR.....	30
III. 2. Potencialidades da EUROGENDFOR.....	33
III. 3. A participação da EUROGENDFOR em missões internacionais.....	38
III. 3. 1. Missão <i>EUFOR “Althea”</i> na Bósnia-Herzegovina.....	40
III. 3. 2. Missão <i>ISAF-NATO</i> no Afeganistão.....	42
III. 3. 1. Missão <i>MINUSTAH</i> no Haiti.....	45

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo I: Instrumento de análise e definição da amostra	48
Capítulo II: Apresentação e análise dos resultados.....	51
Capítulo III: Discussão de resultados e reflexão crítica.....	62
Considerações finais e análise prospetiva.....	88
Referências Bibliográficas.....	91
Apêndice A: Guião das entrevistas.....	97
Apêndice B: Respostas às entrevistas.....	100
Anexos.....	119

Anexo A: Declaração de Intenções

Anexo B: Tratado da EUROGENDFOR

LISTA DE ABREVIATURAS

AED – Agência Europeia de Defesa

CEP – Cooperação Estruturada Permanente

CIMIN – Comité Interministerial de Alto Nível

CSCE – Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa

EGF - *European Gendarmerie Force*

EUA – Estados Unidos da América

EUFOR – *European Union Force*

EUROCORPS - *European Corps*

EUROFOR – *European Rapid Operational Force*

EUROGENDFOR – *European Gendarmerie Force*

FIEP – Associação de *Gendarmeries* Mediterrânicas e Europeias

FPU – *Formed Police Unit*

IFOR – *Implementation Force*

IPU – *Integrated Police Unit*

ISAF – *International Security Assistance Force*

KFOR – *Kosovo Force*

MINUSTAH – *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti*

MSU – *Multinational Specialized Unit*

NATO – *North Atlantic Treaty Organization*

NTMA – *NATO Training Mission Afghanistan*

ONG – Organização não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAT – *Police Advisory Teams*

PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa

PESC - Política Externa e de Segurança Comum

PNUD – Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POMLT – *Police Operational Mentor and Liaison Teams*

SFOR – *Stabilization Force*

SPU – *Stability Police Unit*

SWAT – *Special Weapons and Tactics*

UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

1. Enquadramento

A participação das Polícias nas operações internacionais de gestão de crises tem registado um incremento significativo. Entre 2003 e 2010 as necessidades da ONU em efetivos policiais triplicou, enquanto em igual período, as suas necessidades em efetivos das Forças Armadas para este tipo de operações, apenas duplicaram. A par desta necessidade crescente de efetivos de polícia, as tarefas a realizar pelos mesmos tornaram-se mais complexas, englobando desde o treino e aconselhamento das Polícias locais, à manutenção da ordem, bem como, em muitas situações, o apoio à reforma ou mesmo reconstrução das próprias instituições policiais. Esta tendência reflete o crescente reconhecimento por parte dos decisores políticos de que as Polícias têm um papel fundamental na proteção da vida humana, no fomento da estabilidade e na reconstrução das instituições no período pós-conflito (Rotmann, 2012, p. 1).

A criação da Força de *Gendarmerie*¹ Europeia (EUROGENDFOR) em 17 de setembro de 2004, gerou expectativas na comunidade internacional relativamente ao papel que a mesma iria desempenhar no quadro das instituições de segurança já existentes, nomeadamente sobre qual seria de facto o seu impacto no âmbito das operações internacionais de gestão de crises.

Tratando-se de uma Força que reúne características policiais e militares, parecia talhada para preencher um “vazio de segurança” que todos reconheciam existir, quer no período imediatamente a seguir ao final do conflito armado, quer na transição entre a fase de intervenção militar externa e a fase de transferência da autoridade para a administração civil, um autêntico “nicho” de segurança que nem as Forças Armadas nem as Forças Cíveis de Polícia tinham sido capazes de ocupar.

¹ O termo de língua francesa, foi consagrado no artº 1º do Tratado da EUROGENDFOR e deriva de *gendarmes*, que tem origem na junção de *gens* (pessoas) com *d’armes* (de armas).

Passados oito anos, a EUROGENDFOR parece vacilar, enredada em hesitações que refletem naturalmente a situação económica e financeira que alguns dos seus membros atravessam, mas que não deixam de traduzir igualmente alguma dificuldade em alcançar consensos internos relativamente aos passos que o futuro exige para que a Organização possa desenvolver-se.

2. Justificação do Tema

A gestão de crises continua a ser uma preocupação central das principais Organizações Internacionais como é o caso da ONU, da OTAN, da OSCE ou da própria UE. A segurança ou a falta dela condiciona de forma determinante o desenvolvimento de qualquer país e tem influência significativa em todos os setores da vida em sociedade.

Não basta canalizar dinheiro para economias pobres ou governos frágeis. É também necessário dar-lhes estabilidade, criando condições para que alcancem a paz e sejam capazes de a manter. O número das intervenções internacionais a este nível tem por isso registado um significativo incremento.

Constituindo a Força de *Gendarmerie* Europeia uma ferramenta de características únicas à disposição das principais Organizações Internacionais, ou mesmo de uma coligação *ad-hoc*, não parece haver qualquer motivo que justifique que esta não seja mais utilizada e as suas potencialidades não sejam plenamente exploradas.

A própria União Europeia reconhece, «*nunca ter recorrido à Força de Gendarmerie Europeia no quadro da gestão civil de crises no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) apesar de, conforme salienta, estar referido no sítio da EUROGENDFOR que esta está principalmente à sua disposição*»².

As hesitações de alguns países membros relativamente ao emprego da EUROGENDFOR em determinadas áreas de conflito recente, bem como a ausência de solicitações concretas por parte das principais Organizações Internacionais, desde que a EUROGENDFOR participou na

² Relatório do Serviço Europeu para a Acção Externa de 12 de dezembro de 2011, p. 19. Disponível em: <http://www.statewatch.org/news/2012/feb/eu-eeas-csdp-police-training-2008-2010-18536-11.pdf>

missão da ONU no Haiti em 2010, permitem concluir que existe neste momento um abrandamento no desenvolvimento da Organização que interessa analisar e perceber, de forma a avaliar a possibilidade de continuar a desenvolver o trabalho já realizado, abrindo caminho para que esta Força possa assumir um papel mais relevante nas operações de gestão de crises a nível internacional, conquistando definitivamente um espaço que parece seu mas cuja ocupação tarda em concretizar.

3. Objeto da Investigação

Este trabalho incidirá sobre o modo como hoje se equaciona a segurança no mundo, analisando em particular a gestão de crises a nível internacional e o papel que a Força de *Gendarmerie* Europeia pode desempenhar no quadro da segurança global.

4. Objetivos

A investigação que nos propomos levar a cabo procurará analisar as potencialidades da Força de *Gendarmerie* Europeia, tendo em conta os objetivos que presidiram à sua criação e o trabalho até agora desenvolvido no sentido de os concretizar, bem como, os constrangimentos mais significativos com que se depara e a forma de os ultrapassar.

Nestes termos pretende-se no final da dissertação obter resposta à seguinte pergunta de partida:

- É possível continuar a desenvolver a Força de *Gendarmerie* Europeia?

Para tal consideram-se igualmente as seguintes questões subordinadas:

- Atendendo à forma como se têm configurado os recentes conflitos internacionais e à atual natureza das ameaças à segurança, existe espaço para a Força de *Gendarmerie* Europeia se poder afirmar como ator relevante no âmbito das missões internacionais de gestão de crises?
- A Força de *Gendarmerie* Europeia tem potencial para poder desempenhar um papel importante no âmbito das missões internacionais de gestão de crises?

- Quais serão os fatores principais que poderão estar a interferir com o desenvolvimento da Força de *Gendarmerie* Europeia?

5. Metodologia

Dado que o objeto da investigação abarca essencialmente questões de natureza conceptual e interpretativa, optámos por uma metodologia qualitativa que enfatizará, por um lado, a descrição e a teoria fundamentada, e, por outro, dará especial relevância à análise do ponto de vista dos entrevistados.

Numa primeira parte do trabalho será privilegiada essencialmente a recolha e análise de bibliografia e documentos relevantes, que permitam compreender as singularidades da EUROGENDFOR, procurando-se igualmente interpretar os principais acontecimentos, que, no âmbito da segurança na Europa e no mundo, se refletiram ou podem refletir-se, de modo significativo, no desenvolvimento e consolidação desta Força.

A recolha e análise de bibliografia e documentos relevantes, incidirá igualmente sobre a participação da Força de *Gendarmerie* Europeia em missões internacionais, com vista à melhor perceção das suas potencialidades e da sua relevância no quadro da gestão de crises a nível internacional.

Numa segunda parte do trabalho, em complemento do suporte teórico, realizar-se-ão entrevistas semi-diretivas junto do atual e de todos os anteriores Comandantes da EUROGENDFOR, por se entender que tal poderá contribuir para uma melhor e mais profunda compreensão dos elementos recolhidos, que corresponda às exigências de explicitação da problemática em estudo.

Em conjunto com a análise de conteúdo das entrevistas, será feita igualmente a análise de todos os elementos relevantes recolhidos na pesquisa bibliográfica, com abertura para uma reflexão crítica nossa, com base na qual se apresentarão algumas considerações finais.

PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo I

DESAFIOS DE SEGURANÇA

I.1. Breve Análise da Evolução do Conceito de Segurança – A Segurança Humana

«O estudo da segurança enquanto elemento fulcral da teoria das relações internacionais é, em si mesmo, interdisciplinar, uma vez que abrange as dimensões psicológica, cultural, económica e histórica a par dos componentes tecnológicos, legais, políticos e militares» (Dougherty & Pfaltzgraff, 2003, p. 810).

Falar do conceito de segurança equivale portanto a entrar num campo de extraordinária complexidade, onde o perigo de nos embrenharmos em explicações teóricas infundáveis e por vezes de utilidade duvidosa, espreita a cada palavra.

Contudo, não pode deixar de considerar-se que o assunto em análise reclama um correto enquadramento conceptual que constitua base sólida de reflexão, pelo que, importa dedicar alguma atenção à evolução deste conceito, cingindo-nos contudo a uma análise breve e subordinada ao que se julga importante para o enquadramento da discussão.

Até recentemente, o conceito de segurança aparecia, no âmbito das relações internacionais, quase exclusivamente relacionado com o Estado, com a preservação da sua integridade e a inviolabilidade das suas fronteiras.

As preocupações com a segurança estavam centradas nas ameaças provenientes de outros Estados, dentre as quais a ameaça militar permanecia como sendo a principal. Com o desaparecimento da chamada “cortina de ferro”³ e consequente redução da tensão militar entre os Estados, desapareceram também inúmeras barreiras de ordem política, social e económica, verificando-se um incremento significativo nos fluxos de pessoas e bens, ao mesmo tempo que as fronteiras se tornaram mais permeáveis.

É a partir de então, que o fenómeno da globalização e os seus efeitos se acentuam e que, em consequência de todo este quadro, as ameaças à segurança se diversificam deixando de se centrar principalmente na vertente militar.

A distinção clássica entre segurança interna, ligada à criminalidade, ordem pública e investigação policial, e segurança externa, ligada à guerra, defesa, ordem internacional e estratégia, tornou-se por conseguinte obsoleta (Bigo, 2008, p. 10).

Efetivamente, as ameaças desterritorializaram-se retirando significado à noção de fronteira e esbatendo o limite entre o que é interno e o que é externo, apresentando-se agora mais difusas e difíceis de prever (Hyde-Price, 2001, p. 27).

Segundo Richard Shultz, Roy Godson e George Quester (1997, cit. por Dougherty & Pfaltzgraff, 2003, p. 816) o mapa dos conflitos que daqui resulta traduz-se num ambiente bifurcado, que encerra um paradigma estatocentrico e um paradigma transnacional.

O primeiro, inclui atores estatais arrastados por formas radicais de nacionalismo e fundamentalismo, frequentemente dispostos a apoiar o terrorismo enquanto instrumento de uma política de segurança.

O segundo, baseia-se num processo de fragmentação política em que os Estados se desintegram e perdem tanto a autoridade como o poder de governar, o que permite o desenvolvimento de um vasto número de atores subestatais e transnacionais que inclui grupos

³ Designação que significa a divisão da Europa após a 2ª Guerra Mundial, em duas zonas distintas de influência político-económica. A Europa Ocidental influenciada pelos Estados Unidos da América (EUA) e a Europa Oriental influenciada pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

étnicos radicais, movimentos secessionistas, militantes religiosos, organizações criminosas, terroristas e rebeldes.

Em face de tudo isto assistiu-se então a uma clara reorientação da política externa das principais potências, no sentido de travar uma certa “desordem” internacional – limpezas étnicas, emigração clandestina, crime organizado, terrorismo, entre outros – que se acentuara com as guerras civis, com as situações de emergência humanitária e com a multiplicação dos Estados falhados (Bayley, 2006, p. 9 e 10).

Conscientes da crescente importância que este fenómeno assumia, quer as Nações Unidas, quer a OTAN, quer até a própria União Europeia, procuraram ao longo dos últimos anos identificar e caracterizar essas ameaças. Dentre a vasta documentação produzida destacam-se os seguintes documentos de relevo:

- Relatório de 2004 da Organização das Nações Unidas, *“A More Secure World: Our Shared Responsibility - Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change – Executive Summary”* (ONU, 2004);
- Relatório do Escritório das Nações Unidas para as Drogas e o Crime (UNDOC) *“The Globalization of Crime – A Transnational Organized Crime Threat Assessment”* que veio detalhar as ameaças relacionadas com o crime organizado transnacional (ONU, 2010);
- Conceitos estratégicos da OTAN de 1991 (NATO, 1991), 1999 (NATO, 1999), e de 2010 (NATO, 2010);
- *“Uma Europa Segura num Mundo Melhor: Estratégia Europeia em Matéria de Segurança”* (UE, 2003);
- *“Alterações Climáticas e Segurança Internacional”* (UE, 2008);
- *“Relatório Anual do Conselho ao Parlamento Europeu Sobre os Principais Aspetos e as Opções Fundamentais da PESC”* (UE, 2011).

No seu conjunto foram identificadas como principais ameaças: a) ameaças militares convencionais; b) proliferação de armamento e armas de destruição em massa; c) fracasso dos

Estados; d) ciber-ataques; e) disrupção de vias de transporte vitais; f) terrorismo; g) criminalidade organizada; e h) tráficos diversos e alterações climáticas.

A par da globalização das ameaças é também muitas vezes a própria violência organizada que se verifica ter-se globalizado, envolvendo combates irregulares entre militares, paramilitares, criminosos e forças privadas, não distinguindo entre civis e combatentes. *“Os Estados já não detêm o exclusivo da violência, e estão longe de ser os únicos a perturbar ou a promover a segurança internacional”* (Tomé, 2007).

Esta nova ordem internacional obrigou a uma revisão/reorientação do conceito de segurança predominantemente focado na defesa do território, conduzindo a um ajustamento, que privilegia a sua interdependência com a segurança dos indivíduos e das comunidades.

De facto, as novas ameaças respeitam diretamente e sobretudo aos indivíduos o que faz com que a segurança passe a ser encarada como um direito da pessoa humana enquanto membro de uma sociedade.

Para este esforço de reorientação, foram fundamentais três documentos: o Conceito Estratégico da OTAN, de 1991, a Agenda para a Paz, de 1992, do então Secretário-geral da ONU Boutros Boutros-Ghali e, acima de tudo, o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano produzido no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 1994 (Haubler, 2007, pp. 1-6).

O Conceito Estratégico da OTAN, de 1991, veio reforçar a abordagem da Aliança no sentido da salvaguarda da segurança dos seus membros quer por meios militares quer por meios políticos, deixando de estar quase exclusivamente focada na defesa territorial e alargando as suas preocupações para um enfoque especial nas pessoas, através da preocupação expressa com os valores da democracia, dos direitos humanos e do estado de direito (NATO, 1991).

A Agenda para a Paz (Ghali, 1992), defende que o esforço para lidar com as ameaças à segurança internacional deve envolver um compromisso para com os direitos humanos, em

especial os das minorias, o respeito pelo princípio da autodeterminação dos povos e o respeito pelos princípios democráticos a todos os níveis da existência social.

Por último, foi determinante o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 1994, onde de forma clara se recomendava uma transição conceptual profunda da segurança militar para a segurança humana.

O ajustamento deveria ser feito seguindo dois imperativos. O primeiro fundado na alteração da ênfase colocada na segurança territorial para uma ênfase muito maior na segurança das pessoas, e o segundo, na transição da segurança baseada no poder das armas para a segurança baseada no desenvolvimento humano sustentável.

De acordo com o referido relatório, as principais ameaças à segurança humana distribuíam-se por sete categorias distintas, a saber: segurança económica da pessoa; segurança alimentar; segurança em matéria de saúde; segurança ambiental; segurança pessoal; segurança da comunidade e segurança política (ONU, 1994).

«Este conceito de segurança encerra dois postulados importantes – concretiza uma vontade internacional de ingerência quando as populações estão em perigo e marca a separação entre a segurança do indivíduo e do Estado» (David, 2001, pp. 82-83).

Tornou-se portanto necessário implementar medidas não apenas para defender a integridade territorial de um Estado contra as ameaças externas, mas também para defender as pessoas das múltiplas ameaças à sua segurança mesmo que tal seja contrário à vontade do Estado em questão.

«Com a intervenção da NATO no Kosovo, em 1999 – sem a aprovação do Conselho de Segurança⁴ mas invocando razões humanitárias para evitar que se repetisse a tragédia do Ruanda (onde a passividade internacional e a paralisia da ONU custaram centenas de milhares de mortos) - emergia o princípio da intervenção humanitária, ou melhor, da ingerência

⁴ Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

humanitária, na medida em que se aceitava poder atentar contra a soberania de um Estado para defender valores universais e os direitos humanos elementares» (Tomé, 2007).

Deste modo, a salvaguarda da segurança das populações deixou de respeitar exclusivamente ao Estado-nação enquanto prerrogativa da sua soberania, assumindo-se cada vez mais como uma clara responsabilidade da comunidade internacional. Estava portanto apontado o caminho para que onde quer que essa segurança estivesse em perigo, fosse legítima a intervenção externa.

I.2. A Gestão de Crises e as Principais Organizações Internacionais

O alargamento do conceito de segurança teve igualmente reflexos no quadro das missões de apoio à paz do pós-guerra fria, acarretando uma maior complexificação das operações no terreno com um significativo acréscimo de atores e um maior espetro de tarefas a realizar (Haubler, 2007).

Os militares estavam habituados a ter pela frente um inimigo perfeitamente identificado e um campo de batalha distinto do resto do território, onde a vida das pessoas se desenrolava com relativa normalidade.

Em cenários de gestão de crises isso não acontece, pois muitas vezes o espaço é indistinto, o que naturalmente acarreta maior complexidade, tendo obrigado a ajustamentos na forma de abordagem tradicional dos conflitos.

Importa agora analisar como é que as principais Organizações Internacionais com intervenção mais relevante nesta área se adaptaram à nova realidade.

I.2.1. A Organização das Nações Unidas (ONU)

As Nações Unidas desenvolveram as chamadas operações “multidimensionais” tendo como base a sua singular capacidade para proceder ao emprego de valências de natureza civil,

policial e militar sob uma direção única, defendendo que a gestão de crises engloba quer as respostas de tipo militar quer as não militares.

Verificamos que a partir do início da década de 90 se registou um considerável incremento deste tipo de operações. Tendo como base conceptual a já referida Agenda para a Paz (Ghali, 1992), a ONU deveria fazer incidir a sua ação em 5 áreas distintas (Doyle, 2001, p. 530):

- Diplomacia Preventiva (*preventive diplomacy*) – visando prevenir o surgimento de disputas entre as diferentes partes, prevenir que disputas existentes se transformem em conflitos e evitar que estes se espalhem caso tal aconteça.
- Promoção da Paz (*peacemaking*) – destinada a conduzir as partes hostis a um acordo através de meios pacíficos.
- Manutenção da Paz (*peacekeeping*) – traduzindo-se na presença de militares, polícias e civis das Nações Unidas consentida pelas partes, com vista a negociar a paz ou a implementar um acordo de paz.
- Imposição da Paz (*peace enforcement*) – visando garantir o cumprimento de cessar-fogo (decretado pelo Conselho de Segurança), com ou sem o consentimento das partes.
- Consolidação da Paz (*Post-Conflict Peacebuilding*) – visando promover a cooperação e o desenvolvimento económico e social na fase pós-conflito (reconciliação nacional através da reconstrução das instituições, da economia e das infraestruturas base do Estado) com o objetivo de criar confiança entre as partes e prevenir violência futura.

As operações da ONU na sua nova roupagem multidimensional passaram assim a abranger uma grande variedade de tarefas, onde para além do estabelecimento da paz, se incluem objetivos relacionados com a reconciliação e reconstrução das sociedades, que reclamam o envolvimento de especialistas de várias áreas.

Para cumprir tão grande diversidade de funções, a ONU passou a incluir nas suas missões, para além da Força militar como suporte principal da maioria das operações, polícias,

economistas, administradores, peritos legais, técnicos de comunicação e informação pública, observadores eleitorais e trabalhadores humanitários, entre outros.

A cooperação internacional no âmbito da segurança estava agora facilitada dado o novo espírito de cooperação multilateral existente, promovido principalmente por Washington D.C. e por Moscovo, em virtude do qual, o Conselho de Segurança das Nações Unidas se apresentava mais ativo do que nunca.

Assistiu-se por isso nos anos seguintes a um aumento acentuado das operações de apoio à paz autorizadas com base nas suas resoluções e a uma afirmação substancial do papel da ONU na resolução das tensões no mundo.

1.2.2. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

Também a OTAN, apesar de continuar a afirmar-se essencialmente como uma aliança militar cujo objetivo é a defesa dos seus membros, acabou por envolver-se progressivamente na componente não militar da gestão de crises a nível internacional, tendo em 1992 declarado formalmente a sua vontade de, caso a caso e mediante o acordo dos seus membros, apoiar atividades de manutenção da paz (*peacekeeping*) sob os auspícios da CSCE⁵ (Yost, 2001, p. 593 e 594).

Desde essa altura a OTAN tem vindo a assumir-se como um instrumento para intervenções no âmbito não apenas da defesa coletiva dos seus membros (conforme o texto do art.º 5º do seu tratado constitutivo⁶), mas também, da segurança coletiva da região euro-atlântica quando razões humanitárias ou ameaça potencial à paz e segurança internacionais o justifiquem (Yost, 2001, p. 593 e 594).

Este mesmo entendimento está também claramente reafirmado no seu atual conceito estratégico aprovado em 2010, em que se alarga o âmbito das operações de gestão de crises,

⁵ Conferencia para a Segurança e Cooperação na Europa, que mais tarde deixaria de designar-se Conferência e passaria a designar-se Organização – OSCE.

⁶ Disponível em http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm?selectedLocale=en

considerando tratar-se de operações multidimensionais, assumindo-se desse modo o envolvimento da Aliança em todas as fases/estádios de uma crise (NATO, 2010).

A OTAN afirma-se portanto, como um dos principais atores institucionais a nível internacional no âmbito das operações de gestão de crises. Desde a sua primeira operação de apoio à paz nos Balcãs, no início da década de 90, tem estado envolvida em missões que abrangem todo o espectro das operações de gestão de crises - manutenção da paz, treino e apoio logístico, vigilância e ajuda humanitária. Presentemente cerca de 138 000 efetivos militares estão envolvidos em missões da OTAN espalhadas pelo mundo, nomeadamente no Afeganistão, no Kosovo, no Mediterrâneo, no Corno de África e na Somália (NATO, 2013).

1.2.3. A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)

A OSCE (antes designada, CSCE⁷), que desde 1975 funcionava basicamente como instrumento diplomático de cooperação entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia, fazendo incidir a sua ação em três eixos principais de cooperação – segurança militar, domínio tecnológico e económico e questões de âmbito humanitário – acabou por ser institucionalizada como fórum alargado de diálogo sobre segurança na Europa no início da década de 90 e dotada de meios e estruturas adequadas ao desempenho dos seus objetivos.

Tendo em conta o novo panorama internacional pós Guerra Fria, a prevenção de conflitos tornou-se a sua grande prioridade (Azevedo, 2002, p. 111). A Carta de Paris⁸, de 21 de novembro de 1990 e o Documento de Praga⁹, de 31 de janeiro de 1992, através dos quais se reconheceu a sua vocação regional e se sublinhou a sua importância na prevenção e resolução de conflitos regionais e na defesa dos direitos humanos, tiveram como principal objetivo a adaptação das estruturas de segurança europeia à nova realidade política e militar nos

⁷ Designação que abandonou em 1994 na Cimeira de Budapest em resultado do reforço do seu papel na segurança europeia a partir do início da década de 90.

⁸ Disponível em: <http://www.osce.org/mc/39516>

⁹ Disponível em: <http://www.osce.org/mc/40270>

seguintes domínios: dimensão humana, segurança, cooperação económica, ambiente, cultura, trabalhadores emigrantes, questões relacionadas com o Mediterrâneo e Organizações Não Governamentais (Ramalho, 2002, p. 51).

Posteriormente, em julho de 1992, na Cimeira de Helsínquia, para além de outros desenvolvimentos de relevo, os trabalhos incidiram sobre os termos de referência da Organização que, no seu leque de preocupações, contemplavam o aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção e de gestão de crises na área de aplicação da OSCE.

O incremento das relações institucionais entre a OSCE e outras Organizações Internacionais foi igualmente contemplado no texto final da Cimeira (Documento de Helsínquia¹⁰), como via para um maior protagonismo operacional da mesma em missões de apoio à paz e de carácter humanitário.

Tal como refere Azevedo (2002, p.115) a OSCE goza de uma vantagem comparativa sobre as principais Organizações Internacionais que operam na área da gestão de crises já que se verifica plena participação de todos os seus membros na vasta região onde opera¹¹.

Por outro lado, o carácter vincadamente “diplomático”, orientado essencialmente para a prevenção de conflitos, moderação dos mesmos e prevenção da sua escalada, permitiu a afirmação da OSCE como um dos principais atores de âmbito regional desenvolvendo inúmeras missões ao abrigo dos princípios fundamentais da Ata Final de Helsínquia¹² (não recurso ao uso da força, regulação pacífica de diferendos, respeito pela soberania e direito à integridade territorial, não ingerência nos assuntos internos e respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, respeito pela igualdade e autodeterminação dos povos) com especial incidência na deteção antecipada de focos de tensão, privilegiando as missões de observação e de averiguação de factos.

¹⁰ Disponível em: <http://www.osce.org/mc/39530?download=true>

¹¹ A OSCE integra atualmente 57 países distribuídos pela Europa, Ásia e América do Norte. Disponível em: <http://www.osce.org/who>

¹² Disponível em: <http://www.osce.org/mc/39501?download=true>

De acordo com aquele documento, a OSCE pode também executar operações de manutenção da paz, devendo contudo circunscrever-se ao supervisionamento e manutenção do cessar-fogo, observação e retirada de tropas, apoio no cumprimento da lei e na manutenção da ordem, auxílio humanitário e assistência a refugiados.

Embora continuasse a privilegiar a prevenção de conflitos, a OSCE passou assim a poder intervir igualmente na fase pós-conflito, com o objetivo de ajudar a consolidar a paz e prevenir a ocorrência de novo conflito.

Com a aprovação da “Estratégia Contra as Ameaças à Estabilidade e Segurança no Século XXI”, votada em Maastricht em 2003, a capacidade da OSCE para lidar com os novos desafios na área da segurança foi reforçada e apresentada como consequência primeira da sua abordagem multidimensional da segurança, baseada no entendimento de que esta tem um carácter abrangente, cooperativo e indivisível, o que em última análise, traduz a singularidade desta Organização e explica os êxitos que, apesar de congregar um diversificado número de países e de interesses, tem conseguido alcançar.

1.2.4. A União Europeia (UE)

Por sua vez, a União Europeia, para além de todo um conjunto de medidas que foram sendo aperfeiçoadas ao longo dos anos e cujos primeiros passos mais relevantes podemos reportar ao Tratado de Maastricht¹³, com a introdução na sua arquitetura institucional de um segundo pilar especificamente dedicado à Política Externa e de Segurança Comum (PESC), acabou por conceber uma estratégia de segurança própria aprovada pelo Conselho Europeu em 2003, destinada a criar “*uma Europa mais segura num mundo melhor*”, baseada na ideia de que as principais ameaças à segurança internacional, não se resolvem apenas com recurso a meios militares e que cada crise requer uma resposta ajustada e abrangente, assente em três objetivos estratégicos essenciais (UE, 2003):

¹³ Assinado em 07 de fevereiro de 1992.

- prevenir a crise antes de ela ocorrer ou se agravar;
- criar estabilidade e segurança nos países vizinhos da União Europeia, promovendo a boa governação¹⁴;
- fomentar a aplicação do direito internacional e potenciar o papel das Nações Unidas com vista a um multilateralismo efetivo.

Trata-se assim de uma abordagem holística que pretende reunir numa espécie de parceria, as reformas políticas, económicas e sociais, com a cooperação na área da segurança (Biscop, 2008, p. 57).

Este documento que ficou conhecido como “Estratégia Europeia em Matéria de Segurança” ou “Documento Solana”¹⁵ foi alvo de revisão, por iniciativa do próprio Javier Solana, em dezembro de 2008 através do “Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança – Garantir a Segurança num Mundo em Mudança”¹⁶, tendo, entre outras alterações, havido um alargamento do âmbito das questões com que a Europa deveria ocupar-se em termos de segurança, passando a referir-se expressamente as questões ambientais, a segurança energética e a saúde pública e estabelecendo-se um nexo claro entre desenvolvimento sustentável e segurança.

¹⁴ Este objetivo veio a ser reforçado em Maio de 2004 com a aprovação pelo Conselho, da Comunicação da Comissão, designada, “Política de Vizinhança - documento de estratégia”. Este documento estabelecia as linhas estratégicas fundamentais que deveriam presidir ao relacionamento da UE com os países vizinhos do sul e do leste.

Disponível em:

http://eurlex.europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!DocNumber&lg=pt&type_doc=COMfinal&an_doc=2004&nu_doc=373.

¹⁵ Por referência a Javier Solana, à data, Alto Representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

¹⁶ Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf

Também o Tratado de Lisboa¹⁷ teve importantes reflexos na forma como a União Europeia procurava abordar as questões da segurança no mundo, nomeadamente ao nível da gestão de crises.

É desde logo patente a intenção de dar maior coerência à ação externa da União, aperfeiçoando o respetivo processo de decisão, cuja agilização sofre um significativo incremento com a criação do Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança¹⁸, e do Serviço Europeu para a Ação Externa¹⁹, destinado a apoiá-lo.

A Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) passou a fazer parte integrante da PESC, *“garantindo à União uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares”*²⁰, podendo *“os Estados-membros que constituam entre si Forças multinacionais colocá-las à disposição da política comum de segurança e defesa”*²¹.

*“O Alto Representante...vela pela coordenação dos aspetos civis e militares dessas missões”*²², que *“incluem...as missões humanitárias e de evacuação, as missões de prevenção de conflitos e de manutenção da paz, as missões de Forças de combate para a gestão de crises...”*.²³

Verifica-se assim um claro compromisso com a gestão de crises a nível internacional abrangendo, não apenas a componente militar, mas também a componente civil da gestão de crises, habilitando por conseguinte à utilização de meios militares e civis no âmbito do alargado espetro de missões que a UE pode realizar.

¹⁷ Disponível em: http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/pt_PT/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=QC3209190

¹⁸ Este cargo resulta da fusão dos cargos de Alto Representante para a Política Externa e de Segurança e do Comissário para as Relações Externas.

¹⁹ Tem como objetivo aperfeiçoar a coordenação dos meios para projeção externa, constituindo uma espécie de agência diplomática da UE.

²⁰ Conforme nº1 do artº 42º do Tratado de Lisboa

²¹ Conforme nº3 do artº 42º do Tratado de Lisboa

²² Conforme nº2 do artº 43º do Tratado de Lisboa

²³ Conforme nº1 do artº 43º do Tratado de Lisboa

Em matéria de segurança e defesa importa ainda referir que pela primeira vez foi introduzida uma cláusula de solidariedade em caso de agressão armada, ataque terrorista ou de catástrofe natural ou de origem humana, que passou a prever a assistência mútua entre os Estados-membros.

Assistiu-se igualmente ao reforço do papel da Agência Europeia de Defesa (AED) e foi também introduzido um instrumento de cooperação diferenciada entre os Estados-membros com vontade e capacidade para agirem em nome da União, designado, Cooperação Estruturada Permanente (CEP)²⁴.

Este instrumento passou a permitir que as missões mais exigentes sejam realizadas pelos Estados-membros que disponham das melhores e mais adequadas capacidades militares e que tenham assumido compromissos mais vinculativos em determinada matéria.

Tal veio na prática possibilitar que aqueles que reúnam condições, possam acionar os seus meios sem estar à espera dos restantes membros da União, criando inevitavelmente uma Europa a várias velocidades mas otimizando a sua capacidade de resposta em tempo útil.

Apesar de todas as suas idiossincrasias, a União Europeia afirma-se assim como um importante ator político global na área da segurança e defesa, garantindo uma presença internacional cada vez mais significativa e contribuindo para a paz e segurança na Europa e no mundo.

²⁴ Conforme nº 6 do Artº 42º do Tratado da União Europeia

Capítulo II

A COMPLEXIFICAÇÃO DAS CRISES E AS RESPOSTAS INSTITUCIONAIS NA ÁREA DA SEGURANÇA

Conforme referimos no capítulo anterior, a gestão de crises tem registado significativos desenvolvimentos, adaptando-se às características e objetivos de cada Organização ou país envolvido.

A utilização quase exclusiva das tradicionais capacidades militares deu lugar a sistemas complexos, onde se combinam meios mais musculados com abordagens económicas, políticas e sociais envolvendo militares, polícias e civis num esforço conjugado para manter a paz e proteger as pessoas.

Do ponto de vista da segurança, os problemas já não se resolvem apenas com a força dos militares, mas verifica-se igualmente que, ainda não se bastam com a abordagem típica da Polícia civil. Impõe-se portanto encontrar soluções que respondam a uma insegurança que, embora não apresentando características de conflito armado, também não corresponde totalmente aos cenários em que a Polícia civil normalmente intervém.

A questão tem sido analisada à luz da necessidade de preencher um “vazio de segurança”, que é visível logo na fase inicial das operações de apoio à paz e que se acentua de forma ainda mais evidente no período de transição entre a fase de intervenção militar (onde se concentra a componente militar da gestão de crises) e a fase de assunção de responsabilidades por parte das autoridades civis (onde se concentra a gestão civil de crises).

Jakobsen (2004, pp. 137 - 142) equacionou devidamente o problema, identificando claramente este “vazio de segurança” e argumentando que era preciso determinar a natureza e a extensão do envolvimento das Forças Armadas nas atividades de segurança pública no decurso das operações de apoio à paz.

Segundo aquele autor, existiam basicamente duas teorias em confronto. A primeira, que designou como a dos “*minimalists*”, defendia que as Forças Armadas podem garantir a segurança mas não devem desempenhar quaisquer tarefas no âmbito do sistema judicial (aqui incluindo também a componente policial) ou prisional, reservando estas tarefas para as Forças de Segurança e para os Tribunais.

A segunda, que designou como “*vacuum-fillers*”, defendia que o envolvimento das Forças Armadas nas atividades de segurança pública é inevitável, devendo os militares estar preparados para deter, julgar e encarcerar criminosos e elementos armados, se mais ninguém o puder fazer.

Trata-se de uma questão a que desde finais da década de 90 se tem procurado dar resposta, sem contudo, se ter resolvido completamente o problema, pois a natureza e a extensão do envolvimento das Forças Armadas na ausência ou impossibilidade das Forças de Segurança, continua a depender muitas vezes e sobretudo, de variáveis relacionadas com as características de cada crise e com o interesse dos Estados envolvidos nas operações, não obedecendo por conseguinte a um quadro pré-definido que traduza um entendimento consensual dos vários intervenientes e constitua instrumento seguro de divisão de tarefas entre Forças Armadas e Forças de Segurança.

2.1. As Forças Armadas

O objetivo principal de qualquer operação de apoio à paz é sempre o de criar condições de segurança para as populações. Tradicionalmente procurava-se alcançar esse objetivo através do estabelecimento de um cessar-fogo entre as partes, de forma a que as instituições do Estado pudessem restabelecer a ordem no respetivo território.

No entanto, quando essas instituições não funcionam ou pura e simplesmente já não existem, a comunidade internacional confronta-se com o dilema de saber se deve utilizar as Forças Armadas e como deve utilizá-las, para cumprir tarefas habitualmente atribuídas às Forças de Segurança.

No passado recente, sobretudo desde os anos 90, as Operações de Apoio à Paz das Nações Unidas depararam-se frequentemente com situações de conflito, cujas características reclamavam sobretudo uma intervenção de natureza policial e não tanto militar.

A ausência dessa capacidade de intervenção policial levou no entanto a que, em alguns casos, fossem as próprias Forças Armadas a assumir a responsabilidade pela imposição do cumprimento da lei e pela manutenção da ordem pública, evitando desse modo que se instalasse a impunidade e se mantivesse ou agravasse a insegurança das populações.

As respostas para este problema variaram contudo, consoante a interpretação dada ao mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas e consoante as limitações impostas pelas orientações políticas dos países participantes relativamente ao emprego de Forças Armadas em missões de natureza policial. Efetivamente, olhando a título de exemplo para o que aconteceu no caso da Bósnia, verificamos que a *Implementation Force (IFOR)* da OTAN e, até finais dos anos 90, a própria *Stabilization Force (SFOR)* também da OTAN, não consideravam o apoio a atividades relacionadas com a aplicação da lei como fazendo parte do seu mandato, pelo que, não procederam à definição das respetivas regras de empenhamento, levando a que o apoio dos militares na luta contra o crime fosse diverso consoante os vários setores e as limitações impostas pelos respetivos governos nacionais (Friesendorf, 2010, pp. 145 - 150).

A demora em enviar Forças de Segurança permitiu mesmo que as autoridades Servias-Bósnias tivessem tempo para preparar a evacuação forçada dos subúrbios sérvios de Sarajevo, deixando para trás um rasto de violência e destruição que a comunidade internacional não foi capaz de evitar (Caplan, 2002, p. 31).

Ainda segundo Friesendorf (2010, p. 146), o envolvimento dos militares das Forças Armadas no âmbito das atividades de reforma das Forças de Segurança locais, nomeadamente no âmbito do treino e no fornecimento de equipamento, levou a que, em virtude de um contacto mais estreito entre ambos, se assistisse a uma espécie de remilitarização das Forças de Segurança, fazendo com que estas passassem a pensar e a agir mais como soldados do que como polícias.

Tal como na Bósnia, também no Kosovo se verificou uma significativa dificuldade em lidar com a criminalidade, quer pela chegada tardia (Dziedzic, 2002, p. 51), quer pelo uso não sistemático das Forças de Segurança e pela ausência de treino e equipamento adequado das tropas da KFOR (*Kosovo Force*) da OTAN, para fazer cumprir a lei e manter a ordem (Friesendorf, 2010, pp. 145 - 150).

No seu relatório de julho de 1999 sobre a Missão das Nações Unidas no Kosovo, o Secretário-geral da ONU referiu explicitamente que, o problema de segurança do Kosovo, resultava em larga medida da inexistência de instituições capazes de impor o cumprimento da lei e de manter a ordem, o que fazia com que os criminosos ficassem impunes, tirando proveito direto deste “vazio de segurança” ²⁵.

O mesmo se passou em abril de 2003 na sequência do derrube do regime de Saddam Hussein no Iraque, onde a dificuldade ou mesmo a recusa dos militares das Forças Armadas em executar tarefas de natureza policial, permitiu que a criminalidade assumisse contornos preocupantes, apesar dos constantes apelos por parte das populações locais e das várias Organizações Não Governamentais (ONG) para que fosse reposta a ordem (Jakobsen, 2004, p. 148).

Por outro lado, o envolvimento direto das Forças Armadas nas atividades típicas das polícias que visam garantir o cumprimento da lei é sempre problemático. Os militares das Forças Armadas são treinados para combater guerras, pelo que, deter pessoas, apreender bens ou manter a ordem são coisas dissemelhantes daquelas para as quais estão vocacionados e foram preparados.

Quem provoca estes distúrbios não são os exércitos inimigos, não são os militares, são os civis e as Forças Armadas não querem, nem estão preparadas para lidar com civis (Perito, 2004, p. 4).

Tal como referia o General Wesley Clark, antigo Comandante das Forças da OTAN na Europa, *«a experiência adquirida nas operações de paz demonstra que, bons soldados,*

²⁵ Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/779

independentemente do nível de equipamento, treino, organização ou qualidades de quem os comanda, não estão aptos a executar missões policiais junto das populações locais» (Jeffrey, 1999, pp. A-17).

Para além do mais, os militares devem ser o último reduto de coercividade, chamados a intervir quando tudo o resto falhou e portanto não podem falhar. Falhar no entanto é inerente ao trabalho policial, razão pela qual as guerras terminam, mas o policiamento não. Tudo isto faz com que os militares não desejem envolver-se neste tipo de tarefas (Friesendorf, 2010, p. 20).

Segundo o Relatório do Grupo para as Operações de Paz da ONU – conhecido sob a designação de Relatório Brahimi²⁶ - esta situação era tida, já em 2000, como estando a afetar a credibilidade das operações internacionais de apoio à paz, dado que, conforme aí se argumentava, a fase inicial das operações é considerada absolutamente crucial para a afirmação da Força, o que naturalmente fica prejudicado com sucessivas hesitações quanto às tarefas a desempenhar por aqueles que primeiro chegam ao teatro de operações.

2.2. As Forças de Segurança de natureza civil

Desde que, em 1960 no Congo, foram pela primeira vez empenhados em missões de apoio à paz, aos efetivos das Forças de Segurança de natureza civil cabia essencialmente observar e relatar, apresentando equipamento e treino em conformidade com este tipo de tarefas.

Estava-lhes vedada qualquer intervenção direta, estando apenas autorizados a acompanhar e aconselhar as Forças locais, relatando superiormente o que de relevante verificassem, nomeadamente ao nível da violação dos direitos humanos.

Contudo, a partir da década de 90, a participação de Forças de Segurança de natureza civil em missões de apoio à paz sofreu um incremento significativo, passando estas a ter uma intervenção mais ativa e direta na resolução dos problemas de insegurança, e verificando-se

²⁶ Disponível em: http://www.un.org/peace/reports/peace_operations/

importantes alterações no que respeita ao tipo de emprego. Efetivamente, de um papel de simples acompanhamento da Polícia local na Namíbia em 1989/90, evoluiu-se para responsabilidades no treino e na reforma da Polícia em El Salvador, e posteriormente, com a operação no Kosovo (1999), verificou-se um avanço ainda mais importante, que se traduziu no empenhamento direto na execução de ações de policiamento em substituição da Polícia local (Hansen, 2002, p. 15).

A partir daqui, vários foram os desafios e as questões que surgiram e que em parte estão ainda hoje por resolver. Desde logo, foi necessário equacionar a necessidade de estas Forças passarem a usar arma, dado o maior risco das ações em que passaram a estar envolvidas e que já não se cingiam a tarefas de simples observação ou acompanhamento, mas antes a intervenção direta que comportava riscos reais e reclamava muitas vezes o uso da força.

Pelo mesmo motivo, foi também necessário estreitar a cooperação com as Forças Armadas, pois em determinadas circunstâncias o seu apoio era essencial, quer em termos operacionais, quer logísticos.

Tornou-se desde logo evidente que, a capacidade de desempenho das Forças de Segurança de natureza civil, era diretamente influenciada pelo nível de insegurança que encontravam, reconhecendo-se que, em muitos casos, não tinham condições para sozinhos poderem intervir.

Embora em 1994 as Nações Unidas tivessem criado alguma regulamentação de suporte para a atuação das Forças de Segurança de natureza civil em missões de apoio à paz, a inexistência de um corpo doutrinário devidamente consolidado e de reconhecida valia, amplamente difundido para este tipo de missões, que fosse comum a todos os países envolvidos e permitisse uma atuação homogénea dos elementos das várias Forças, baseada nos mesmos princípios e procedimentos, criou alguns constrangimentos, que tornavam especialmente difícil o planeamento e realização de ações conjuntas com as Forças Armadas. De resto a ausência de uma doutrina de uso comum dificultava não apenas a cooperação com as Forças Armadas, mas igualmente a atuação conjunta dos efetivos das várias Forças de Segurança de natureza civil envolvidas nas diversas missões (Hansen, 2002, p. 44).

À medida que as dificuldades foram surgindo, foram desenvolvidos esforços ao nível das Nações Unidas para regular e uniformizar procedimentos, o que se traduziu na publicação de ampla e adequada regulamentação que permitiu credibilizar a ação da sua Polícia Civil e melhorar a coordenação com as Forças Armadas. De toda a regulamentação criada destaca-se o *“Principles and Guidelines for United Nations Civilian Police”*, publicado em 2001 e que de modo sistemático e abrangente abordava as principais tarefas a realizar, consoante as diversas áreas de intervenção da Polícia Civil da ONU, nomeadamente a formação e treino, a reforma, a reestruturação e criação das Polícias locais, a componente de *“mentoring”* e *“monitoring”*, bem como as situações em que fossem assumidos poderes executivos em substituição ou em apoio da Polícia local (Hansen, 2002, p. 43).

Apesar deste esforço quer as Nações Unidas, quer as restantes Organizações Internacionais, continuam até hoje a debater-se com dificuldades em destacar efetivos das Forças de Segurança de natureza civil, em número significativo e em tempo útil, de modo a evitar que no pós-conflito se instale um certo “vazio de segurança”.

Por outro lado, a frequência com que essas Forças são incapazes de por si só resolver situações de maior violência, obrigando sistematicamente ao apoio das Forças Armadas, mina a sua credibilidade e põe em evidência as dificuldades de coordenação e de atuação conjunta de dois atores que não falam a mesma linguagem (Hansen, 2002, p. 44).

2.3. As Gendarmeries – Forças de Segurança de natureza militar

Conforme acabamos de analisar, no final dos anos 90 a comunidade internacional, fortemente empenhada em estabilizar várias regiões do globo, debatia-se com o dilema de querer agir mas de nem sempre conseguir adequar as ferramentas existentes à crescente complexidade dos conflitos com que se deparava, hesitando frequentemente entre uma intervenção mais musculada, por parte das Forças Armadas, e uma abordagem de maior proximidade com menor emprego de força, por parte das Forças de Segurança de natureza civil.

Razões de vária ordem fundamentaram em cada momento opções diferentes, a que não foram alheias vontades políticas erráticas e opiniões públicas nem sempre suficientemente esclarecidas quanto à natureza e extensão dos problemas e à melhor forma de os resolver.

É neste quadro que, o interesse pela participação das *Gendarmeries* de alguns países da União Europeia, em operações de gestão de crises, se constata ser cada vez maior, dada a crescente perceção por parte das principais Organizações Internacionais de que, este tipo de Forças reunia as características ideais para intervir naquelas situações em que, nem as Forças Armadas nem as Forças de Segurança de natureza civil eram opções adequadas, uns por excesso de força e de meios e os outros pela falta de ambos.

2.3.1. Origens e natureza

É necessário olhar para a história da *Gendarmerie Nationale* francesa, matriz originária das Forças de Segurança de natureza militar, para melhor compreender as características deste tipo de Forças e o prestígio de que gozam, principalmente nos países do sul da Europa e nas ex-colónias desses mesmos países, espalhadas pelo mundo.

A *Gendarmerie Nationale* considera-se herdeira de oito séculos de história da *Maréchaussée* de França, Força militar que foi durante séculos a única a exercer funções de polícia neste país. Colocada sob a autoridade de marechais, a *Maréchaussée* era composta por guerreiros disciplinados, encarregados de controlar e vigiar outros guerreiros fugidos e entregues à pilhagem (Alves, 2008, p. 117).

Francisco I²⁷ encarregou esta Polícia militar de velar pela tranquilidade pública no reino. Durante cerca de dois séculos, de 1536 a 1720, a *Maréchaussée* percorreu a cavalo os principais caminhos, assegurando por todo o lado a autoridade real. Em 1720 foi decidido implantar a *Maréchaussée* em pequenos postos fixos espalhados pelo território, organizados em *brigades* e companhias (Alves, 2008, p. 118).

²⁷ Rei de França entre 1515 e 1547.

Esta distribuição e fixação territorial decidida pelo Ministro da Guerra, Claude Le Blanc, marcou a transição de um modelo de policiamento itinerante, para um modelo de policiamento sedentário, traduzido numa rede permanente e contínua de controlo sobre o território que, continua a ser, até aos dias de hoje, a marca distintiva do policiamento próprio das *Gendarmeries*. Quando em 16 de fevereiro de 1791 a *Maréchaussée* foi oficialmente substituída pela *Gendarmerie Nationale*, esta manteve a mesma estrutura territorial e estatuto militar (Gobinet, 2011, p. 30).

Este modelo difundiu-se por grande parte do continente europeu através da administração napoleónica e acabou igualmente por ser replicado em muitos países africanos, bem como na América Latina e no Canadá (Alves, 2010, p. 150).

Segundo François Dieu (2002, cit. por Alves, 2010, p. 151), o modelo assenta em três ideias de força: a polivalência, a proximidade e a continuidade.

A polivalência realiza-se, por um lado, através da extrema diversidade de missões que as *Gendarmeries* executam e por outro, (por se encontrar na primeira linha de serviço público) pelo confronto com os mais variados fenómenos de crise.

Quanto à proximidade, ela está associada à própria fundação da *Gendarmerie* e traduz-se na forma como o policiamento privilegia o contacto estreito com as populações e o conhecimento profundo dos lugares e das pessoas.

Em relação à continuidade, François Dieu argumenta que, ela deriva do facto de a ação das *Gendarmeries* consistir em garantir o serviço público em todas as circunstâncias, funcionando como interface entre a defesa e a manutenção da ordem, entre a segurança externa e a segurança interna do território, representando a soberania do Estado e no Estado.

2.3.2. Características Principais

No que para este trabalho interessa, importa no entanto e sobretudo salientar as características únicas de que se revestem, nomeadamente o treino a que os seus elementos

são sujeitos, algum armamento e equipamento militar comum às Forças Armadas, bem como uma organização muito semelhante e uma disciplina rigorosa, partilhando princípios, valores, tradições e alguns aspetos doutrinários com as Forças Armadas, apesar de na essência serem Forças de Segurança, o que lhes permite facilmente adaptarem-se a situações de maior exigência e adotarem formas de intervenção mais musculada, integrando-se facilmente, se necessário for, numa cadeia de comando militar com unidades constituídas e preparadas para o efeito (Weger, 2009, p. 45).

Normalmente estas Forças estarão igualmente sujeitas ao direito e à justiça militar, sendo que nalguns casos desempenham funções de Polícia Militar²⁸. Por vezes integram mesmo as Forças Armadas, como é o caso italiano e holandês ou poderão ser colocadas na dependência operacional do respetivo Chefe de Estado-Maior-General em situações de emergência ou estado de sítio, como é o caso português, espanhol ou romeno (Weger, 2009, p. 46).

A maior parte delas apresenta portanto em termos genéricos as seguintes características (Lutterbeck, 2004, p. 47):

- dupla dependência do ministério da administração interna/interior e do ministério da defesa;
- estrutura organizacional de tipo militar (o que faz delas uma Força mais centralizada e hierarquizada do que as Forças de Segurança de natureza civil);
- equipamento e armamento mais “pesado” (veículos blindados, aeronaves, helicópteros, armas ligeiras de infantaria, etc.) do que as Forças de Segurança de natureza civil e consequentemente maior capacidade repressiva;

²⁸ Casos da *Gendarmerie Nationale* da França, da *Arma dei Carabinieri* da Itália e da *Royal Marechaussee* da Holanda.

Neste caso deve entender-se como “Polícia Militar” o exercício da função polícia, exclusivamente no interior das Forças Armadas, em proveito das mesmas, tendo como objeto a instituição e os militares e como objetivos a disciplina e a justiça militares. Note-se, porém, que nalguns países, como é o caso do Brasil, se verifica a existência de Corpos com a designação de “Polícia Militar” mas com jurisdição civil. O designativo “militar” indica, neste caso, a qualidade da instituição e não o seu objeto funcional. A Polícia militar está nas ruas no exercício de policiamento civil. Na realidade trata-se de um corpo militar de polícia (Alves, 2008, p. 112).

A Força de *Gendarmerie* Europeia definiu de resto num documento designado “Estatuto de Membro, Observador e Parceiro”, aprovado pelo CIMIN²⁹ (Comité Interministerial de Alto Nível) em 15 de novembro de 2007, em Amsterdão, o que considera ser uma Força de *Gendarmerie*.

Assim nos termos do referido documento deverá tratar-se de uma *“Força com uma jurisdição abrangente no seu país incumbida da prevenção da criminalidade e dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos e cujos membros possuam formação de base militar e policial”*.

Não sendo esta uma definição que encerre todas as características que uma Força deste tipo deverá possuir, ela tem o mérito de fixar a dualidade da realidade destas Forças que, independentemente das diferenças que possam apresentar entre si, apresentam sempre características mistas, reunindo aspetos de raiz marcadamente policial com outros que são claramente coincidentes com a matriz própria das Forças Armadas.

²⁹ Nos termos do artº 3º do Tratado da EUROGENDFOR, que se constitui como anexo B a esta Dissertação, trata-se do Órgão responsável pela tomada de decisões relativas à EUROGENDFOR. Nos termos do artº 7º do mesmo Tratado, o CIMIN é composto por representantes dos competentes ministérios de cada parte. Na prática é a este Órgão que cabe a condução política e estratégica da EUROGENDFOR.

Capítulo III

A FORÇA DE *GENDARMERIE* EUROPEIA

3.1. A Criação da EUROGENDFOR

A ideia de institucionalizar a cooperação entre as *Gendarmeries* dos países mediterrânicos, surgiu pela primeira vez em outubro de 1992, por iniciativa do Diretor-Geral da *Gendarmerie Nationale* francesa, com o objetivo de reunir sob um único quadro jurídico, todas as formas de cooperação já existentes entre as *Gendarmeries* de França, Itália e Espanha, nomeadamente, ao nível da formação e treino e das medidas que visavam a troca de experiências e conhecimento adquirido na prática policial. Em maio de 1994, foi assinado em Madrid, o designado, Acordo FIE³⁰. Com a adesão da Guarda Nacional Republicana em 1996, o Acordo passou a designar-se FIEP³¹. A FIEP tinha como objetivo principal o desenvolvimento da cooperação policial entre os países mediterrânicos com Forças de Segurança de natureza militar, tendo no entanto admitido desde logo a possibilidade de alargamento a outros países fora da bacia mediterrânica (Hoogenboom, 2011, pp. 104 - 106).

Presentemente, fazem parte da FIEP, enquanto Associação de *Gendarmeries* Mediterrânicas e Europeias, as *Gendarmeries* de França, Itália, Espanha, Portugal, Holanda, Roménia, Turquia, Marrocos e Jordânia. Para além destes países com o estatuto de membro, a FIEP conta ainda com as *Gendarmeries* da Argentina e do Chile como Forças associadas e com a *Gendarmerie* do Qatar como observador (FIEP, 2012).

A cooperação que deste modo se desenvolveu, contribuiu para evidenciar ainda mais as virtualidades e potencialidades de um tipo de Força que, conforme atrás se referiu, se situa numa posição intermédia entre aquilo que são as Forças de Segurança de natureza civil e as

³⁰ Significando as letras do acrónimo adotado, as iniciais do nome dos respetivos países signatários.

³¹ Ao acrónimo FIE (França, Itália e Espanha) juntou-se então a letra “P” correspondente a Portugal, passando o acrónimo FIEP a designar a Associação de *Gendarmeries* Mediterrânicas e Europeias.

Forças Armadas, apresentando características comuns a ambas, mas desempenhando essencialmente missões de natureza policial, o que faz com que se constitua como uma Força extraordinariamente flexível e adaptável a diversos cenários.

A constatação desta realidade e da oportunidade que ela representava para a afirmação internacional de um modelo de policiamento de matriz militar, levou a que fosse decidido aprofundar ainda mais a cooperação já desenvolvida entre alguns países no seio da FIEP e a que, em 17 de setembro de 2004 em Noordwijk na Holanda, a França, Itália, Holanda, Portugal e Espanha procedessem à criação da Força de *Gendarmerie* Europeia (EUROGENDFOR).

Fazia-se constar na Declaração de Intenções³² então assinada pelos respetivos Ministros do Interior ou da Defesa (consoante os casos) que esta iniciativa “*visava contribuir para o desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e Defesa (...) e dotar a Europa com capacidade plena para cumprir todas as missões de natureza policial ao nível das operações de gestão de crises, no quadro da Declaração de Petersberg*”³³.

Trata-se portanto de uma Força Internacional de Polícia, composta pelas *Gendarmeries* (Forças de Segurança de natureza militar) de Portugal (*Guarda Nacional Republicana*), Espanha (*Guardia Civil*), França (*Gendarmerie Nationale*), Itália (*Arma dei Carabinieri*) e Holanda (*Koninklijke Marechaussee*), cuja institucionalização foi depois objeto de Tratado assinado entre as partes em 18 de outubro de 2007 em Velsen, na Holanda e a que em 17 de dezembro do ano seguinte se juntou a Roménia (*Jandarmeria Romana*).

Para além das *Gendarmeries* dos seis países membros, a EUROGENDFOR conta ainda com a participação da *Jandarma* (*Gendarmerie Turca*), a que foi atribuído o estatuto de Observador, e com a participação da *Zandarmeria Wojskowa* (*Gendarmerie Militar Polaca*) e do

³² Constitui-se como anexo A a esta Dissertação.

³³ Disponível em: <http://www.weu.int/documents/920619peten.pdf>

Viesojo Saugumo (Serviço de Segurança Pública Lituano), a que foi atribuído o estatuto de Parceiros³⁴.

O Quartel-General Permanente da Força de *Gendarmerie* Europeia encontra-se localizado em Vicenza, no norte de Itália e é composto por 36 efetivos (oficiais, sargentos e praças), dos diversos países membros, que asseguram as funções típicas de estado-maior de um Quartel-General, distribuídos pelas seguintes áreas: pessoal, informações, operações, planeamento, formação, logística, sistemas de comunicações e finanças (European Gendarmerie Force, 2012).

A criação da EUROGENDFOR veio incrementar o desenvolvimento da cooperação e da interoperabilidade entre estas Forças de Segurança de natureza militar, através da *“constituição de uma estrutura operacional, pré-organizada, robusta, com capacidade de projeção rápida, atuando independentemente ou em conjunto com outras Forças, apta a assegurar todo o espectro de missões policiais, por via da substituição ou do reforço (das polícias locais) durante todas as fases de uma operação de gestão de crise”*³⁵.

Embora a estrutura da Força de *Gendarmerie* Europeia não contemple uma Força de natureza permanente, é possível através dos países membros e sob coordenação do Quartel-General Permanente, a mobilização de um total de 800 efetivos num prazo máximo de 30 dias³⁶, podendo este número ser posteriormente aumentado até 2300 efetivos se necessário. A Força de *Gendarmerie* Europeia foi desde logo colocada à disposição da União Europeia, da

³⁴ O Estatuto de Observador pode ser atribuído a uma Força de Segurança de natureza militar apta a desenvolver todo o espectro de missões de natureza policial, pertencente a um país europeu que não seja membro da União Europeia.

O Estatuto de Parceiro pode ser atribuído a uma Força de Segurança de natureza militar, apta a desenvolver algumas missões de natureza policial, pertencente a um país membro da União Europeia ou que seja candidato a membro da União Europeia.

³⁵ Conforme art.º 1º e art.º 4 do Tratado da EUROGENDFOR.

³⁶ Conforme nº 5 da Declaração de Intenções.

ONU, da OTAN e da OSCE, não excluindo quaisquer outras Organizações Internacionais ou coligações *ad-hoc*³⁷ (Hovens, 2011, p. 156).

3.2. Potencialidades da EUROGENDFOR

Segundo Armitage e Moisan (Armitage & Moisan, 2005, p. 4), a história recente mostra-nos que a eficácia de uma operação de gestão de crise exige a intervenção de pelo menos três tipos de Forças:

- Forças de combate (Forças Armadas) de elevada qualidade, para neutralizar adversários hostis devidamente organizados;
- Forças de Segurança de natureza militar, para lidarem com alterações da ordem/distúrbios civis e outras situações de violência organizada de menor intensidade;
- Forças de Segurança de natureza civil e Autoridades Judiciárias, para reativarem ou reconstruírem o sistema de administração da justiça.

Tendo por base o constante na Declaração de Intenções, a EUROGENDFOR pode atuar sob autoridade civil ou sob comando militar e poderá intervir em qualquer fase de uma operação de gestão de crise, nomeadamente:

- Na fase inicial, entrando no teatro de operações com as Forças Armadas, para cumprir missões de natureza policial;
- Na fase de transição, com ou sem as Forças Armadas, para facilitar a coordenação e a cooperação com unidades locais ou internacionais de polícia;
- Na fase de retirada, facilitando a transferência de responsabilidades para as autoridades civis.

Esta versatilidade não é comum aos outros dois tipos de Forças (Forças Armadas e Forças de Segurança de natureza civil).

A criação da EUROGENDFOR veio assim preencher um espaço “vazio”, um verdadeiro “*nicho de segurança*” nas palavras de Armitage e Moisan (Armitage & Moisan, 2005, p. 4). A sua

³⁷ Conforme art.º 5º do Tratado da EUROGENDFOR.

capacidade para operar inserida numa cadeia de comando militar e as suas afinidades com as Forças Armadas fazem com que seja possível aproveitar desde o início da operação a presença de uma Força Policial cuja sensibilidade para lidar com um ambiente frequentemente caracterizado por graves alterações da ordem pública em resultado de fortes tensões políticas, sociais e religiosas constitui uma significativa mais-valia.

Segundo Bigo (2000, cit. por Weger, 2009, p. 27) o espectro alargado de atividades que as *Gendarmeries*, são capazes de levar a cabo permite-lhes estar presente onde as Forças de Segurança de natureza civil não se atrevem a ir e onde as Forças Armadas não querem ou não sabem como intervir.

Também Bowling e Newborn (2006) sustentavam que a “agenda das questões de segurança” se apresentava cada vez mais abrangente incluindo ameaças de natureza civil, criminal e militar, razão pela qual o emprego de Forças de Segurança de natureza civil estava mais dificultado. Para além disto os problemas com que as Polícias se confrontavam passaram a assumir frequentemente uma dimensão internacional e características de maior violência (Bruggeman, 2011, p. 60).

A facilidade com que essa violência se instala em resultado do “vazio de segurança” traduzido na ineficácia das instituições policiais a quem cabe garantir a aplicação da lei e a apresentação aos tribunais daqueles que a não cumprem, proporciona um terreno fértil para o aumento da criminalidade organizada, comprometendo desse modo a estabilidade de um país ou região e dos seus vizinhos (Kritz, 2001, p. 806).

Adequadamente equipadas e melhor preparadas para lidar com situações de perturbação da ordem que, já não apresentem ou ainda não apresentem, características de conflito armado entre as partes, as *Gendarmeries* são, por isso, uma ferramenta mais ajustada para intervir nestas situações do que as Forças Armadas, ao mesmo tempo que conseguem igualmente oferecer segurança à população segundo referenciais e expectativas de atuação próprios de uma Polícia civil sem contudo apresentarem as limitações desta. Esta capacidade faz com que não sejam identificadas com as Forças Armadas, ou seja, com aqueles que acabaram de fazer a guerra (Weger, 2009, p. 37),

A capacidade de projeção de uma Força de até 800 efetivos, num prazo de 30 dias, com uma componente de suporte logístico próprio³⁸, constitui igualmente um fator relevante, que potencia o emprego deste tipo de Força e constitui significativa mais-valia, atendendo a que o tempo é muitas vezes um fator determinante no êxito destas missões.

Já antes da criação da Força de *Gendarmerie* Europeia, Lutterbeck (2004, p. 63), defendia que era expectável que as *Gendarmeries* continuassem a afirmar-se e a atrair o financiamento dos governos e que países onde este tipo de Forças não existiam as viessem a instituir.

É também nesta linha que Weger (2009, p.46-51) vem defender que se deve expandir a EUROGENDFOR, inclusivamente para fora das fronteiras da União Europeia, integrando mesmo Forças de Segurança de natureza civil, desde que correspondam aos critérios estabelecidos pela EUROGENDFOR.

O interesse por este tipo de Forças tem de facto aumentado. Entre outros, importa salientar o caso dos Estados Unidos da América (EUA) onde o assunto tem suscitado a atenção crescente de altos responsáveis militares³⁹ e de vários especialistas na área da segurança e defesa⁴⁰ que defendem claramente serem este tipo de Forças adequadas para repor e manter a ordem após o fim da intervenção armada, devendo os EUA investir na sua criação (Hovens, 2011, p. 159).

Neste campo destaca-se a posição de Robert Perito (2004, p.4) que já em 2004 sustentava, que «os EUA deveriam criar uma “Força de Estabilização” composta por efetivos de Polícia de natureza militar (*constabulary forces*), efetivos de Polícia de natureza civil e

³⁸ Prevista no nº 5 da Declaração de Intenções.

³⁹ Caso do General Wesley Clark (2001, cit. por Hovens, 2011, p.151) , antigo Comandante das Forças da OTAN na Europa entre 1997 e 2000, que em 2001, referindo-se às tarefas de natureza policial afirmou: «A maior parte dos militares simplesmente não é capaz de cumprir tais tarefas de forma eficaz e não deveriam ter a responsabilidade primária pela sua execução. Os países terão de desenvolver a capacidade para projetar Forças robustas de tipo policial...»

⁴⁰ Robert Perito, do *United States Institute of Peace* e Terrence Kelly, da *RAND Corporation* (2004, cit. por Hovens, 2011, p.159) e John Clarke, do *George C. Marshall European Center for Security Studies*, (2005, cit. por Hovens, 2011, p.159).

especialistas/técnicos no âmbito judicial, por forma a lidar com os problemas próprios da fase pós-conflito», sublinhando que – «intervir militarmente, deixando para trás a anarquia, apelidando-a como paz, não é a solução».

Perito (2004, p.5) defende claramente que para lidar com manifestações violentas, *gangs* armados e criminalidade organizada, a Força destacada deverá incluir unidades multinacionais de Forças de Segurança com natureza militar. Segundo argumenta, estas preenchem o espaço vazio entre as ações próprias das Forças Armadas e as tarefas levadas a cabo pelas Forças de Segurança de natureza civil, apresentando características de ambas e sendo capazes de uma projeção rápida no terreno e de uma resposta adequada a situações que requerem uma abordagem mais robusta do que aquela que as Forças de Segurança de natureza civil são capazes de realizar, mas que já não exigem o poder de fogo de Unidades de Infantaria das Forças Armadas. Na opinião deste autor, estas Forças são treinadas para lidar com civis e são capazes de o fazer utilizando a mínima força necessária para o efeito, podendo ao mesmo tempo servir de ponte entre as Forças Armadas e as Forças de Segurança de natureza civil.

Michael Dziedzic, especialista do *United States Institute of Peace* e a Coronel do Exército americano, Christine Stark, foram ainda mais longe, afirmando em junho de 2006, que «o sucesso das missões atuais e futuras da ONU, OTAN, UE ou quaisquer outras Organizações Internacionais ou coligações ad-hoc, depende cada vez mais da capacidade para criar, em quantidade e qualidade, as necessárias SPU - *Stability Police Units*⁴¹» (Dziedzic & Stark, 2006, p. 2).

Também na Alemanha o assunto parece estar na ordem do dia, existindo já alguns estudos que apontam para a necessidade de se ponderar a criação de uma Força deste tipo, especificamente para ser empregue no âmbito das operações internacionais de gestão de crises em que a Alemanha participe (Steeves & Wal, 2012, p. 5).

⁴¹ Deverá entender-se esta designação como compreendendo respetivamente, as: FPU – *Formed Police Units* (designação utilizada pela ONU), as IPU – *Integrated Police Units* (designação utilizada pela UE) e as MSU – *Multinational Specialized Units* (designação utilizada pela OTAN). Em qualquer dos casos, trata-se de Unidades compostas por efetivos de Forças de Segurança de natureza militar do tipo *Gendarmerie* (Center of Excellence for Stability Police Units, 2005).

Segundo refere Michiel Weger (2009, p.24), também as principais Organizações Internacionais têm vindo, nos últimos anos, a mostrar um interesse crescente relativamente a este tipo de Forças.

De resto, este autor (2009,pp.34-37) considera mesmo que, a existência deste tipo de Forças no quadro da Força de *Gendarmerie* Europeia, acaba por conferir aos respetivos países uma vantagem competitiva relativamente a outros que as não têm, contribuindo para uma maior integração europeia e estreitando o diálogo e a cooperação entre os mesmos.

3.3. A Participação da EUROGENDFOR em Missões Internacionais

Figura 1 – Representação geográfica da presença da EUROGENDFOR em Missões Internacionais



Fonte: Composição do autor a partir de imagem disponível em:

<https://www.google.com/search?q=mapa+mundo+imagens&hl=pt-PT&client=firefox-a&hs=NRz&rls=org.mozilla:en-US:official&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=ZEdHueWKFOw4ASm9oCoDw&ved=0CC4QsAQ&biw=1280&bih=931>

Criada a Força de *Gendarmerie* Europeia em 17 de setembro de 2004 e declarada operacional em 20 de julho de 2006 (European Gendarmerie Force, 2012), impunha-se então a sua participação numa missão. Várias foram as hipóteses levantadas.

Segundo Weger (2009, p. 20), a França sugeriu uma missão no âmbito da formação de polícias no Iraque ou no Congo, não tendo contudo surgido qualquer pedido nesse sentido por parte de nenhuma Organização Internacional. Dos contactos com a União Europeia surgiram hipóteses relativamente ao Kosovo e à Bósnia-Herzegovina.

Em relação ao Kosovo, o mesmo autor refere que, a Espanha opunha-se a uma participação argumentando que tal acabaria por legitimar as posições separatistas deste território e criaria dificuldades internas em Espanha por causa das pretensões da região basca.

A Itália também preferia uma participação na Bósnia, dado que tinha um maior número de efetivos da *Arma dei Carabinieri* já presentes naquela região.

Foi então alcançado um acordo entre os países membros que conduziu à decisão de participar na missão da EUFOR (*European Force*) na Bósnia-Herzegovina, onde a maior parte dos países membros já participavam com Forças nacionais. Este facto facilitou a “estreia” da EUROGENDFOR, quer pela familiarização dos seus membros com o teatro de operações, quer pela proximidade do mesmo e pelo apoio logístico já existente.

Com a missão na Bósnia-Herzegovina a decorrer, que só terminaria em outubro de 2010, a EUROGENDFOR acabou por se envolver em dezembro de 2009 no esforço internacional para a estabilização do Afeganistão por solicitação formal da OTAN que, na sua cimeira de Strasbourg-Kehl, no início de abril desse ano, entendeu que esta Força poderia desempenhar um papel importante no âmbito da “*NATO Training Mission - Afghanistan*” (Missão de Treino/Formação da OTAN no Afeganistão) inserida na missão da ISAF (*International Security Assistance Force*) da OTAN no Afeganistão (European Gendarmerie Force, 2012).

Tal como na Bósnia-Herzegovina, também esta missão contava já com a participação de Forças dos países membros, estando igualmente garantido o apoio logístico.

Em janeiro de 2010, estando ainda em curso as duas missões anteriores, o sismo ocorrido no Haiti e o consequente caos daí resultante, com evidentes repercussões numa já de si muito fragilizada situação política e social, levou a que, na sequência de um pedido das Nações Unidas, o CIMIN decidisse pela participação da EUROGENDFOR naquela que seria a sua primeira missão sob a égide da ONU.

Esta participação foi igualmente inovadora pelo facto de se tratar acima de tudo de uma situação humanitária, pelo facto de a EUROGENDFOR ter atuado pela primeira vez sob autoridade civil e ainda pela necessidade de encontrar soluções que permitissem a sustentabilidade logística própria.

Importa agora apresentar alguma informação relevante sobre cada uma destas missões por forma a melhor compreender as potencialidades da EUROGENDFOR referidas anteriormente.

3.3.1. Missão EUFOR “Althea”⁴² na Bósnia-Herzegovina

A guerra na Bósnia-Herzegovina foi o mais grave conflito armado na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Em resultado deste conflito mais de 200 000 pessoas perderam a vida, cerca de 20 000 desapareceram e 1,2 milhões foram deslocados. O país foi dividido segundo critérios étnicos. A guerra fratricida na qual os civis foram o principal alvo, deixou um legado de ódio e medo generalizado (ONU, 2002).

A OTAN, inicialmente através da IFOR (*Implementation Force*) e depois através da SFOR (*Stabilization Force*), envolveu-se pela primeira vez em operações de paz, tendo em janeiro de 1996 no seguimento do Acordo de Dayton⁴³, encaminhado para a Bósnia cerca de 60 000 efetivos. Contudo, desde cedo se apercebeu das dificuldades em lidar com as situações mais complicadas ao nível da alteração da ordem pública e da criminalidade mais grave, optando em 1998 pelo emprego de Forças de Segurança de natureza militar, tendo para o efeito sido criada uma MSU (*Multinational Specialised Unit*) com um efetivo de 386 elementos dos quais 75% pertenciam à *Arma dei Carabinieri* de Itália (Friesendorf, 2010, p. 41).

A MSU criada em 02 de agosto de 1998, uma inovação introduzida durante a missão da OTAN na Bósnia, teve um papel fundamental no preenchimento do “vazio de segurança” que aí se verificava. Parte integrante da SFOR, foi destinada num primeiro momento a garantir a segurança e ordem necessárias ao processo eleitoral de outubro desse ano, acreditando-se ter sido a melhor ferramenta para preencher o referido “vazio de segurança” (Wisler, 2005).

⁴² Designação atribuída como referência à deusa grega da cura. Disponível em: http://ancien.operationspaix.net/IMG/pdf/ISS_European_security_and_defence_policy_the_fist_10_years_2009_.pdf#page=213.

⁴³ Acordo de Paz para a Bósnia-Herzegovina, negociado em Dayton, Ohio nos EUA e assinado a 14 de dezembro de 1995 em Paris, França.

As ações levadas a cabo pela MSU incluíam, entre outras, recolha de informações, segurança de áreas específicas, manutenção da ordem pública e apoio às Forças Locais de Polícia. Este leque de capacidades indica que, as MSU constituem verdadeiramente ferramentas específicas de manutenção da paz, operando em circunstâncias em que a Polícia local ou não é capaz ou não quer lidar com os problemas de segurança pública e em que o recurso às Forças Armadas se considera desadequado (Haubler, 2007, p. 114).

Com a substituição da SFOR (missão da OTAN) em 02 de dezembro de 2004 pela EUFOR “Althea” (missão militar da União Europeia), a MSU integrou a nova Força, tendo passado a designar-se IPU (*Integrated Police Unit*). Esta Unidade foi inicialmente dotada com cerca de 550 efetivos, provenientes sobretudo da *Arma dei Carabinieri* de Itália e assumiu a missão de contribuir para criar as condições de segurança necessárias para a implementação do Acordo de Dayton e de garantir o necessário apoio aos elementos da comunidade internacional presentes no país.

A 22 de novembro de 2007 a EUROGENDFOR iniciou a sua participação na Missão Althea da EUFOR, tendo assumido a responsabilidade pelo comando da IPU bem como a coordenação dos contributos em efetivos para a mesma, por parte dos países membros.

Foi então necessário proceder a ligeiros ajustamentos na estrutura de comando da IPU adaptando-a em consonância com a doutrina da EUROGENDFOR e prover pela participação de efetivos dos vários países membros na sua composição, respeitando assim o necessário caráter multinacional das missões da EUROGENDFOR.

De acordo com o mandato recebido, a missão da IPU da EUROGENDFOR estava essencialmente focada na manutenção da ordem pública, criminalidade organizada e corrupção, criminosos de guerra, terrorismo e outras ameaças à estabilidade política e institucional do país.

Para tal contava com cerca de 224 elementos que, para além da estrutura de comando, se distribuíam por duas companhias de manutenção da ordem pública, o *specialized element*⁴⁴ (que era composto por sete equipas de investigação criminal) e ainda por uma componente de apoio logístico.

A participação da EUROGENDFOR na Missão “Althea” na Bósnia-Herzegovina foi a primeira missão da recém-criada Força de *Gendarmerie* Europeia. Esta missão decorreu durante quase três anos, entre 22 de novembro de 2007 e 28 de outubro de 2010, tendo contribuído de modo significativo para o estabelecimento de um ambiente de segurança na Bósnia-Herzegovina e representa por conseguinte, um marco na história da Organização. É igualmente considerada, uma primeira demonstração da sua credibilidade no âmbito das operações de gestão de crises (European Gendarmerie Force, 2012).

3.3.2. Missão ISAF-NATO no Afeganistão

Quando em dezembro de 2009 se iniciou a participação da Força de *Gendarmerie* Europeia na missão da ISAF (*International Security Assistance Force*) no âmbito da OTAN, no Afeganistão, o país estava a passar por um processo de reconstrução após décadas de uma guerra civil que causou mais de um milhão e meio de mortos, cerca de 4,5 milhões de refugiados e que deixou as principais infraestruturas bem como a economia, sociedade e estruturas governativas, completamente devastadas. A situação, já de si bastante frágil, foi ainda influenciada por fatores de perturbação adicional a partir de 2006, como foi o caso das ações levadas a cabo pelos Taliban⁴⁵, bem como, o forte incremento da produção ilegal de estupefacientes e a dificuldade de controlo governativo para além dos limites da capital do país (Peace Operations Monitor, 2009).

⁴⁴ Componente da Força que integra as especialidades policiais julgadas necessárias para cada missão (investigação criminal, inativação de engenhos explosivos improvisados, etc.).

⁴⁵ Movimento fundamentalista e nacionalista islâmico, oficialmente considerado como organização terrorista pela Rússia, Estados Unidos da América e União Europeia.

Segundo o Relatório do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, apresentado ao Congresso americano em janeiro de 2009, a Polícia Nacional Afegã debatia-se com generalizada corrupção interna, carência de instrutores e ausência de esforços conjugados por parte da comunidade internacional no sentido de fomentar o seu desenvolvimento⁴⁶.

Perante a carência de efetivos por parte da *EUPOL Afghanistan* (Missão de Polícia da União Europeia no Afeganistão) e na sequência de uma proposta apresentada em 19 de março de 2009 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da França aos seus congéneres da UE no sentido de se recorrer à Força de *Gendarmerie* Europeia para minorar tal situação, acabou por se alcançar um acordo nesse sentido, tendo mesmo o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido afirmado que «*desde que devidamente coordenado com a OTAN, tal ideia poderia de facto ser bastante útil*» (Gros-Verhyde, 2009).

Segundo o mesmo autor, a vantagem de se recorrer à EUROGENDFOR estava no facto de se tratar de uma Força de Segurança de natureza militar que conseguia cumprir tarefas de natureza policial num ambiente fortemente desestabilizado, argumentando ainda que se tratava de efetivos mais autónomos do que os elementos da *EUPOL*, já que se encarregavam da sua própria segurança e podiam por isso mais facilmente ser integrados na *ISAF*.

A Missão de Treino da OTAN no Afeganistão (*NTM-A - NATO Training Mission in Afghanistan*) inserida na *ISAF-NATO* e criada em 4 de abril de 2009 tinha, entre outros objetivos, o de “*training*” (instrução, formação) e o de “*mentoring*” (aconselhamento, tutoria) junto da Polícia Nacional Afegã em complemento da Missão de Polícia da União Europeia⁴⁷.

O envolvimento da EUROGENDFOR visava exatamente contribuir para o desenvolvimento destas duas áreas. Assim foi decidido que os seus efetivos seriam empenhados no treino da Polícia Nacional Afegã, e que seriam disponibilizados “*mentors*”

⁴⁶ Conforme referido na página 9 do citado relatório. Disponível em: http://www.defense.gov/pubs/OCTOBER_1230_FINAL.pdf

⁴⁷ Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_52802.htm

(tutores) para a mesma, que constituiriam as então designadas, POMLT⁴⁸ (*Police Operational Mentor and Liaison Teams*) (Flanagan, et al., 2012, p. 188).

De acordo com estes objetivos os seus instrutores foram colocados em três Centros de Instrução atribuídos à EUROGENDFOR⁴⁹, ficando um núcleo de especialistas a trabalhar no Quartel-General da NTM-A. Para além disso as POMLT (entretanto substituídas pelas PAT - *Police Advisory Teams*⁵⁰) subordinadas à cadeia de comando da ISAF-NATO disponibilizavam (e disponibilizam) conhecimentos táticos e policiais aos seus congéneres afegãos adaptados às suas necessidades (European Gendarmerie Force, 2012).

O impacto positivo do trabalho desenvolvido pela EUROGENDFOR no teatro afegão acabaria por ser reconhecido num estudo sobre a reforma do sistema de segurança interna no Afeganistão, levado a cabo pela consultora *Coffey International Development* em novembro de 2010 a pedido das autoridades britânicas, onde se referia que “o Ministério da Defesa do Reino Unido deveria trabalhar mais de perto com a EUROGENDFOR no que respeita às áreas da doutrina e da formação, partilhando conhecimento e analisando possibilidades de interoperabilidade” (Coffey International Development, 2010).

O estudo aconselhava o emprego conjunto de efetivos da EUROGENDFOR e de unidades do exército britânico, sugerindo igualmente a realização de seminários sobre a reforma do sistema de segurança interna e o intercâmbio de formadores.

Para além destas recomendações, os analistas referiam ainda que a EUROGENDFOR oferecia uma capacidade única para a projeção de efetivos de polícia em ambientes hostis e que essa vantagem comparativa deveria ser tida em conta pelos outros países da OTAN quando procedessem à estruturação da sua Força para projeção no teatro afegão.

⁴⁸ Normalmente compostas por um efetivo que variava entre os 15 e os 20 elementos e que para além de 2 ou 3 “mentors” e respetivos tradutores, compreendia igualmente uma pequena Força de proteção.

⁴⁹ Adraskan, Mazar-e-Shariff e Wardack. Entretanto só o de Wardak se mantém a funcionar com efetivos da EUROGENDFOR, tendo os restantes dois sido entregues às autoridades afegãs.

⁵⁰ Estas equipas vieram substituir as POMLT numa fase posterior em que se considerou que, o trabalho de acompanhamento próximo da execução de tarefas, junto das Forças no terreno, tinha criado as condições necessárias para que as ações a empreender se focassem agora ao nível do aconselhamento (*advising*).

Tendo inicialmente, em dezembro de 2009, projetado no terreno uma Força de 196 efetivos, a presença da EUROGENDFOR no Afeganistão acabou por atingir mais de 400 efetivos em maio de 2011, sendo a mais importante missão de sempre da EUROGENDFOR. Desde então o contingente tem vindo a diminuir devido à atual política de transferência de responsabilidades para as autoridades afegãs (European Gendarmerie Force, 2012).

3.3.3. Missão MINUSTAH no Haiti

O envolvimento das Nações Unidas no Haiti começou em 1990. Atendendo à frágil situação social, económica e política do país, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou a projeção de sucessivas Forças multinacionais, até que em 2004 a pedido das autoridades haitianas, na sequência do exílio do ex- Presidente Bertrand Aristide e no rescaldo de um conflito armado que se espalhou por várias cidades, o Conselho de Segurança da ONU decidiu através da Resolução nº 1542 de 30 de Abril desse ano, autorizar a projeção de uma Força multinacional de estabilização, a MINUSTAH (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti*). Os mandatos desta Força têm sido sucessivamente renovados tendo em conta que a instabilidade política do país continua a representar uma ameaça para a paz e a segurança na região (Organização das Nações Unidas, 2013).

Num país fortemente fragilizado do ponto de vista social, económico e político, o sismo que se fez sentir em 12 de janeiro de 2010, que teve um impacto violentíssimo, encontrou o terreno adequado para o caos e veio agravar ainda mais a situação dos haitianos que eram já considerados como um dos povos mais pobres do mundo.

A devastação foi generalizada, tendo a maior parte dos edifícios da capital colapsado. O número de mortos ascendeu a cerca de 220 000 e os desalojados ultrapassaram um milhão. No meio do caos, cerca de 4 000 presos evadiram-se das prisões e organizaram vários grupos de criminosos, desencadeando a pilhagem e a violência, sem que a Polícia local conseguisse controlar a situação, já que ela própria tinha igualmente sido afetada pelo abalo sísmico, daí

resultando elevado número de polícias feridos ou mortos e instalações policiais destruídas ou inoperantes (Organização das Nações Unidas, 2013).

Em resposta a um pedido urgente das Nações Unidas, para a participação da EUROGENDFOR com unidades autossustentáveis com valências de manutenção da ordem, por forma a preencher um “vazio de segurança” no Haiti, o CIMIN decidiu em 08 de fevereiro de 2010, avançar com duas unidades (uma francesa e outra italiana) de tipo FPU (*Formed Police Units*)⁵¹ e um Pelotão (espanhol) SWAT (*Special Weapons and Tactics*)⁵², ficando as Forças da EUROGENDFOR (um total de 300 efetivos) integradas na componente de polícia civil da MINUSTAH sob o comando operacional do Comissário de Polícia Civil da ONU.

Esta Força foi constituída com a missão de apoiar as ações da Polícia Civil das Nações Unidas garantindo especialmente a reação rápida a situações de alteração da ordem pública, bem como para apoiar a Polícia Nacional haitiana, quer em casos de alteração da ordem pública, quer igualmente, no acompanhamento e treino para lidar com tais situações e por fim, para apoiar as organizações de assistência humanitária no terreno, tendo sido a primeira missão da EUROGENDFOR sob a égide das Nações Unidas (Hovens, 2011, p. 149).

A Força ficou estacionada em Port-au-Prince, tendo cada uma das FPU, bem como o Pelotão SWAT, sido sustentados logisticamente através do canal logístico dos respetivos países. Esta solução permitiu mais facilmente dar uma resposta pronta ao pedido urgente das Nações Unidas e ultrapassar eventuais constrangimentos na organização conjunta desse apoio, sendo que, por outro lado, a própria ONU também não tinha condições para prestar qualquer tipo de apoio e atendendo às consequências do sismo, a nível local era extraordinariamente difícil encontrar infraestruturas ou recursos disponíveis.

Embora não tenha sido nomeado nenhum Comandante da Força da EUROGENDFOR, foi nomeado um ponto de contacto com o objetivo de manter o Quartel-General Permanente da EUROGENDFOR em Vicenza, informado a respeito do desenvolvimento das operações e em

⁵¹ Designação que no âmbito das missões da ONU era dada às *Stability Police Units*.

⁵² Em Portugal a designação técnica correspondente é “Pelotão de Operações Especiais”.

paralelo aconselhar do ponto de vista técnico e operacional a cadeia de comando da Polícia Civil da ONU relativamente ao emprego da Força da EUROGENDFOR.

A missão no Haiti terminou em dezembro de 2010 e foi a primeira missão humanitária da EUROGENDFOR bem como a primeira missão executada sob autoridade civil, dando expressão prática à possibilidade prevista no nº 2 do artº 4º do seu Tratado constitutivo, quando refere que, *“as Forças da EGF poderão ser colocadas tanto sob autoridade civil como sob comando militar”*.

Tendo em conta os resultados alcançados e as características específicas desta missão, que foi levada a cabo num ambiente particularmente exigente, a mesma é considerada como tendo constituído um novo marco no desenvolvimento da EUROGENDFOR, ilustrando de forma precisa as características de robustez e flexibilidade que a definem (European Gendarmerie Force, 2012).

PARTE II

ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo I

INSTRUMENTO DE ANÁLISE E DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Tendo em vista dar seguimento à metodologia inicialmente delineada, procedemos à realização de entrevistas junto do atual e dos anteriores comandantes da Força de *Gendarmerie* Europeia. Para o efeito foi construído um guião de entrevista, devidamente estruturado e previamente testado, procurando garantir-se o seu ajustamento ao universo de entrevistados com o objetivo de obter informação que, em conjunto com os elementos recolhidos nas pesquisas bibliográficas realizadas e já apresentados na primeira parte deste trabalho, nos permitam dar resposta à pergunta de partida e às questões subordinadas que considerámos:

- É possível continuar a desenvolver a Força de *Gendarmerie* Europeia?
 - Atendendo à forma como se têm configurado os recentes conflitos internacionais e à atual natureza das ameaças à segurança, existe espaço para a Força de *Gendarmerie* Europeia se poder afirmar como ator relevante no âmbito das missões internacionais de gestão de crises?
 - A Força de *Gendarmerie* Europeia tem potencial para poder desempenhar um papel importante no âmbito das missões internacionais de gestão de crises?
 - Quais serão os fatores principais que poderão estar a interferir com o desenvolvimento da Força de *Gendarmerie* Europeia?

Atendendo à natureza da temática em apreço e aos objetivos do trabalho, entendemos que aqueles que melhor poderão esclarecer as questões que vimos equacionando nesta

dissertação são certamente os oficiais a quem coube, em determinado período, a responsabilidade de comandar a EUROGENDFOR, pois são eles os protagonistas centrais dos vários acontecimentos que marcaram a vida da Organização, desde a sua criação até à presente data.

Efetivamente, durante o período em que exerceram o seu comando, para além de terem participado em todas as reuniões do CIMIN e representado a Força de *Gendarmerie* Europeia nos contactos com as principais Organizações Internacionais, foram eles que mais de perto e munidos de mais informação, viveram o dia-a-dia da mesma e conduziram os seus destinos, naturalmente em conformidade com as diretivas recebidas da Presidência do CIMIN, mas tomando depois as decisões operativas com vista à sua implementação, dirigindo e acompanhando a respetiva execução.

São por conseguinte aqueles que melhor terão percecionado todas as dificuldades inerentes à criação e desenvolvimento deste projeto e à sua afirmação no contexto internacional. O facto de serem provenientes de diferentes países e de terem comandado a EUROGENDFOR em períodos distintos, permite obter diversas perspetivas sobre esta realidade, constituindo por esse motivo uma mais-valia para a melhor compreensão da evolução da Força de *Gendarmerie* Europeia ao longo dos anos.

Assim, torna-se desde logo possível obter informação privilegiada sobre a fase inicial de implantação do Quartel-General Permanente da EUROGENDFOR em Itália, com todas as dificuldades inerentes ao início de um processo desta natureza, adaptando procedimentos nacionais ou internacionais a uma nova realidade e, quando necessário, criando outros de raiz, estabelecendo as regras do seu funcionamento de forma a conseguir dar corpo aos objetivos delineados na Declaração de Intenções e a ultrapassar naturais dificuldades iniciais de uma Organização que dava os seus primeiros passos.

A este período, que mediou entre 25 de janeiro de 2005 e 26 de junho de 2007, correspondeu o comando do, na altura, Brigadeiro-General (hoje tem o posto de Tenente-General) Gérard Deana, da *Gendarmerie Nationale*, de França.

Nos dois anos seguintes, entre junho de 2007 e junho de 2009, coube ao na altura, Coronel (hoje tem o posto de Brigadeiro-General) Giovanni Truglio, da *Arma dei Carabinieri*, de Itália, exercer as funções de Comandante da EUROGENDFOR. Este período foi igualmente importante na vida da Organização dado que foi sob o seu comando que se iniciou a primeira participação da EUROGENDFOR numa missão - a Missão EUFOR “*Althea*” na Bósnia-Herzegovina.

Foi a primeira vez que a Força de *Gendarmerie* Europeia foi projetada no terreno, pondo à prova as suas capacidades perante a comunidade internacional e testando igualmente todo o acervo doutrinário e procedimental que até aí tinha sido elaborado.

Entre junho de 2009 e junho de 2011 foi a vez de Portugal assumir o comando da EUROGENDFOR, tendo sido nomeado para o efeito, o Coronel Jorge Esteves da Guarda Nacional Republicana. Este foi um período com significativo empenhamento da Força de *Gendarmerie* Europeia dado que, para além da Missão EUFOR “*Althea*” na Bósnia-Herzegovina que estava ainda a decorrer (tendo terminado apenas em 28 de outubro de 2010), a EUROGENDFOR foi chamada a participar na Missão da OTAN no Afeganistão, em dezembro de 2009, onde ainda se encontra, tendo sido também durante o mesmo período que teve lugar a sua participação na Missão MINUSTAH da ONU no Haiti, que decorreu entre fevereiro e dezembro de 2010.

Foram portanto três missões simultâneas que terão exigido um esforço significativo e reclamado não apenas a mobilização de efetivos e meios, mas que igualmente terão servido para validar procedimentos e perceber até que ponto os mesmos se ajustavam a uma situação de envolvimento mais intenso por parte da Organização.

Por último, entendemos igualmente importante ouvir o atual Comandante da EUROGENDFOR, Coronel Cornelis Kuijs, da *Koninklijke Marechaussee*, da Holanda, no sentido de obter informação acerca da perceção do mesmo sobre os eventuais constrangimentos que poderão estar a condicionar o desenvolvimento da Organização, bem como, sobre as medidas que têm sido tomadas para contrariar a situação.

Capítulo II

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Importa agora apresentar e analisar as respostas obtidas nas entrevistas, o que faremos procurando relativamente a cada uma, identificar o que de essencial foi referido, organizando a informação fornecida de modo a ser possível o seu confronto com os elementos recolhidos na primeira parte desta dissertação com vista à posterior discussão e reflexão crítica.

Nestes termos e para melhor sistematização dos resultados faremos corresponder a cada entrevistado um número, seguindo a ordem cronológica da sua passagem pelo comando da EUROGENDFOR conforme se indica:

- Tenente-General Gérard Deanaz - nº 1
- Brigadeiro-General Giovanni Truglio - nº 2
- Coronel Jorge Esteves - nº 3
- Coronel Cornelis Kuijs - nº 4

Pergunta nº 1

O que identificaria como razões principais para algumas das dificuldades que têm interferido com a capacidade da Organização alcançar o papel importante para o qual foi destinada no âmbito das operações de gestão de crises?

Todos os entrevistados, de modo mais ou menos enfático, apontaram a falta de um maior empenhamento político dos países membros como a principal razão para essas dificuldades.

A maioria dos entrevistados apontaram também a tendência para a defesa dos respetivos interesses nacionais, como estando igualmente entre essas razões.

O entrevistado nº 2 e o entrevistado nº 4, referem ainda a lentidão do processo de tomada de decisão, como fator a considerar.

O entrevistado nº 3 e o entrevistado nº 4 referem igualmente a falta de um diálogo permanente com as principais Organizações Internacionais como aspeto a melhorar.

Pergunta nº 2

Considera o processo de tomada de decisão adequado para lidar com os frequentes constrangimentos políticos e diplomáticos que interferem com a condução dos destinos da Organização?

A maioria dos entrevistados considera que o processo de decisão política não é adequado por ser demasiado lento e pouco ágil, dificultando o cumprimento dos objetivos a que a Organização se propunha, nomeadamente o de ser capaz de se projetar no prazo máximo de 30 dias.

É também referido pelo entrevistado nº 3 que, em virtude dos atrasos decorrentes do processo de decisão, a Organização pode ver-se impedida de participar na fase de planeamento das operações (conforme aconteceu relativamente à participação na missão no Afeganistão) o que depois se traduz em acrescidas dificuldades aquando da projeção da Força. O entrevistado nº 2 e o entrevistado nº 4 alertam ainda para as repercussões negativas na imagem da Organização que decorrem da referida lentidão na tomada de decisões.

Pergunta nº 3

Considera que o facto de a EUROGENDFOR não possuir tropas permanentes interfere com o desenvolvimento da Organização e com o cumprimento dos seus objetivos iniciais?

A maioria dos entrevistados, desvalorizaram a existência de tropas permanentes, como regra.

O entrevistado nº 1 salientou que, os países membros se comprometeram a providenciar pela formação necessária de modo a que os seus efetivos apresentem o nível operacional requerido, não constituindo o facto de não estarem permanentemente estacionados em Vicenza, qualquer problema.

Apesar de ter expressado uma opinião semelhante, o entrevistado nº 3 refere contudo que poderá não ser assim quando se trate de missões de substituição numa área muito desestabilizada, casos em que considera que a existência prévia de tropas constituídas para o efeito poderia ser uma mais-valia.

O entrevistado nº 4, tendo desvalorizado igualmente a existência de tropas permanentes como regra, admite no entanto uma exceção quando a EUROGENDFOR atingir um nível de desenvolvimento e afirmação internacional que o justifique, podendo então considerar-se a existência de tropas permanentes, pelo menos para uma primeira fase de intervenção.

O entrevistado nº 2 referiu que a existência de tropas permanentes facilitaria a projeção rápida da Força, embora tendo em conta a realidade atual, acabasse por defender como adequada, uma solução que passaria por ter efetivos à ordem nos países membros, previamente atribuídos e devidamente identificados, submetidos a uma espécie de escala de disponibilidade e em relação aos quais existissem igualmente poderes delegados na EUROGENDFOR, por parte dos respetivos países.

Pergunta nº 4

Considera que o argumento frequente que refere que, a EUROGENDFOR preenche um “vazio de segurança” relacionado com a inexistência de outro tipo de Força que seja capaz de cumprir as funções de polícia durante a transição entre a fase militar e a fase civil das operações de gestão de crises continua a ser válido?

Todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que o argumento mantém plena validade, tendo o entrevistado nº 1 afirmado taxativamente que as *Gendarmeries* têm um lugar

próprio no âmbito das missões de gestão de crises, tal como segundo ele, ficou provado com o trabalho levado a cabo pelos efetivos da *Gendarmerie Nationale* francesa no Afeganistão.

Também o entrevistado nº 2 refere que as *Gendarmeries* são insubstituíveis no seu papel, neste tipo de operações.

O entrevistado nº 3 foi ainda mais longe e sublinha que a EUROGENDFOR não só tem um papel importante a desempenhar preenchendo o referido “vazio de segurança”, como esse papel não pode ser desempenhado nem pelas Polícias civis, nem pelas Forças Armadas.

O entrevistado nº 4 embora considere que teoricamente este argumento mantém plena validade, refere que existem outras Forças fora da Europa, como é o caso da Polícia Real da Tailândia, da Polícia do Paquistão ou da Polícia da Índia, que são igualmente capazes de preencher esse vazio. Explica no entanto que, apesar de não se designarem como *Gendarmeries*, acabam por ter uma abordagem em tudo semelhante à das *Gendarmeries* na Europa, sendo mais uma diferença semântica do que real, provavelmente relacionada com o facto de a história as ligar mais aos modelos administrativos britânicos, do que aos franceses, especialmente no caso da Índia e do Paquistão.

Pergunta nº 5

Considera que a participação da EUROGENDFOR nas missões da Bósnia-Herzegovina, Haiti e presentemente do Afeganistão, permitiu provar o seu alegado valor-acrescentado em operações de gestão de crises?

Os entrevistados consideram de um modo geral que a EUROGENDFOR provou o seu valor acrescentado em todas estas missões, embora o entrevistado nº 1 e o entrevistado nº 4 refiram que no caso da missão no Haiti, esse valor acrescentado não foi tão visível.

O entrevistado nº 4 refere que, a missão em que o valor acrescentado da EUROGENDFOR foi mais visível foi a da Bósnia, quando esta assumiu o comando e controlo da IPU da EUFOR. Efetivamente nesse caso, foi capaz de adaptar a estrutura de comando da IPU de acordo com os procedimentos e com a doutrina da Força de *Gendarmerie* Europeia e de fazer

um bom trabalho no terreno, resolvendo muitos dos problemas de natureza policial que estavam a criar sérias dificuldades às Forças militares presentes.

Por sua vez, os restantes dois entrevistados consideram que a EUROGENDFOR provou o seu valor acrescentado em todas as missões em que participou, sendo que, o entrevistado nº 2, destaca as capacidades de coordenação das contribuições dos países membros, por parte da EUROGENDFOR e a sua importância para garantir a coerência da composição das Forças destacadas para essas operações.

O entrevistado nº 3 vai mais longe, dividindo a questão em dois pontos. O primeiro ponto que ele considera, tem a ver com o desempenho da EUROGENDFOR a nível técnico e quanto a este ponto entende que, a EUROGENDFOR já provou o seu valor acrescentado.

No caso da Bósnia-Herzegovina, reforça as suas afirmações com os elogios recebidos da União Europeia e do próprio Comandante da EUFOR.

No caso do Afeganistão, reforça as suas afirmações no apreço pela qualidade da formação ministrada pelos efetivos da EUROGENDFOR manifestado por parte, quer do Comandante da *ISAF-NATO*, quer do Comandante da *NTMA*.

Argumenta também que, só Forças como as *Gendarmeries* conseguem, em ambientes profundamente desestabilizados, fazer o tipo de “*on job training*” que foi feito, indo de posto em posto da Polícia, nas pequenas aldeias, monitorizando a sua ação e aconselhando e demonstrando as melhores práticas a seguir.

No caso do Haiti, refere que a nível técnico, segundo o Comandante da FPU francesa, as Forças da EUROGENDFOR tinham uma qualidade muito superior à generalidade das Forças da ONU presentes no terreno.

O segundo ponto que o entrevistado nº 3 considera, relaciona-se com o processo de decisão e quanto a este entende que, a EUROGENDFOR ainda não provou o seu valor acrescentado, defendendo que a Organização tem de ter uma estratégia e um suporte político adequado e tem de ser mais rápida a tomar decisões.

Pergunta nº 6

Que comentário lhe merece o facto de por norma os países enviarem primeiro as suas Forças nacionais respetivas e só depois se decidirem pelo empenhamento da EUROGENDFOR?

A maior parte dos entrevistados considera que tal situação se deve sobretudo à lentidão do processo de decisão. Argumentam que os países individualmente decidem participar numa missão e projetam os seus efetivos mas, só *à posteriori* é que, enquanto membros da EUROGENDFOR, tomam a decisão de também a fazer participar na missão e então resolvem agrupar os efetivos já presentes no terreno, “debaixo do chapéu” da EUROGENDFOR.

Os entrevistados nº 1 e nº 2, acrescentam que isto se deve a uma certa tendência para a defesa dos respetivos interesses nacionais que, segundo o entrevistado nº 2, faz com que alguns países queiram no início associar o seu contributo à sua própria bandeira nacional e só depois à bandeira da EUROGENDFOR.

Estes dois entrevistados referem contudo igualmente aspetos positivos decorrentes deste facto.

O primeiro salienta que, esta situação permite que a EUROGENDFOR participe numa missão sem constrangimentos de natureza política, reunindo debaixo de um quadro jurídico já existente, os respetivos efetivos projetados no terreno.

O segundo refere que, esta situação permite apesar de tudo e embora apenas num segundo momento, continuar a sustentar a ideia de que a EUROGENDFOR existe como recurso, sendo possível que os países a ela recorram quando assim o entenderem.

Também o entrevistado nº 4 refere como positivo o significado de tal situação que, segundo ele, prova que a EUROGENDFOR foi capaz de reunir vontades nesse sentido e demonstra que tem elementos significativos de coesão e de identidade comum, defendendo contudo que é preciso ir mais além.

Pergunta nº 7

Até que ponto considera que a inexistência de uma capacidade logística própria, constitui uma carência que pode comprometer a prontidão operacional da EUROGENDFOR?

A maioria dos entrevistados entendem que a inexistência desta capacidade constitui de facto uma carência de significativa importância, embora sublinhem também que se trata acima de tudo, de uma questão dependente de um maior empenhamento político dos países.

O entrevistado nº 3 refere que a autossuficiência da EUROGENDFOR em termos logísticos, só se verifica se a França ou a Itália, optarem por ser a *Logistic Leading Nation* (o que significa, assegurar a maior parte do apoio logístico para toda a Força).

Este entrevistado defende ainda, em conjunto com o entrevistado nº 4, que a solução poderá estar no designado *Shared Logistic Concept* (Conceito de Logística Partilhada) que basicamente constituiria uma espécie de catálogo de capacidades logísticas, à semelhança do que já existe para os meios humanos e que desse modo, deixaria de se perder tempo a decidir como garantir esse apoio, cada vez que a EUROGENDFOR participa numa operação.

O entrevistado nº 1 não considera que a inexistência desta capacidade seja realmente um problema, defendendo que também neste domínio um maior empenhamento político é determinante. Entende ainda que, dadas as dificuldades financeiras dos países membros, a EUROGENDFOR jamais terá essa capacidade. Segundo argumenta, noutras Forças europeias onde essa capacidade existia, como era o caso do EUROCORPS (*European Corps*)⁵³ em

⁵³ Corpo de Tropas Europeu criado em 1992 com efetivos permanentes pertencentes aos exércitos da Alemanha, França, Espanha, Bélgica e Luxemburgo, para o qual pontualmente contribuíram igualmente outros países europeus como foi o caso da Grécia, Polónia, Itália, Turquia, Áustria e Finlândia. Encontra-se, tal como a EUROGENDFOR, à disposição das principais Organizações Internacionais. Disponível em: <http://www.eurocorps.org/>

Estrasburgo, ou da EUROFOR (*European Rapid Operational Force*)⁵⁴ em Florença, a mesma estava apesar de tudo, subaproveitada.

Pergunta nº 8

O que pensa da possibilidade de integrar a EUROGENDFOR no quadro institucional da União Europeia?

Todos os entrevistados preferem, acima de tudo, que a EUROGENDFOR disponibilize à União Europeia, as suas capacidades operacionais em termos de gestão de crises.

O entrevistado nº 1 afasta liminarmente a possibilidade de integração da EUROGENDFOR no quadro institucional da UE dado que, segundo ele, era vontade dos países fundadores evitarem a morosidade do processo de decisão da União Europeia e para além disso há certos países na UE que não compreendem, nem aceitam que uma Força do tipo *Gendarmerie*, possa executar missões de polícia.

Também o entrevistado nº 3 antecipa dificuldades relacionadas com a aceitação de uma hipotética integração da EUROGENDFOR por parte de alguns países membros da União Europeia, já que aqueles que têm *Gendarmeries* são uma minoria dentro da UE.

O entrevistado nº 4 refere igualmente o mesmo tipo de dificuldades relacionadas com o facto de muitos países da União Europeia não terem este tipo de Forças, nem compreenderem a sua razão de ser, como é por exemplo o caso de Inglaterra.

Pergunta nº 9

Considerando o interesse que a OTAN repetidamente tem demonstrado em ter à disposição capacidades civis dos seus Estados-membros, de modo a poder reagir rapidamente

⁵⁴ Força Operacional Europeia de Reação Rápida que era composta por efetivos das Forças Armadas de França, Itália, Espanha e Portugal e que foi entretanto encerrada em julho de 2012. Disponível em: http://www.emgfa.pt/useruploads/files/press_release_14jun_closing_ceremony_english_.pdf

perante uma situação de gestão de crises, qual é a sua opinião acerca da possibilidade de incluir formalmente a EUROGENDFOR nessas capacidades a disponibilizar?

Os entrevistados nº 2 e nº 3 entendem que a inclusão formal da EUROGENDFOR nessas capacidades a disponibilizar poderia ter lugar, sublinhando o primeiro destes, que se trata de uma questão que depende totalmente da existência ou não de empenhamento político para o efeito.

Também os restantes dois entrevistados entendem que tal é possível, elencando contudo algumas questões que entendem que devem ser ponderadas.

O entrevistado nº 1 alerta para o facto de o processo de decisão dentro da OTAN ser muito difícil e lento e de esta Organização não saber utilizar as Forças de *Gendarmerie*, considerando que o seu conceito de emprego está totalmente obsoleto.

O entrevistado nº 4 salienta que a OTAN tem demonstrado um interesse crescente por Forças do tipo *Gendarmerie*, mas que é preciso ter em conta que a perspetiva da OTAN é a de vencer conflitos e não a de os controlar, como acontece com as Forças de Segurança que compõem a EUROGENDFOR.

Entende por isso que deve ser feito um esforço para sensibilizar a OTAN, para adequar a sua abordagem a um formato mais próximo do das *Gendarmeries* e que, uma eventual aproximação à OTAN nestes termos, terá de ter em conta o risco de uma maior identificação da EUROGENDFOR com as Forças Armadas o que, pode prejudicar o recurso a esta Força em futuras missões de gestão de crises da União Europeia.

Pergunta nº 10

Qual é a sua opinião acerca do alargamento da Organização para além das fronteiras da União Europeia, criando assim a possibilidade de outras organizações do tipo *Gendarmerie* integrarem a EUROGENDFOR?

O entrevistado nº 1 não considera que esta seja a melhor opção, preferindo que se proceda à criação de outras Forças semelhantes à EUROGENDFOR onde for necessário e adequado, argumentando que o excessivo alargamento da Organização conduziria ao seu estrangulamento ou bloqueio e à sua consequente inutilidade.

O entrevistado nº 2 refere que é tendencialmente a favor desta opção mas defende que antes disso a Organização deve consolidar-se e que essa opção teria de ter um adequado suporte político por parte de todos os países membros.

O entrevistado nº 3 entende que se trata de uma questão de natureza política e estratégica que exige alguma ponderação e análise mas que o estudo desta opção não deve ser afastado.

O entrevistado nº 4 considera que caso se opte por um clube exclusivo de *Gendarmeries* da União Europeia, a EUROGENDFOR acabará “isolada numa autêntica ilha”. Defende por isso que se desenvolvam sobretudo capacidades de comando e controlo e que assim sendo, não é relevante se os efetivos que se comandam são ou não provenientes de uma *Gendarmerie*, interessando apenas que preencham os requisitos técnicos e profissionais necessários.

Nestes termos sustenta que se deve abrir a possibilidade a outras Forças de Segurança de natureza civil de se envolverem no “mundo da EUROGENDFOR”, mas que isso só deve ser feito no seio da União Europeia, sob pena de se perder a matriz essencialmente operacional e de se transformar a Organização numa espécie de FIEP.

Pergunta nº 11

Que medidas sugeriria como importantes para catapultar a EUROGENDFOR de modo a que alcance um papel mais importante nas operações de gestão de crises?

O entrevistado nº 1 optou por não indicar nenhuma medida em concreto entendendo que a questão central está, conforme já referiu, relacionada com a necessidade de um maior empenhamento político dos países membros.

O entrevistado nº 2 entende que se deve reforçar politicamente a Organização embora defenda que os seus objetivos devem ser sempre compatibilizados com o interesse próprio dos países membros.

O entrevistado nº 3 entende que se devem incrementar as relações com as principais Organizações Internacionais, que se deve difundir a doutrina da EUROGENDFOR, nomeadamente ao nível das principais Escolas de Formação na área da gestão de crises, como é o caso da Escola da OTAN e da CEPOL, bem como, ao nível das Escolas de Formação dos próprios países membros e sobretudo que se deve potenciar a direção político-estratégica da Organização.

O entrevistado nº 4 refere que, é necessário clarificar o processo de tomada de decisão e torná-lo mais eficiente e mais rápido, que é preciso dar consistência à Organização, nomeadamente ao nível da sua imagem externa e que é necessário incrementar o seu relacionamento com as principais Organizações Internacionais de forma a que possa afirmar-se no contexto internacional.

Por fim defende ainda que é preciso criar um catálogo de capacidades logísticas que permitiria clarificar as disponibilidades de cada país.

Capítulo III

DISCUSSÃO DE RESULTADOS E REFLEXÃO CRÍTICA

A discussão irá ser desenvolvida tendo em consideração os elementos recolhidos nas respostas às perguntas colocadas nas entrevistas a todos os Comandantes da EUROGENDFOR, bem como, toda a informação obtida através das pesquisas bibliográficas realizadas.

Será ainda complementada com uma reflexão crítica com base na experiência e conhecimento por nós adquiridos, ao longo dos quase dois anos em que vimos prestando serviço no Quartel-General Permanente da Força de *Gendarmerie* Europeia.

Não esquecendo que a questão principal que nos deve guiar é a de procurar perceber se é possível continuar a desenvolver a Força de *Gendarmerie* Europeia, considerámos que para tal, seria antes de mais necessário, esclarecer as questões que entendemos como subordinadas a esta.

Nestes termos centraremos agora a nossa atenção na primeira destas questões:

Atendendo à forma como se têm configurado os recentes conflitos internacionais e à atual natureza das ameaças à segurança, existe espaço para esta Organização se poder afirmar como um ator relevante no âmbito das missões internacionais de gestão de crises?

Vários são os autores que alertam para as alterações na configuração dos conflitos internacionais e as consequentes implicações quanto à natureza das ameaças com que hoje nos confrontamos.

Efetivamente, as consequências do fenómeno da globalização fizeram-se sentir de modo particularmente significativo no campo da segurança. Conforme é defendido por Bigo (2008, p.10) e Hyde-Price (2001, p.27), a distinção clássica entre segurança interna, ligada à

criminalidade, ordem pública e investigação policial, e segurança externa, ligada à guerra, defesa, ordem internacional e estratégia, tornou-se obsoleta.

As ameaças desterritorializaram-se retirando significado à noção de fronteira e esbatendo o limite entre o que é interno e o que é externo, apresentando-se mais difusas e difíceis de prever. A comunidade internacional viu-se por conseguinte obrigada a encontrar soluções para lidar com o problema procurando manter a paz e a segurança no mundo.

Rapidamente se percebeu que os meios a utilizar não poderiam ser apenas os da guerra convencional, pois para lidar com grupos terroristas, associações criminosas ou graves alterações da ordem pública, as Forças Armadas não estavam devidamente treinadas ou equipadas. Haveria que encontrar outras soluções para debelar estas situações que não sendo de guerra aberta apresentavam níveis de violência para os quais a simples intervenção da Polícia civil também não era suficiente.

É perante este dilema que cada vez mais se reclama a utilização de Forças que sejam capazes de controlar estes fenómenos, impondo a ordem e a tranquilidade públicas, mas fazendo-o de acordo com padrões internacionais de respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Para tal torna-se necessário recorrer a uma Força que, conforme é defendido por Weger (2009, p.37), por um lado, esteja suficientemente equipada e treinada para lidar com situações de maior violência que apresentem elevados níveis de risco e exijam uma ação mais robusta e por outro lado, seja capaz de o fazer segundo referenciais e expectativas de atuação próprios de uma Polícia civil.

Ou seja, deverá ser uma Força de Segurança, mas com maior robustez do que aquela que as Forças de Segurança de natureza civil habitualmente apresentam. As Forças de *Gendarmerie* correspondem exatamente a esta exigência, pois trata-se de Forças com treino militar e policial, equipadas e armadas de forma mais robusta do que a generalidades das Polícias civis, o que, ainda segundo Weger (2009, p.45 e 46), lhes permite facilmente

adaptarem-se a situações de maior exigência e adotarem formas de intervenção mais musculada.

Foi exatamente isso que, conforme refere o entrevistado nº 3, permitiu que a Força de Gendarmerie Europeia tivesse sucesso no Afeganistão, pois segundo o mesmo⁵⁵, «*só Forças como as Gendarmeries conseguem fazer o tipo de “on job training” que foi feito, indo de posto em posto da Polícia nas aldeias do Afeganistão, monitorizando a sua ação e aconselhando e demonstrando sempre, quais eram as melhores práticas do ponto de vista da ação policial*».

Este entrevistado acrescenta ainda que, num ambiente tão profundamente desestabilizado, seria muito difícil para as Forças de Segurança de natureza civil desempenharem tal tarefa para além do espaço fechado dos Centros de Formação, não tendo depois condições para levar por diante a segunda fase de acompanhamento e treino no terreno, dados os elevados riscos que tal missão encerrou.

Pela forma objetiva e muito bem estruturada como apresentam a situação, vale a pena também recordar o que a este respeito defendem David Armitage e Anne Moisan (2005, p.4). Efetivamente, segundo estes autores, a história recente mostra-nos que a eficácia de uma operação de gestão de crise exige a intervenção de pelo menos três tipos de Forças:

- Forças de combate (Forças Armadas) de elevada qualidade, para neutralizar adversários hostis devidamente organizados;
- Forças de Segurança de natureza militar, para lidarem com alterações da ordem/distúrbios civis e outras situações de violência organizada de menor intensidade;
- Forças de Segurança de natureza civil e Autoridades Judiciárias, para reativarem ou reconstruirmos o sistema de administração da justiça.

Para estes dois autores a EUROGENDFOR veio preencher um “espaço vazio” que nem as Forças Armadas nem as Forças de Segurança de natureza civil foram capazes de preencher.

⁵⁵ Resposta à questão nº 5.

Também Robert Perito (2004, p.5), um destacado estudioso americano das questões de segurança e membro do prestigiado *United States Institute of Peace*, defende claramente que, para lidar com manifestações violentas, *gangs* armados e criminalidade organizada, a Força destacada deverá incluir unidades multinacionais de Forças de Segurança de natureza militar, pois segundo ele, estas preenchem o espaço vazio entre as ações próprias das Forças Armadas e as ações levadas a cabo pelas Forças de Segurança de natureza civil.

Derek Lutterbeck (2004, p.63) por sua vez, defendia mais ou menos na mesma altura que, era expectável que as *Gendarmeries* continuassem a afirmar-se e a atrair o financiamento dos governos e que países onde este tipo de Forças não existia as viessem a instituir.

Michael Dziedzic e Christine Stark (2006, p.2) foram ainda mais precisos, ao defenderem que o sucesso das missões internacionais depende cada vez mais da capacidade para criar, em quantidade e qualidade, as necessárias SPU, ou seja, Forças de *Gendarmerie*.

Também o entrevistado nº 1, quando confrontado com a questão de saber se continua a ser válido o argumento de que, a EUROGENDFOR preenche um “vazio de segurança” relacionado com a inexistência de outro tipo de Força que seja capaz de cumprir as funções de polícia durante a transição entre a fase militar e a fase civil das operações de gestão de crises, afirma taxativamente que «*esse argumento se mantém plenamente válido*» e sublinha que «*as Gendarmeries têm um lugar próprio no âmbito destas missões, tal como foi claramente demonstrado pelos efetivos da Gendarmerie Nationale francesa no Afeganistão, atuando com a boina da EUROGENDFOR*»⁵⁶.

Os restantes entrevistados foram igualmente unânimes em afirmar essa capacidade, considerando o entrevistado nº 2 que, «*as Gendarmeries acrescentam valor às operações de gestão de crises, sendo insubstituíveis no seu papel*»⁵⁷.

O entrevistado nº 4 sublinha que⁵⁸, «*na Bósnia-Herzegovina a EUROGENDFOR resolveu muitos dos problemas de natureza policial que criaram sérias dificuldades às Forças da OTAN*».

⁵⁶ Resposta à questão nº 4.

⁵⁷ Resposta à questão nº 4.

Também o entrevistado nº 3 vem referir que⁵⁹, «*na missão da Bósnia-Herzegovina, a entrada das Gendarmeries serviu para suprir algumas das lacunas que a Força militar possuía, nomeadamente no que respeita à manutenção e reposição da ordem pública*».

Este último argumenta que, «*a nível interno as Forças Armadas não têm missões policiais, não fazem investigação criminal nem ordem pública*», sublinhando que «*dar treino policial, formar um gendarme com conhecimento e experiência é algo que demora anos*»

Quanto às Forças de Segurança de natureza civil, tal como refere Hansen (2002, p.44), a frequência com que essas Forças são incapazes de por si só resolver situações de maior violência, obrigando sistematicamente ao apoio das Forças Armadas, mina a sua credibilidade e põe em evidência as dificuldades de coordenação e de atuação conjunta de dois atores que não falam a mesma linguagem.

Ora, conforme sustenta o entrevistado nº3, sabendo-se que na fase inicial de uma crise, a primeira componente a projetar é a componente militar, tal iria inevitavelmente criar constrangimentos no desenvolvimento das operações⁶⁰.

Nestes termos, para este entrevistado, a Força de *Gendarmerie* Europeia não só tem um espaço próprio na gestão internacional de crises, como «*o seu papel não pode ser desempenhado pelas Polícias Cíveis e muito menos pelas Forças Armadas*»⁶¹.

Para melhor sustentar a sua posição, o entrevistado nº 3 invoca ainda, as manifestações de apreço por parte do Comandante da EUFOR pelo desempenho dos vários efetivos da IPU da EUROGENDFOR que passaram pela Bósnia-Herzegovina e pela qualidade do serviço prestado, sublinhando que, para o Comandante da EUFOR, «*a EUROGENDFOR preenchia completamente*

⁵⁸ Resposta à questão nº 5.

⁵⁹ Resposta à questão nº 4.

⁶⁰ Resposta à questão nº 4.

⁶¹ Resposta à questão nº 4.

os requisitos que ele tinha idealizado para uma IPU, em termos de missões e de eficácia». Refere também que igual reconhecimento foi expresso pela União Europeia⁶².

Para além do exemplo da Bósnia, quer o entrevistado nº 1, quer o entrevistado nº 3, invocam igualmente o desempenho da Força de *Gendarmerie* Europeia no Afeganistão⁶³, tendo este último, que acompanhou todo o processo com vista à participação da EUROGENDFOR nesta missão, referido que, *«a qualidade do treino prestado pela EGF no Afeganistão foi bastante elevada»*.

Segundo esclarece o entrevistado nº 3, *«tal está documentado em cartas dirigidas ao CIMIN e ao Quartel-General Permanente da EUROGENDFOR, quer pelo General McCrystal, Comandante da ISAF, quer pelo General Caldwell, Comandante da NATO Training Mission, referindo-se este último ao treino ministrado pela EUROGENDFOR como um treino de muitíssima qualidade, que era sempre apontado como um exemplo»*⁶⁴.

O mesmo acrescenta ainda que, *«o Comandante da NATO Training Mission, o General Caldwell, chegou mesmo a referir-se por escrito, duas vezes, ao exemplo fantástico do treino ministrado pelas Gendarmeries no Afeganistão»*⁶⁵.

Na linha do que os entrevistados defendem, destacando particularmente as afirmações dos Comandantes das Forças multinacionais, quer na Bósnia, quer no Afeganistão e do que também alguns autores vêm sustentando, importa igualmente destacar a posição de um antigo alto responsável militar americano, o General Wesley Clark, Comandante das Forças da OTAN na Europa entre 1997 e 2000, que em 2001, referindo-se às tarefas de natureza policial, afirmou: *«A maior parte dos militares simplesmente não é capaz de cumprir tais tarefas de forma eficaz e não deveriam ter a responsabilidade primária pela sua execução. Os países terão de desenvolver a capacidade para projetar Forças robustas de tipo policial...»* (2001, cit. por Hovens, 2011, p.151).

⁶² Resposta à questão nº 5.

⁶³ Resposta do entrevistado nº 1 à questão nº 4 e resposta do entrevistado nº 3 à questão nº 5.

⁶⁴ Resposta à questão nº 5.

⁶⁵ Resposta á questão nº 5.

Para além do visível interesse dos americanos por este tipo de Forças também os alemães, segundo Steeves e Wal (2012, p.5) ponderam a necessidade de criação de uma Força tipo *Gendarmerie* para ser empregue no âmbito das operações de gestão de crises.

As posições expressas por reputados estudiosos das questões de segurança, como é o caso de Didier Bigo (*Kings College Department of War Studies*, Londres, Reino Unido; *Sciences Po.*, Paris, França), Robert Perito (*United States Institute of Peace*, EUA), Derek Lutterbeck (*Institute of International Studies*, Genebra, Suíça), David T. Armitage, Jr. (*Center for European Policy Analysis* e *National Defense University's Institute for National Strategic Studies*, EUA) ou Michael Dziedzic (*United States Institute of Peace*, EUA) e por altos responsáveis militares, que aqui apresentámos, permitem descortinar uma bem clara e fundamentada posição relativamente ao espaço que por direito próprio deve caber às Forças de *Gendarmerie* na gestão de crises a nível internacional.

Também na informação recolhida através das respostas do atual e dos anteriores Comandantes da Força de *Gendarmerie* Europeia, para além de, como seria expectável, se encontrar claramente afirmada a existência desse espaço, se encontra igualmente referência a casos concretos que sustentam essas afirmações e lhes dão consistência, havendo igualmente referência a testemunhos de apreço por parte de importantes autoridades externas que, para além de elogiarem a ação da Força de *Gendarmerie* Europeia, acabam igualmente por essa via, por legitimar a adequação do seu emprego naquelas circunstâncias.

De referir ainda que muitas vezes os custos políticos (no país de origem das Forças, nos países vizinhos ou mesmo entre as partes em conflito) da participação numa operação internacional de gestão de crise, inviabilizam o envio de Forças Armadas, sendo contudo possível, sem iguais custos, o envio deste tipo de Forças.⁶⁶

⁶⁶ Como foi o caso do envio de efetivos da Guarda Nacional Republicana para o Iraque em novembro de 2003.

“O Ministro da Defesa (Paulo Portas) era abertamente pró-americano, o Primeiro-ministro era moderadamente pró-americano e o Presidente da República alinhava pela maioria das posições europeias e em particular da ONU, para a qual a invasão era ilegal. O problema foi tratado com muito tato pois, sendo a política externa da exclusiva responsabilidade do Governo, o primeiro-ministro teve o cuidado de não dar nenhum passo que o Presidente não pudesse aceitar e de o manter informado sobre todos os passos que dava.

A relevância do seu contributo é de resto afirmada em diversos documentos oficiais das várias Organizações Internacionais, onde se destaca a própria União Europeia que, no relatório do seu *Institute for Security Studies* que incidiu sobre os primeiros dez anos (1999-2009) da Política Europeia de Segurança e Defesa conclui que, “*o emprego de Forças de Gendarmerie constituiu, pela sua versatilidade, um contributo notável para as operações de gestão de crises*” (European Union Institute for Security Studies, 2009).

Pode portanto afirmar-se em resposta à primeira questão subordinada que, com base na bibliografia consultada e nas opiniões dos entrevistados, decorrente da forma como se têm configurado os recentes conflitos internacionais e tendo em conta a atual natureza das ameaças, existe espaço para a Força de *Gendarmerie* Europeia se poder afirmar como ator relevante no âmbito das missões internacionais de gestão de crises.

De seguida, procuraremos encontrar resposta para a segunda questão subordinada:

A Força de *Gendarmerie* Europeia tem potencial para poder desempenhar um papel importante no âmbito das missões internacionais de gestão de crises?

Quando olhamos para a Força de *Gendarmerie* Europeia, uma das características que imediatamente nos desperta a atenção, tem a ver com o facto de estarmos perante uma Força de Segurança que ao mesmo tempo se constitui como Força militar. Esta sua dualidade, por um lado uma Força de Segurança e por outro, uma Força militar, combinando elementos característicos de duas realidades mais ou menos distintas, faz dela uma Força única.

É desta característica principal, que derivam depois a dupla dependência dos ministérios da defesa e do interior/administração interna, a estrutura organizacional de tipo militar, o equipamento e armamento mais “pesado” do que as Forças de Segurança de natureza civil,

O Presidente e o Governo encontraram-se assim a meio do caminho. E a fórmula final de enviar para o Iraque a GNR, numa manifestação de solidariedade em relação aos aliados, mas simultaneamente deixando claro que Portugal não participava na ação bélica mas no esforço de paz, acabou por satisfazer os desejos das duas partes... O problema é que não obrigando a constituição a este entendimento entre o Governo e o Presidente... a questão do Iraque poderia ter dado origem em Portugal a um gravíssimo conflito institucional” (Saraiva, 2007).

bem como o treino e alguns aspetos doutrinários comuns às Forças Armadas, para além de uma rigorosa disciplina, princípios, valores e tradições militares. Estamos portanto perante uma Força de Segurança enquanto tal, mas que tem natureza militar. Esta dualidade faz com que facilmente se movimente quer no “mundo policial” quer no “mundo militar”.

Partindo desta constatação as possibilidades que se apresentam são inúmeras. Desde logo, como é amplamente referido na literatura consultada (Bigo, 2000; Weger, 2009; Hovens, 2011; Perito, 2004; Dziedzic & Stark, 2006) e está igualmente plasmado na Declaração de Intenções assinada pelos países fundadores, em virtude desta característica, o espectro de ações em que a EUROGENDFOR está apta a participar, estende-se desde a fase inicial de uma crise, entrando no teatro de operações com as Forças Armadas para cumprir missões de natureza policial, passando pela fase de transição, com ou sem as Forças Armadas, para facilitar a coordenação e a cooperação com unidades locais ou internacionais de polícia, até à fase de retirada, facilitando a transferência de responsabilidades para as autoridades civis.

O rol de ações possíveis em resultado desta sua flexibilidade e versatilidade, não tem paralelo com nenhuma outra Força militar ou policial o que faz com que, para quem a nível político planeia estas missões, poder contar com uma Força que apresenta estas características e pode garantir uma presença útil em todas as fases de uma situação de crise, constituirá seguramente uma mais-valia.

Também para as Forças Armadas, que muitas vezes se debatem com dificuldades na gestão da ordem e da tranquilidade públicas logo desde o primeiro momento de uma crise, sem muitas vezes saberem verdadeiramente como agir, constituirá uma mais-valia poder contar com a possibilidade de emprego conjunto deste tipo de Força, já que a capacidade da EUROGENDFOR para operar inserida numa cadeia de comando militar e as suas afinidades com as Forças Armadas o facilitam.

Efetivamente, a presença de uma Força de Segurança capaz de operar em ambientes fortemente desestabilizados, frequentemente caracterizados por graves alterações da ordem pública, em resultado de fortes tensões de vária ordem, nomeadamente, políticas, sociais ou religiosas, facilita a condução das operações, pois como refere Robert Perito (2004, p.4)

«intervir militarmente, deixando para trás a anarquia, apelidando-a como paz, não é a solução».

Igualmente para as Forças de Segurança de natureza civil que participem numa missão desta natureza, a presença deste tipo de Força poderá facilitar a sua ação no terreno já que contarão com elementos que “falam a mesma linguagem” partilhando conhecimento e alguns procedimentos comuns. Esta possibilidade assume particular importância tendo em conta que geralmente estas Forças carecem de capacidade de intervenção mais robusta por, entre outros motivos já referidos, não estarem devidamente equipadas e armadas ou mesmo por ausência de treino adequado para lidar com situações mais graves, o que muitas vezes pode condicionar a realização das suas tarefas.

Esta capacidade para atuar em conjunto, quer com as Forças Armadas, quer com as Forças de Segurança de natureza civil, apoiando-as nas suas ações e fazendo aquilo que nem umas nem outras estão vocacionadas para fazer, umas por excesso de força e as outras por falta dela, traduz exatamente uma boa parte do potencial da Força de *Gendarmerie* Europeia para se poder afirmar no contexto internacional.

É por ser capaz de preencher esta lacuna, o tal “vazio de segurança” que se instala sempre que a situação já não exige uma intervenção militar, mas ainda não se basta com uma abordagem típica das Forças de Segurança de natureza civil, que a Força de *Gendarmerie* Europeia suscitou o interesse da comunidade internacional.

Foi exatamente isto que, como já referimos, esteve na base da sua participação na missão Althea na Bósnia-Herzegovina, conforme é referido pelo entrevistado nº 3 e que motivou elogios por parte do Comandante da EUFOR⁶⁷. É também esta capacidade que segundo o mesmo entrevistado e também segundo o entrevistado nº 1 explica o sucesso da EUROGENDFOR no Afeganistão⁶⁸.

⁶⁷ Resposta à questão nº 5.

⁶⁸ Resposta à questão nº 4.

Para além disto não podemos esquecer, conforme refere o entrevistado nº 3, que «*as Gendarmeries têm uma experiência adquirida de trabalho em conjunto em diferentes operações de gestão de crises*», o que naturalmente também contribui para o bom nível do seu desempenho e se reflete nos resultados obtidos pela EUROGENDFOR⁶⁹.

Uma Força que consegue cumprir eficazmente missões policiais em ambientes desestabilizados constitui, como todos reconhecem, um enorme potencial, pois todas as missões internacionais de gestão de crises se debatem com o mesmo problema, sem que o consigam solucionar a contento apenas com o emprego das Forças Armadas ou das Forças de Segurança de natureza civil.

Isto explica o “dilema” em que as principais Organizações Internacionais já referidas se encontram, procurando descortinar soluções para resolver situações para as quais nenhum outro tipo de Força, para além das *Gendarmeries*, está verdadeiramente vocacionado, razão pela qual as dificuldades em manter a ordem em ambientes fortemente desestabilizados se sucedem, como aconteceu na Bósnia e no Kosovo (Friesendorf, 2010, pp. 145 – 150) ou mais tarde no Iraque (Jakobsen, 2004, p.148), pois tal como afirma Robert Perito (2004, p.4) «*quem provoca os distúrbios não são militares, são os civis e as Forças Armadas não querem, nem estão preparadas para lidar com civis*» e conforme vimos, as Forças de Segurança de natureza civil também não têm condições para o poder fazer.

É precisamente esta situação que explica o interesse que a OTAN repetidamente tem demonstrado em ter à disposição capacidades civis dos seus Estados-membros, de modo a poder reagir rapidamente perante uma situação de gestão de crise. A EUROGENDFOR tem essas capacidades e as mesmas estão à disposição da OTAN.

O entrevistado nº 3 defende por isso que «*a inclusão formal da EUROGENDFOR nessas capacidades civis a disponibilizar pelos membros da OTAN poderia ter lugar*», possibilidade igualmente admitida pelos dois primeiros entrevistados⁷⁰.

⁶⁹ Resposta à questão nº 5

⁷⁰ Respostas à questão nº 9.

Por sua vez o entrevistado nº 4 argumenta⁷¹ que *«a OTAN tem demonstrado um interesse crescente por este tipo de Forças. Esta Organização tem consciência que o seu futuro passa por dar este passo, adotando um papel cada vez mais próximo daquele que normalmente associamos às Forças de Segurança»*, defendendo que *«a EUROGENDFOR deve ser uma ferramenta à sua disposição em conformidade com o previsto no Tratado da EUROGENDFOR»*.

Para além da OTAN, também a União Europeia é um potencial destinatário das capacidades da EUROGENDFOR, embora tal como relativamente à OTAN o aconselhável, segundo os entrevistados⁷², é que a EUROGENDFOR seja essencialmente uma ferramenta à sua disposição para situações de gestão de crises.

O entrevistado nº 2 sustenta que, *«a EUROGENDFOR pode sobretudo colocar à disposição da União Europeia, as suas capacidades operacionais ao nível da gestão de crises que é algo de que a mesma precisa, nomeadamente em termos de planeamento, coordenação de contributos dos vários países, comando e controlo, projeção rápida de Forças, integração de diversas valências ou especialidades e sua adequação em conformidade com a missão pretendida. O mesmo acrescenta ainda que, «até ao momento este trabalho tem sido assegurado individualmente por alguns dos principais países que, perante a inexistência de uma Organização que o faça tomaram essa iniciativa e assumiram a liderança nesta área»*⁷³.

Também o entrevistado nº 3, referindo-se especificamente a esta matéria, sublinha que a EUROGENDFOR tem vindo ultimamente a desenvolver contactos com o Serviço Europeu para a Ação Externa, *«com o objetivo de se estabelecer um protocolo entre a EGF e a União Europeia»* realçando igualmente que, *«o Tratado de Lisboa refere muito claramente que a União Europeia pode atribuir a condução de uma missão a uma Força multinacional que integre vários membros da União Europeia»*⁷⁴.

⁷¹ Resposta à questão nº 9.

⁷² Respostas à questão nº 8.

⁷³ Resposta à questão nº 8

⁷⁴ Resposta à questão nº 8

A cooperação com a União Europeia é por todos estes motivos um outro campo imenso de possibilidades que está aberto à EUROGENDFOR e que faz todo o sentido explorar, podendo, conforme os entrevistados salientam, ser feita sem que se proceda a uma integração formal nas estruturas da União Europeia (que de resto poderia confrontar-se com algumas resistências por parte de países que não dispõem deste tipo de Forças), evitando assim ficar sujeita à complexidade e morosidade dos processos de decisão desta Organização.

Naturalmente que também a cooperação com a Organização das Nações Unidas constitui outra possibilidade para a Força de *Gendarmerie* Europeia, que de resto já ensaiou com reconhecido sucesso no Haiti, conforme referido pelo terceiro entrevistado⁷⁵.

Nos termos do artº 5º do Tratado da EUROGENDFOR, esta possibilidade estende-se igualmente à OSCE e restantes Organizações Internacionais ou coligações ad-hoc, o que traduz bem a versatilidade desta Força e a sua apetência para a participação neste tipo de missões.

Efetivamente a Força de *Gendarmerie* Europeia está, desde a sua criação, à disposição das Organizações Internacionais ou mesmo de coligações ad-hoc e é capaz de se projetar num prazo máximo de 30 dias, com um efetivo inicial de 800 elementos que posteriormente poderá ser aumentado até aos 2300, adequadamente treinados e equipados e com uma componente de suporte logístico a coordenar entre os países participantes na respetiva missão.

Como em quase todas as Organizações Internacionais deste género, assegurar esta componente logística comporta sempre algumas dificuldades e no caso da EUROGENDFOR, importa ainda aperfeiçoar o processo para o efeito, conforme referido pela maioria dos entrevistados⁷⁶. No entanto, apesar de os meios logísticos estarem dispersos pelos vários países membros, não estando concentrados no Quartel-General Permanente ou numa qualquer base logística própria, essa capacidade existe e pode ser disponibilizada e isso constitui igualmente uma mais-valia da Organização em caso de projeção.

⁷⁵ Resposta à questão nº 5.

⁷⁶ Resposta à questão nº 7, dos entrevistados nº 2, 3 e 4.

Com base nos testemunhos externos já apresentados e de acordo com a informação transmitida pelos anteriores comandantes, a EUROGENDFOR já provou o seu valor acrescentado, tanto na Bósnia-Herzegovina, integrada numa missão da União Europeia, como no Afeganistão, integrada numa missão da OTAN, como inclusivamente no Haiti, integrada numa missão da ONU.

Estas participações, para além de terem abrangido as três principais Organizações Internacionais, permitiram à Força de *Gendarmerie* Europeia, demonstrar as suas capacidades ao nível das missões de substituição com poderes executivos de polícia, como foi o caso na Bósnia, ou em missões de *strengthening* (reforço), providenciando pela formação e posterior monitorização e aconselhamento das Forças de Segurança locais, como foi e é o caso no Afeganistão, ou ainda, em missões de carácter humanitário, garantindo a ordem e a tranquilidade pública, para que pudesse ser prestado auxílio às populações e normalizado o regular funcionamento das instituições locais de governo, como foi o caso no Haiti.

Por fim e porque se trata de uma Organização assente em sólidos princípios doutrinários, composta por Forças prestigiadas e com uma história que lhe dá consistência e credibilidade, há quem defenda que o conceito pode e deve ser replicado noutras partes do mundo, como é o caso do primeiro entrevistado ⁷⁷. Há quem vá mais longe e considere a possibilidade de expandir a Organização integrando outras Forças de Segurança de natureza militar⁷⁸, ou ainda, quem admita inclusivamente a integração de Forças de Segurança de natureza civil, de dentro da Europa⁷⁹, ou até de fora da Europa⁸⁰, desde que cumpram os requisitos e tenham as capacidades de intervenção estabelecidas pela EUROGENDFOR.

Tendo por base todos os elementos recolhidos (quer nas entrevistas ao atual e anteriores comandantes, quer na pesquisa bibliográfica realizada) e na sequência da fundamentação apresentada na resposta à anterior questão subordinada, verifica-se que:

⁷⁷ Resposta à questão nº 10.

⁷⁸ Como é o caso do entrevistado nº 2 e do entrevistado nº 3 em resposta à questão nº 10.

⁷⁹ Caso do entrevistado nº 4 em resposta à questão nº 10.

⁸⁰ Conforme defende Weger (2009, pp.46-51).

- existe uma procura e apreço crescentes relativamente a este tipo de Forças por parte de alguns países e das principais Organizações Internacionais;
- a experiência acumulada pelas Forças que integram a Força de *Gendarmerie* Europeia é já muito significativa, quer ao serviço desta última, quer sobretudo, sob as respetivas bandeiras nacionais;
- as Forças que compõem a EUROGENDFOR são devidamente equipadas e treinadas para intervir em missões de gestão de crises;
- a EUROGENDFOR é capaz de assegurar todo o espectro de missões policiais, por via da substituição ou do reforço das polícias locais, durante todas as fases de uma operação de gestão de crise, bem como, de providenciar pelo treino dentro e fora de quartéis acompanhando e aconselhando as Forças Policiais locais nos diversos níveis de comando ou de execução;
- tem uma estrutura permanente de planeamento e de comando e controlo a funcionar, apta a lançar uma missão de até 800 efetivos adequadamente treinados e equipados, num prazo máximo de 30 dias, que depois poderá ser aumentado até aos 2300 se necessário;
- é capaz de garantir uma componente de suporte logístico próprio em caso de projeção;
- é capaz de atuar sob comando militar ou sob autoridade civil;
- partilha conhecimento e procedimentos quer com as Forças Armadas quer com as Forças de Segurança de natureza civil;
- tem um relacionamento privilegiado com as Forças Armadas, o que facilita a sua participação conjunta na fase inicial das operações militares quando a exigência de coordenação e interoperabilidade é maior;
- é capaz de oferecer segurança à população segundo referenciais e expectativas de atuação próprios de uma Polícia civil sem contudo apresentar as limitações desta;
- existe já um repositório muito significativo de procedimentos e doutrina comum que permitem aperfeiçoar a ação conjunta e aproximar e dar cada vez mais coesão e consistência

à Força, com potenciais reflexos importantes ao nível de cada país, em termos de troca de experiência e de “melhores práticas”, podendo também contribuir para aumentar a qualidade do serviço prestado a nível nacional, por cada uma das Forças que integram a EUROGENDFOR;

- pode contribuir para uma maior integração europeia, estreitando o diálogo e a cooperação entre estas Forças;
- pode oferecer aos países membros uma eventual vantagem competitiva relativamente a outros países que não dispõem deste tipo de Força;
- pode expandir-se enquanto Organização ou enquanto conceito, absorvendo outras Forças de Segurança ou fomentando a criação de organizações semelhantes noutros continentes.

Nestes termos e tendo por base os elementos recolhidos entendemos que é possível sustentar que, a EUROGENDFOR tem potencial para poder desempenhar um papel importante no âmbito das missões internacionais de gestão de crises.

Por último iremos agora abordar a terceira questão subordinada:

Quais serão os fatores principais que poderão estar a interferir com o desenvolvimento da Força de *Gendarmerie* Europeia?

Tendo concluído que existe espaço para a Força de *Gendarmerie* Europeia se poder afirmar como ator relevante no âmbito das missões internacionais de gestão de crises e que ela tem potencial adequado para esse efeito, importa agora tentar perceber o que poderá estar a dificultar o cumprimento desse objetivo.

Criada a Organização há sensivelmente nove anos atrás, estando devidamente implantado e a funcionar, o seu Quartel-General Permanente, tendo a mesma participado em três missões diferentes com êxito e dissipadas que estão eventuais dúvidas iniciais relativas às suas reais capacidades de projeção e de eficácia no terreno, tudo aponta para que estejamos

perante uma Organização apta a prosseguir os objetivos a que os países fundadores se propunham na Declaração de Intenções.

Naturalmente que, tal como todas as organizações, apresentará algumas insuficiências que carecerão de ajustamentos, mas e sobretudo, baseado na experiência de cerca de dois anos ao serviço da mesma, fácil é constatar que as dinâmicas criadas traduzem já uma significativa consolidação de processos e permitem constatar a existência de uma Organização com uma forte identidade, onde as diferentes nacionalidades se misturam e se integram com alguma facilidade, em resultado, não apenas de vontades ocasionais, mas principalmente da existência de padrões comuns de atuação, de procedimentos muito semelhantes, assim como, uma cultura militar e um conjunto de princípios e valores que são o suporte visível do entendimento entre todos aqueles que desempenham funções na EUROGENDFOR.

Ao longo dos anos foi também desenvolvido um significativo repositório de doutrina, muita dela elaborada no próprio Quartel-General Permanente, que hoje constitui um importante testemunho do conhecimento e da experiência acumulados pela Organização, servindo igualmente de sólido suporte para as suas atividades e para o seu futuro desenvolvimento.

Do ponto de vista administrativo a Organização consolidou já igualmente uma boa parte dos seus processos de funcionamento, ultrapassando alguns constrangimentos iniciais e apresentando hoje procedimentos agilizados e adaptados ao seu carácter multinacional e à lei do país anfitrião.

Entretanto o Tratado da EUROGENDFOR, cuja ratificação pela França estava pendente desde 2007, foi também ratificado no passado dia 1 de junho de 2012, consolidando o posicionamento da Força de *Gendarmerie* Europeia na ordem jurídica internacional enquanto Organização Internacional de pleno direito.

No entanto e apesar de tudo isto, verifica-se um abrandamento no seu desenvolvimento, cuja expressão mais visível é evidenciada pela ausência de solicitações para a

participação em missões por parte de Organizações Internacionais, desde que, em janeiro de 2010 foi pedida pela ONU a participação na MINUSTAH no Haiti.

A situação é percebida aos vários níveis da Organização e levou inclusive a que a presidência holandesa do CIMIN para o ano de 2013, logo no início do seu mandato, adotasse como lema *“from meetings to missions”* (de reuniões a missões), numa clara alusão à necessidade de todos mobilizar para rapidamente se conseguir ultrapassar esta situação e concretizar a participação de efetivos da EUROGENDFOR numa missão no âmbito da gestão internacional de crises.

Interessa por isso tentar perceber o que poderá estar a afetar o sucesso da Organização e a condicionar o seu desenvolvimento. Vários são os fatores apontados pelos entrevistados. Desde logo e à cabeça de todos, a necessidade de um maior empenhamento político por parte dos países membros.

Efetivamente, todos os entrevistados sublinham esta necessidade. O entrevistado nº 1 chega mesmo a afirmar que *«a falta de um maior empenhamento político de cada um dos nossos países é a única razão do abrandamento do desenvolvimento da EUROGENDFOR»*⁸¹.

Seguem-se, segundo opinião manifestada igualmente por todos os entrevistados⁸², outros fatores, como a tendência para a defesa dos respetivos interesses nacionais.

Também a lentidão do processo de decisão ocupa um lugar de destaque nas afirmações da maioria dos entrevistados. Esta lentidão, segundo refere o entrevistado nº 2, *«limita de forma significativa as capacidades da Organização, principalmente quanto ao objetivo de conseguir projetar-se num prazo máximo de 30 dias»*⁸³.

O entrevistado nº 3 destaca igualmente a lentidão do processo de decisão, sublinhando que esta morosidade pode igualmente impedir a EUROGENDFOR de participar nas missões desde a fase de planeamento, conforme aconteceu no Afeganistão, provocando depois

⁸¹ Resposta à questão nº 1.

⁸² Respostas dos entrevistados nº 1,3 e 4 à questão nº 1 e resposta do entrevistado nº 2 às questões nº 2 e 6.

⁸³ Resposta à questão nº 1.

acrescidas dificuldades no ajustamento da Força e na sua integração com as Forças já presentes no terreno⁸⁴.

Também o entrevistado nº 4 alerta para os inconvenientes da lentidão do processo de decisão referindo que tal acaba por ser uma das razões pelas quais a Força *«chegando tarde, tem acabado por adotar o célebre formato de projeção “sob o chapéu da EUROGENDFOR”*», que segundo o mesmo, *«na realidade nada significa a não ser que se trata de efetivos pertencentes aos países que fazem parte da EUROGENDFOR, mas que já integravam a missão enquanto efetivos desses países e não enquanto efetivos da EUROGENDFOR»*⁸⁵.

Um outro motivo que é referido pela maioria dos entrevistados, é a inexistência de capacidade logística própria, embora todos sem exceção, reconheçam que se trata sobretudo de uma questão dependente de um maior empenhamento político dos países membros.

A falta de diálogo permanente com as principais Organizações Internacionais é igualmente apontada como um dos motivos que têm impedido a Força de se desenvolver e de se afirmar no contexto internacional no âmbito das missões de gestão de crises, denotando quer o entrevistado número dois⁸⁶, quer os entrevistados números três⁸⁷ e quatro⁸⁸, especial preocupação com esta matéria.

Foi também referida pela maioria dos entrevistados⁸⁹, alguma resistência a este modelo por parte de países membros da União Europeia que não dispõem deste tipo de Forças. Tal poderá igualmente ser um fator de atrito ao nível das estruturas de decisão das principais Organizações Internacionais, já que esses países integram também, entre outras, a OTAN, a ONU e a OSCE.

⁸⁴ Resposta à questão nº 2.

⁸⁵ Resposta à questão nº 2.

⁸⁶ Resposta à questão nº 11.

⁸⁷ Respostas às questões nº 1 e 11.

⁸⁸ Resposta à questão nº 11.

⁸⁹ Resposta à questão nº 8, dos entrevistados nº 1, 3 e 4.

Todos os fatores que os entrevistados referem, poderão certamente contribuir, em graus diferentes, para ajudar a perceber a questão em análise. Haverá sempre margem para se invocarem outros fatores que igualmente ajudariam a clarificar o problema, como é certamente, o caso da grave crise económica que a maior parte dos países membros atravessam ou mesmo da situação política de alguns deles.

Não pretendemos por isso esgotar o elenco de motivos que ajudariam a explicar a situação presente. Consideramos contudo que, atendendo ao facto de termos ouvido o atual e todos os anteriores comandantes da EUROGENDFOR, os fatores que aqui foram por eles identificados, corresponderão, em princípio, àqueles que de forma mais significativa vêm condicionando o desenvolvimento da Organização.

Analizadas as questões subordinadas procuraremos agora dar resposta à pergunta de partida, ou seja, **é possível continuar a desenvolver a Força de Gendarmerie Europeia?**

Em face das repostas encontradas para as questões subordinadas, concluímos que existe espaço para a Força de Gendarmerie Europeia se poder afirmar como ator relevante no âmbito das missões internacionais de gestão de crises e que ela tem potencial para esse efeito, embora existam alguns fatores que estarão a interferir com o seu desenvolvimento.

Efetivamente para se perceber se estamos perante um projeto com condições para continuar a ser desenvolvido, importa antes de mais verificar se existe espaço para ele (se faz sentido) e depois se o mesmo tem potencial (se está apto a alcançar os objetivos para que foi criado). Concluímos ser esse o caso da EUROGENDFOR, contudo, porque existem fatores que poderão estar a interferir com o seu desenvolvimento, importa agora analisar até que ponto é que esses fatores podem ou não ser importantes para continuar a desenvolver a Força de Gendarmerie Europeia e que medidas podem ser tomadas para os eliminar ou para anular, ou pelo menos atenuar, os seus efeitos.

Assim, quanto à alegada falta de um maior empenhamento político por parte dos países insistentemente referida por todos os entrevistados, somos levados a refletir sobre o papel do

CIMIN que, conforme já anteriormente se esclareceu, é o órgão de direção estratégica e política da EUROGENDFOR, sendo composto por altos representantes dos competentes ministérios de cada país, a quem cabe, nos termos do artigo 7º do Tratado, entre outras atribuições, a de *“emitir orientações estratégicas, dar diretivas ao Comandante da EUROGENDFOR e decidir sobre a participação desta em qualquer missão”*.

Considerando ainda que, as referidas orientações estratégicas, as diretivas ao Comandante e as decisões sobre a participação da EUROGENDFOR em qualquer missão, são nos termos do nº 2 do mesmo artigo, tomadas por unanimidade, percebemos facilmente que para além de se tratar de questões de natureza política, o seu tratamento exige que esteja reunida a vontade concordante de todas as partes o que certamente não facilitará o processo.

Apesar disto, a Organização tem conseguido ultrapassar as dificuldades com que se tem confrontado o que significará necessariamente, que existe algum empenhamento político. Talvez a EUROGENDFOR não caminhe à velocidade que seria desejável, mas essa é igualmente uma crítica que é feita a outras Organizações Internacionais, como por exemplo a própria União Europeia, que não tem impedido o seu desenvolvimento e até nesse caso, o seu alargamento e consolidação.

Assim, embora na linha do que foi sublinhado por todos os entrevistados, se considere que seria desejável um maior empenhamento político por parte dos países membros, julgamos que essa situação não compromete de forma determinante a possibilidade de continuar a desenvolver a EUROGENDFOR, dado que, conforme ficou demonstrado pela informação obtida nas entrevistas e nas pesquisas bibliográficas realizadas, o empenhamento político não é presentemente muito diferente do que era nos primeiros anos de vida da Organização o que não a impediu de reunir os consensos necessários para participar em três missões diferentes com apreciável sucesso.

Quanto ao facto de se verificar uma tendência para a defesa dos respetivos interesses nacionais, devemos ter em conta que conciliar os interesses das partes é em todas as organizações um trabalho complexo e nem sempre bem-sucedido e conforme refere o

entrevistado nº 1, estamos perante «*um fenómeno comum a todas as Organizações Internacionais*⁹⁰».

A competição entre países sempre existiu e há-de existir e naturalmente todos esperam que os países defendam, acima de tudo, os seus próprios interesses. A questão só deve considerar-se suficientemente relevante quando assuma uma intensidade tal que impeça a Organização de funcionar ou de se desenvolver.

Com base na nossa experiência e também nos elementos que foi possível recolher, não consideramos que esta situação influencie de forma significativa o funcionamento da Organização ou o seu desenvolvimento, nem que as tensões que inicialmente se terão verificado ou que pontualmente possam surgir, tenham hoje expressão preocupante, estando certamente tão presentes como em qualquer outra Organização Internacional deste tipo.

No que respeita à lentidão do processo de decisão importará introduzir os mecanismos de correção que forem possíveis. É fundamental que o processo de decisão seja mais ágil e mais rápido. A fórmula que tem sido seguida passa pelo chamado “procedimento de silêncio”, ou seja, mediante uma proposta enviada pela Presidência por meios eletrónicos, opta-se frequentemente por indicar um prazo para resposta e caso a resposta não seja dada dentro desse prazo, considera-se que o país concorda com a proposta que foi feita.

Atendendo ao facto de haver quatro reuniões anuais ordinárias do Grupo de Trabalho que apoia o CIMIN e de haver apenas duas reuniões anuais do CIMIN, este procedimento permite não apenas preparar alguns dos assuntos a ser discutidos nessas reuniões, como viabiliza a resolução de outros que, não podendo esperar pela realização dessas reuniões, também não justificam por si só, a convocação de uma reunião extraordinária para o efeito.

Trata-se portanto de um procedimento eficaz e que deve ser mais incrementado de forma a contribuir para acelerar algumas decisões e a criar condições para que fases intermédias de outras mais complexas, possam entretanto ser resolvidas, reduzindo dessa forma o tempo necessário para se obter a decisão final.

⁹⁰ Resposta à questão nº 1.

Não se ignora obviamente que a lentidão do processo de decisão está também intrinsecamente relacionada com a necessidade de um maior empenhamento a nível político por parte dos países, mas quanto mais agilizados forem os procedimentos, melhores condições haverá para que os países tomem, querendo, as suas decisões em devido tempo.

No que respeita à inexistência de capacidade logística própria, nem todos os entrevistados lhe atribuem especial significado, argumentando o entrevistado nº 1 que, noutras Forças europeias que dispunham desta capacidade, como era o caso do *EUROCORPS* em Estrasburgo, ou da *EUROFOR* em Florença, a mesma estava, apesar de tudo, subaproveitada⁹¹.

Embora os restantes três entrevistados, considerem essa capacidade importante, acabam, tal como o entrevistado nº 1, por argumentar que a situação pode ser facilmente ultrapassada desde que haja um maior empenhamento político, pois ou os países com Forças mais numerosas e com capacidade para prestarem esse apoio, como é o caso da França ou da Itália, assumem esse encargo aplicando o princípio, consagrado na doutrina da EUROGENDFOR, da “*Logistics Leading Nation*” (nação que lidera a logística) ou segundo a mesma doutrina, se aplica o princípio designado “*Shared Logistics*” (logística partilhada) que consagra uma divisão dessas responsabilidades entre os países membros segundo uma espécie de catálogo de capacidades logísticas, previamente estabelecido e que nesta fase se encontra em estudo dentro da Organização com vista à sua aprovação e posterior implementação.

Também a falta de um diálogo permanente com as principais Organizações Internacionais, foi apontada pelos entrevistados como um dos fatores que estarão a interferir com o desenvolvimento da Força de *Gendarmerie* Europeia, nomeadamente porque, nas palavras do entrevistado nº 3 «*falta decisivamente um passo de nível estratégico-político que deveria materializar-se na celebração de protocolos, parcerias, memorandos de entendimento ou qualquer outra forma de entendimento e cooperação*»⁹².

⁹¹ Resposta à questão nº 7.

⁹² Resposta à questão nº 11.

Esta falta de diálogo permanente é patente no quotidiano da Organização, pois não existe qualquer estrutura de ligação permanente e agilizada com qualquer uma das principais Organizações Internacionais, nem mesmo com a União Europeia. Segundo o entrevistado nº 3, uma das medidas que importaria por isso tomar, seria a nomeação de um ponto de contacto junto da UE, da OTAN e da ONU⁹³.

É certo que os países membros estão representados aos diversos níveis dessas organizações, mas não existe uma representatividade visível e atuante da própria EUROGENDFOR, o que naturalmente tem consequências na afirmação internacional da Força e na sua visibilidade, para além de se refletir necessariamente na qualidade e quantidade de informação a que acede no que respeita a possíveis envolvimento em missões e na sua capacidade de influência junto dos principais decisores no âmbito dessas matérias.

Seguramente que este será um dos aspetos a que importará dar alguma atenção no futuro de forma a estreitar o mais possível o diálogo entre a EUROGENDFOR e as principais Organizações Internacionais, à disposição das quais esta Força se encontra desde a sua criação e das quais também depende, na maior parte dos casos, a sua participação em missões internacionais de gestão de crises.

Quanto à eventual existência de alguma resistência protagonizada por países da União Europeia que não têm este tipo de Forças e que não simpatizam com a ideia de Forças de Segurança de natureza militar, sugerida pelos entrevistados nº 1, 3 e 4 em resposta à questão nº 8, a situação é do conhecimento público, sendo assumida em certos círculos políticos e académicos anglo-saxónicos como é o caso por exemplo do *Statewatch*, observatório sem fins lucrativos, sediado em Londres, que faz a monitorização do estado das liberdades civis na Europa e é composto entre outros, por académicos, jornalistas e investigadores, e que, em 2006, referindo-se à criação da EUROGENDFOR comentava: “A criação de uma Força paramilitar europeia, a EGF, acrescenta mais uma Força à longa lista de entidades, agências e

⁹³ Resposta à questão nº 11.

Forças criadas pela União Europeia, sobre as quais existe pouca responsabilização, escrutínio, transparência ou abertura...” (Gobinet, 2011, p. 27).

Também mais recentemente dois investigadores do Departamento de Política e Relações Internacionais da Universidade de Aberdeen, no Reino Unido, referiram-se abertamente à *“falta de apreço pelas Forças do tipo Gendarmerie no mundo anglo-saxónico, incluindo a literatura sobre temas ligados às Polícias e à segurança, que promove uma clara separação entre Forças militares e policiais em termos de estatuto e competências de atuação (...). Algumas das perguntas colocadas por deputados britânicos refletem certamente o choque entre os dois modelos, senão mesmo uma mal disfarçada hostilidade relativamente ao modelo que contempla a existência de Gendarmeries...”* (Arcudi & Smith, 2013).

Julgamos portanto que não deva ser excluída a possibilidade da existência de alguma resistência nos principais centros de decisão relacionados com as missões internacionais de gestão de crises, ao nível da União Europeia, da OTAN, da ONU e da OSCE, protagonizadas por países que não têm este tipo de Forças e que não simpatizam com a ideia de Forças de Segurança de natureza militar.

É este o caso da maior parte dos países anglo-saxónicos ou dos países nórdicos, sendo certo que estes últimos assumiram nos últimos anos um elevado protagonismo, quer enquanto prestadores de formação no âmbito da preparação de efetivos para integrarem missões internacionais de gestão de crises, quer em algumas das estruturas de planeamento destas missões, nomeadamente em Bruxelas ou em Nova Iorque, onde os primeiros já tinham presença significativa.

Apesar desta situação, os elementos recolhidos durante as pesquisas bibliográficas e as respostas obtidas nas entrevistas levam-nos a concluir que esta eventual resistência não é considerada determinante para o desenvolvimento da EUROGENDFOR, pois conforme demonstrámos, o apreço pelo desempenho da mesma e a defesa das Forças do tipo *Gendarmerie* são publicamente assumidos pelas principais Organizações Internacionais bem como por destacados académicos ligados aos assuntos da segurança e defesa, um pouco por toda a Europa e também nos Estados Unidos.

Assim, com base na discussão de resultados e reflexão crítica realizadas concluímos que os fatores que assumem maior relevância e a que importará dedicar mais atenção no futuro são, a necessidade de um maior empenhamento político, a lentidão do processo de decisão e a falta de um diálogo permanente com as principais Organizações Internacionais.

Nestes termos, tendo presente conforme demonstrámos, que existe espaço para a Força de *Gendarmerie* Europeia se poder afirmar como ator relevante no âmbito das missões internacionais de gestão de crises e que ela tem potencial para esse efeito, embora existam fatores que estarão a interferir com o seu desenvolvimento, entendemos que nenhum deles se traduziu até ao momento num verdadeiro bloqueio ou estrangulamento que impeça que a Organização possa desenvolver-se, pelo que em resposta à questão de partida, julgamos poder sustentar que é possível continuar a desenvolver a Força de *Gendarmerie* Europeia.

Contudo, pela importância que os entrevistados atribuíram aos três fatores acima identificados e pelas implicações que estes podem ter no abrandamento do desenvolvimento da EUROGENDFOR, importará proceder aos ajustamentos que referimos, para alterar a situação ou pelo menos minorar os seus efeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E ANÁLISE PROSPETIVA

A Força de *Gendarmerie* Europeia é ainda uma Organização recente à qual o mundo académico não tem dedicado muita atenção. A teorização à volta deste tipo de Organizações acarreta por isso algumas dificuldades, desde logo porque não existe muita informação disponível e depois, porque aquela que existe não foi ainda alvo de escrutínio por parte dos investigadores, não se apresentando devidamente organizada e consolidada sob o ponto de vista científico.

Temos portanto consciência de que os elementos recolhidos através das pesquisas bibliográficas poderão, nalguns casos, aconselhar ao desenvolvimento de estudos posteriores para melhor enquadramento das questões abordadas. Procurámos por isso, sempre que possível, confrontá-los com as informações recolhidas nas entrevistas de forma a que uma e outra fonte se pudessem complementar, no intuito de conseguirmos fazer uma análise tão objetiva e clara quanto possível.

Apesar do esforço feito no sentido de analisar a dinâmica da Organização procurando identificar problemas e apresentar possíveis soluções, temos consciência de que não existem fórmulas mágicas que nos permitam antecipar o que possa vir a ser o maior ou menor desenvolvimento da EUROGENDFOR.

Contudo, procurámos perceber a importância que a Força de *Gendarmerie* Europeia pode ter no contexto internacional da gestão de crises, tendo para isso analisado as implicações do modo como nos últimos anos evoluiu o conceito de segurança e se alterou a natureza das ameaças, dedicando especial atenção à forma como as principais Organizações Internacionais reagiram a esta realidade e à oportunidade que este novo quadro global de segurança representou e representa para a Força de *Gendarmerie* Europeia.

A participação em três missões internacionais de gestão de crises permitiu comprovar o valor acrescentado desta Força e parecia antecipar futuros e frequentes empenhamentos operacionais que entretanto acabaram por não acontecer.

Passado o fulgor inicial e perante a ausência de novas missões, segundo o atual e os anteriores comandantes, verificou-se um certo abrandamento no desenvolvimento da Organização, motivado, entre outros fatores, essencialmente pela necessidade de um maior empenhamento político dos países membros, pela morosidade do processo de decisão da EUROGENDFOR e pela falta de um relacionamento permanente com as principais Organizações Internacionais.

Concluimos que importa tomar medidas que corrijam ou pelo menos atenuem os efeitos destes fatores de abrandamento, das quais destacamos a necessidade de introduzir os mecanismos adequados a acelerar o processo de decisão, bem como, a necessidade de providenciar por uma representação própria junto das principais Organizações Internacionais que proporcione visibilidade à EUROGENDFOR e permita um acompanhamento próximo dos assuntos do interesse da Organização.

Estas medidas preconizadas para intervir ao nível da lentidão do processo de decisão e da necessidade de um diálogo permanente com as principais Organizações Internacionais, dependem em última análise do que for possível fazer relativamente ao primeiro dos factores acima referidos, ou seja, relativamente à necessidade de um maior empenhamento político por parte dos países membros.

A este nível importa que os respetivos líderes políticos sejam capazes de, cada vez mais, afirmar o valor acrescentado da Força de *Gendarmerie* Europeia junto das principais Organizações Internacionais e de se empenharem no desenvolvimento das suas potencialidades, bem como, de providenciarem pela sua participação em missões internacionais de gestão de crises.

Apesar do quadro descrito, importa também sublinhar que existem neste momento sinais muito positivos relativamente ao futuro da Força de *Gendarmerie* Europeia.

Na sequência de uma cuidada avaliação de que recentemente foi alvo por parte de uma comissão constituída por peritos do Instituto de Relações Internacionais *Clingendael* da Holanda e das Forças que integram a EUROGENDFOR, com vista à melhor compreensão das

suas potencialidades e da forma mais adequada para a consolidar e desenvolver, estão a ser desencadeadas medidas concretas e importantes com vista ao ajustamento de alguns procedimentos com implicações relevantes no seu funcionamento.

Tratando-se de um documento interno não nos referiremos ao seu conteúdo, mas acreditamos que com base nas suas recomendações seja possível criar uma nova dinâmica que muito beneficiará o futuro da Organização.

Também no que respeita ao alargamento da EUROGENDFOR se apresenta como cada vez mais provável a admissão da *Gendarmerie* Militar Polaca como membro de pleno direito da Força de *Gendarmerie* Europeia.

Por outro lado as situações de conflito que recentemente surgiram no norte de África, dadas as suas características, as ligações históricas desta região com alguns dos países que integram a EUROGENDFOR e o facto de nesta zona do continente africano existirem já Forças locais do tipo *Gendarmerie*, permitem com alguma probabilidade antecipar que num futuro próximo, a Força de *Gendarmerie* Europeia seja chamada a participar no esforço internacional de estabilização desta zona do globo.

A participação numa missão é obviamente o que neste momento mais interessaria para continuar a afirmar a Força no contexto internacional da gestão de crises, dando-lhe um novo impulso que certamente acabaria também por contribuir para o aperfeiçoamento de alguns procedimentos e criaria novas dinâmicas que inevitavelmente se refletiriam de forma positiva no seu desenvolvimento.

Contudo, considerando o “período de paz” que neste momento se vive e tendo em conta os fatores de abrandamento desse desenvolvimento que foi possível identificar, importa aproveitá-lo o melhor possível para introduzir os ajustamentos adequados e criar as condições necessárias para que a Força de *Gendarmerie* Europeia possa ocupar definitivamente o lugar importante que por direito próprio lhe cabe no contexto internacional da gestão de crises.

Referências Bibliográficas

- Alves, A. C., 2008. *Em Busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. C., 2010. *Introdução à Segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Arcudi, G. & Smith, E. M., 2013. The European Gendarmerie Force: A solution in search of problems?. *European Security*, 03 janeiro, p. 13.
- Armitage, D. T. & Moisan, A. M., 2005. Constabulary Forces and Postconflict Transition: The Euro-Atlantic Dimension. *Strategic Forum*, novembro.
- Ashdown, P., 2007. *Swords and Ploughshares: Bringing Peace to the 21st Century*. London: Weidenfeld and Nicholson.
- Azevedo, M. E., 2002. O Papel da OSCE e a Diplomacia Preventiva - Uma breve abordagem conceptual. *Revista Nação e Defesa*, Outono-Inverno, 103(2ª Série), pp. 111-115.
- Bayley, D. H., 2006. *Changing the Guard: developing democratic police abroad*. New York: Oxford University Press, Inc..
- Bigo, D., 2008. Globalized (In)Security: The Field and the Ban-opticon. In: D. Bigo & A. Tsoukala, edits. *Terror, Insecurity and Liberty - Illiberal Practices of Liberal Regimes After 9/11*. New York: Routledge, p. 10.
- Biscop, S., 2008. The ABC of the European Union Security Strategy: Ambition, Benchmark, Culture. In: S. Blockmans, ed. *The European Union and Crisis Management - Policy and Legal Aspects*. Haia: T.M.C Asser Press, p. 57.
- Bruggeman, W., 2011. *Gendarmeries and the Security Challenges in the 21st Century - Some Introductory Remarks*. Haia, Koninklijke Marechaussee, p. 60.
- Caplan, R., 2002. *A New Trusteeship ? The International Administration of War-Torn Territories*, Oxford: Oxford University Press.
- Center of Excellence for Stability Police Units, 2005. *The Future Roles for Stability Police Units*. Vicenza, Center of Excellence for Stability Police Units, p. 3.

Coffey International Development, 2010. *Policing Inequal: Next Steps in Police Reform in Afghanistan – Final Report*, s.l.: s.n.

David, C.-P., 2001. *A Guerra e a Paz: abordagens contemporâneas da segurança e da estratégia*. Lisboa: Instituto Piaget.

Dougherty, J. E. & Pfaltzgraff, R. L. J., 2003. *Relações Internacionais, As Teorias em Confronto*. 1ª ed. Lisboa: Gradiva .

Doyle, M. W., 2001. War Making and Peace Making: the United Nations Post-Cold War Record. In: C. A. Crocker, F. O. Hampson & P. Aall, edits. *Turbulent Peace- The Challenges of Managing International Conflict*. Washington D.C.: United States Institute of Peace, p. 530.

Dziedzic, M. J., 2002. Policing From Above: Executive Policing and Peace Implementation in Kosovo. In: R. Dwan, ed. *Executive Policing - Enforcing the Law in Peace Operations*. 2nd ed. Solna: Stockholm International Peace Research Institute, p. 51.

Dziedzic, M. & Stark, C., 2006. Bridging the Public Security Gap: The Role of the Center of Excellence for Stability Police Units (CoESPU) in Contemporary Peace. *United States Institute of Peace*, junho, p. 2.

European Gendarmerie Force, 2012. *European Gendarmerie Force*.

Disponível em: <http://www.eurogendfor.org/>

[Acedido em 10 janeiro 2012].

European Gendarmerie Force, 2012. *European Gendarmerie Force*.

Disponível em: <http://www.eurogendfor.org/eurogendfor-missions>

[Acedido em 08 dezembro 2012].

European Union Institute for Security Studies, 2009. *European Security and Defence Policy - The First Ten Years (1999-2009)*, Paris: EU Institute for Security Studies.

FIEP, 2012. *FIEP Association of Mediterranean and European Gendarmeries*.

Disponível em: <http://www.fiep.org/>

[Acedido em 12 dezembro 2012].

Flanagan, S., Cipoletti, T. & Tuninetti, A., 2012. *Afghanistan: A Stress Test for Transatlantic Security Cooperation*, Rome: Istituto Affari Internazionali.

Friesendorf, C., 2010. *The Military and Law Enforcement in Peace Operations - Lessons Learned from Bósnia-Herzegovina and Kosovo*. Geneva: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces.

Ghali, B. B., 1992. *ONU*.

Disponível em: http://www.unrol.org/files/A_47_277.pdf

[Acedido em 29 março 2012].

Gobinet, P., 2011. *The Gendarmerie Alternative : Is There a Case for the Existence of Police Organizations with Military Status in the Twenty-first Century European Security Apparatus ?*. Haia, Koninklijke Marechausee, p. 30.

Gobinet, P., 2011. *The Gendarmerie Alternative : Is There a Case for the Existence of Police Organizations with Military Status in the Twenty-first Century European Security Apparatus ?*. Haia, Koninklijke Marechausee, p. 30.

Gros-Verhyde, N., 2009. EU may send Gendarmes to Boost Force. *EUROPOLITICS*, 20 março.

Hansen, A. S., 2002. *From Congo to Kosovo: Civilian Police in Peace Operations*. London: Oxford University Press.

Haubler, U., 2007. *Ensuring and Enforcing Human Security - The Practice of International Peace Missions*. Nijmegen: Wolf Legal Publishers.

Hoogenboom, B., 2011. *Policing the Gap: The Growing Importance of Gendarmerie Forces in Creating National and International Stability*. Haia, Koninklijke Marechausee, pp. 104 - 106.

Hovens, H., 2011. *The European Gendarmerie Force - Bridging the Public Security Gap ?*. Haia, Koninklijke Marechausee.

Hyde-Price, A., 2001. " Beware the Jabberwock " Security Studies in the Twenty-First Century. In: H. Gartner, A. Hyde-Price & E. Reiter, edits. *Europe's New Security Challenges*. Boulder(Colorado): Lynne Rienner Publishers, p. 27.

Jakobsen, P. V., 2004. Military Forces and Public Security Challenges. In: M. Pugh & W. P. Sidhu, edits. *The United Nations And Regional Security - Europe and Beyond*. London: Lynne Rienner Publishers, Inc., pp. 137 - 153.

Jeffrey, S. R., 1999. Marines Kill Another Gunman in kosovo. *Washington Post*, 26 junho.p. A17.

Kritz, N. J., 2001. The Rule of Law in the Postconflict Phase. In: C. A. Crocker, F. O. Hampson & P. Aall, edits. *Turbulent Peace- The Challenges of Managing International Conflict*. Washington D.C.: United States Institute of Peace, p. 806.

Lutterbeck, D., 2004. Between Police and Military: The New Security Agenda and the Rise of Gendarmeries. *Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association*, 1 março, Volume 39, p. 47.

NATO, 1991. *NATO*.

Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/SID-3757B6C2-E65DF5AA/natolive/official_texts_23847.htm

[Acedido em 29 março 2012].

NATO, 1999. *North Atlantic Treaty Organisation*.

Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/SID-11824111-9B9B27B5/natolive/official_texts_27433.htm

[Acedido em 27 março 2012].

NATO, 2010. *North Atlantic Treaty Organisation*.

Disponível em: <http://www.nato.int/lisbon2010/strategic-concept-2010-eng.pdf>

[Acedido em 29 março 2012].

NATO, 2013. *North Atlantic Treaty Organization*.

Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_52060.htm?selectedLocale=en

[Acedido em 21 janeiro 2013].

ONU, 1994. *ONU*.

Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1994_en_chap2.pdf

[Acedido em 28 março 2012].

ONU, 2004. *A More Secure World: Our Shared Responsibility - Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change - Executive Summary*.

Disponível em: <http://www.un.org/secureworld/brochure.pdf>

[Acedido em 28 março 2012].

ONU, 2010. *The Globalization of Crime - A Transnational Organized Crime Threat Assessment*.

Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and->

[analysis/tocta/TOCTA_Report_2010_low_res.pdf](#)

[Acedido em 27 março 2012].

ONU, S.-G. d., 2002. *United Nations*.

Disponível em: [http://daccess-dds-](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/706/20/IMG/N0270620.pdf?OpenElement)

[ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/706/20/IMG/N0270620.pdf?OpenElement](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/706/20/IMG/N0270620.pdf?OpenElement)

[Acedido em 24 novembro 2012].

Organização das Nações Unidas, 2013. *MINUSTAH - United Nations Stabilization Mission in Haiti*.

Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/background.shtml>

[Acedido em 03 dezembro 2012].

Peace Operations Monitor, 2009. *Peace Operations Monitor*.

Disponível em: <http://pom.peacebuild.ca/afghanistansource/Afghanfile.pdf>

[Acedido em 07 dezembro 2012].

Perito, R. M., 2004. *Where is the Lone Ranger When We Need Him ? America's Search for a Post-Conflict Stability Force*. Washington, DC: United States Institute of Peace.

Ramalho, J. L. P., 2002. A OSCE na sua Dimensão Politico-Militar. *Revista Nação e Defesa*, Outono-Inverno.

Rotmann, P., 2012. Police in 21st Century Global Peace Operations: Achievements and Challenges. *Global Public Policy Institute - Policy Brief*, outubro, p. 1.

Saraiva, J. A., 2007. *Politica à Portuguesa*. 1ª ed. Lisboa: Oficina do Livro.

Steeves, K. & Wal, J. v. d., 2012. *The European Gendarmerie Force: Beyond Potential*, Haia: The Netherlands Institute of International Relations "Clingendael".

Tomé, L. L., 2007. *Janus 2007 Alterações na Segurança Internacional*.

Disponível em: http://janusonline.pt/2007/2007_1_5.html

[Acedido em 27 março 2012].

UE, 2003. *Conselho Europeu*.

Disponível em: <http://consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>

[Acedido em 29 março 2012].

UE, 2008. *Conselho Europeu*.

Disponível em:

http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/99395.pdf

[Acedido em 29 março 2012].

UE, 2009. *EU Bookshop*.

Disponível em: http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/pt_PT/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=QC3209190

[Acedido em 28 Maio 2012].

UE, 2009. *EU Bookshop*.

Disponível em: http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/pt_PT/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=QC3209190

[Acedido em 28 Maio 2012].

UE, 2011. *Conselho Europeu*.

Disponível em: <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/11/st12/st12562.pt11.pdf>

[Acedido em 29 março 2012].

UNDPKO, 2008. *United Nations Department of Peace Keeping Operations*.

Disponível em: http://pbpu.unlb.org/pbps/library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf

[Acedido em 12 Abril 2012].

Weger, M. d., 2009. *The Potential of the European Gendarmerie Force*, The Hague: Karin van Egmond.

Wisler, D., 2005. The Police Reform in Bósnia and Herzegovina. In: A. H. Ebnother & P. Fluri, edits. *After Intervention: Public Security Management in Post Conflict Societies - From Intervention to Sustainable Local Ownership*. Genebra: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, p. 147.

Yost, D. S., 2001. NATO's Contribution to Conflict Management. In: C. A. Crocker, F. O. Hampson & P. Aall, edits. *Turbulent Peace- The Challenges of Managing International Conflict*. ISBN 1-929223-29-3: United States Institute of Peace, pp. 593-594.

Apêndice A

Guião das Entrevistas

1. O que identificaria como razões principais para algumas das dificuldades que têm interferido com a capacidade da Organização alcançar o papel importante para o qual foi destinada no âmbito das operações de gestão de crises?
2. Considera o processo de tomada de decisão adequado para lidar com os frequentes constrangimentos políticos e diplomáticos que interferem com a condução dos destinos da Organização?
3. Considera que o facto de a EUROGENDFOR não possuir tropas permanentes interfere com o desenvolvimento da Organização e com o cumprimento dos seus objetivos iniciais?
4. Considera que o argumento frequente que refere que, a EUROGENDFOR preenche um “vazio de segurança” relacionado com a inexistência de outro tipo de Força que, seja capaz de cumprir as funções de polícia durante a transição entre a fase militar e a fase civil das operações de gestão de crises continua a ser válido?
5. Considera que a participação da EUROGENDFOR nas missões da Bósnia-Herzegovina, Haiti e presentemente do Afeganistão, permitiu provar o seu alegado valor-acrescentado em operações de gestão de crises?
6. Que comentário lhe merece o facto de por norma os países enviarem primeiro as suas Forças nacionais respetivas e só depois se decidirem pelo empenhamento da EUROGENDFOR?

7. Até que ponto considera que a inexistência de uma capacidade logística própria constitui uma carência que pode comprometer a prontidão operacional da EUROGENDFOR?
8. O que pensa da possibilidade de integrar a EUROGENDFOR no quadro institucional da União Europeia?
9. Considerando o interesse que a OTAN repetidamente tem demonstrado em ter à disposição capacidades civis dos seus Estados-membros, de modo a poder reagir rapidamente perante uma situação de gestão de crises, qual é a sua opinião acerca da possibilidade de incluir formalmente a EUROGENDFOR nessas capacidades a disponibilizar?
10. Qual é a sua opinião acerca do alargamento da Organização para além das fronteiras da União Europeia, criando assim a possibilidade de outras organizações tipo *Gendarmerie* integrarem a EUROGENDFOR?
11. Que medidas sugeriria como importantes para catapultar a EUROGENDFOR de modo a que alcance um papel mais importante nas operações de gestão de crises?

Apêndice B

Respostas às Entrevistas

1.2.1 Tenente-General Gérard Deanaz

1. A falta de um maior empenhamento político de cada um dos nossos países é a única razão do abrandamento do desenvolvimento da EUROGENDFOR. Penso que cada um procura acima de tudo defender os respetivos interesses nacionais.

Mas pode estar certo de que este fenómeno é comum a todas as Organizações Internacionais.

2. Reafirmou que a falta de um maior empenhamento político dos países membros é a única razão do abrandamento do desenvolvimento da EUROGENDFOR.

3. O facto de ter ou não ter tropas permanentes nada altera no que respeita às capacidades de intervenção da EUROGENDFOR. Os cinco países fundadores e mais tarde a Roménia comprometeram-se a fornecer até 800 efetivos em caso de projeção da Força de *Gendarmerie* Europeia e comprometeram-se igualmente a providenciar pela formação necessária de modo a que esses efetivos apresentem o nível operacional requerido.

Nenhum país aceitará jamais que outro país controle o modo como os seus efetivos são treinados/formados. Não me parece que o facto de não existirem tropas permanentes constitua qualquer tipo de problema pois as Forças dos países membros apresentam um bom nível de conhecimento e estão adequadamente equipadas.

4. Penso que este argumento se mantém plenamente válido. Os *gendarmes* franceses atuando com a boina da EUROGENDFOR demonstraram-no claramente no Afeganistão, por exemplo.

As nossas *Gendarmeries*, “Forças armadas” que diariamente exercem missões de defesa e de segurança em território nacional e no estrangeiro, têm todas um lugar próprio no âmbito das missões de gestão de crises.

5. As Forças projetadas sob o chapéu da EUROGENDFOR demonstraram o seu conhecimento e as suas capacidades operacionais sobretudo na Bósnia-Herzegovina e no Afeganistão. A missão no Haiti foi de natureza diferente e esse valor acrescentado não foi tão visível.
6. Penso que essa situação se relaciona com uma certa tendência para a defesa dos interesses nacionais. Fui confrontado com este fenómeno desde o início. Por outro lado, essa solução permite que a EUROGENDFOR participe numa missão sem constrangimentos de natureza política, reunindo, debaixo de um quadro jurídico já existente, os respetivos efetivos projetados no terreno.
7. Não estou convencido que a ausência de uma capacidade logística permanente à disposição do Comandante da EUROGENDFOR seja realmente um «handicap». Também neste domínio é o empenhamento político que é determinante.

Finalmente, dadas as dificuldades financeiras dos nossos países, estou convencido que a EUROGENDFOR jamais terá esta capacidade em permanência. Constata-se também que noutras Forças « europeias » (EUROCORPS em Estrasburgo ou a antiga EUROFOR em Florença) que dispunham desta capacidade, a mesma estava, apesar de tudo, sub-aproveitada.

8. A criação da EUROGENDFOR, fora da *NATO* e fora da UE, visava dar resposta a uma vontade dos países fundadores no sentido de evitar a morosidade do processo de decisão destas duas Organizações.

Em segundo lugar certos países da União Europeia (Alemanha,...) não compreendem que uma Força armada tipo *Gendarmerie* possa executar missões de polícia. Na minha qualidade

de primeiro Comandante da EUROGENDFOR teve oportunidade de receber altos funcionários alemães e austríacos. A sua incompreensão relativamente à nossa existência era total.

A delegação do Senado americano foi apesar de tudo mais recetiva à ideia do que os alemães ou os austríacos. Também é verdade que os americanos pretendiam na altura que a EUROGENDFOR participasse na missão no Iraque !

9. Sob um ponto de vista estritamente conceptual e operacional, essa eventualidade não me choca muito. Contudo o processo de decisão da OTAN é muito difícil e lento. Por outro lado a OTAN não sabe utilizar as Forças tipo *Gendarmerie*: o seu conceito de emprego está totalmente obsoleto.

10. Prefiro claramente a solução que consiste em criar outras Forças tipo EUROGENDFOR (porque não uma Força de *Gendarmerie* Sul Americana, ou uma Força de *Gendarmerie* Africana ou Oeste-Africana, por exemplo).

O excessivo alargamento da EUROGENDFOR, complicaria ainda mais o processo de decisão, conduzindo depois a um verdadeiro estrangulamento ou bloqueio e por conseguinte, à inutilidade da EUROGENDFOR.

Está na altura de cada continente ou subcontinente desenvolver os esforços indispensáveis para restabelecer a paz na sua região. A criação de Forças regionais de *Gendarmerie* como as que existem ao nível das Forças Armadas parece-me muito mais pertinente (ex : a CEDEAO, Organização inicialmente de natureza económica que integra os Estados ocidentais do continente africano, criada em 1975, e que em 1990 passou a ter uma Força armada à sua disposição – ECOMOG – para manter a estabilidade nesta região do continente. De resto a CEDEAO chegou mesmo, na sequência de uma resolução da ONU, a criar uma outra Força – a MISMA - especificamente para intervir no Mali).

11. Reafirmou a necessidade de um maior empenhamento a nível político.

1.2.2 Brigadeiro-General Giovanni Truglio

1. A lentidão do processo de decisão e a necessidade de se obter uma decisão unânime ou de pelo menos não haver oposição de um dos países membros à decisão pretendida pelos outros, limita de forma significativa as capacidades da Organização, principalmente quanto ao objetivo de conseguir projetar-se num prazo máximo de 30 dias. O processo é de facto muito lento e não é compatível com situações urgentes no terreno que precisam de respostas em tempo oportuno.
2. A necessidade de harmonizar posições entre os países membros ao nível do processo de decisão, mesmo em matérias de reduzida importância e algumas vezes, o “instinto competitivo” com que tratam dos diversos assuntos entre si, fazem com que os procedimentos internos se tornem bastante lentos, o que acaba também por ter repercussões negativas na imagem da Organização.
3. Não tenho dúvidas de que a existência de tropas permanentes facilitaria a projeção rápida da Força. Contudo e sendo realista, não me parece que os países estivessem dispostos a tomar a decisão de dotar a EUROGENDFOR com essas tropas.

Nestes termos considero que seria importante diligenciar no sentido de ter efetivos à ordem, previamente atribuídos e devidamente identificados, submetidos a uma espécie de escala de disponibilidade e em relação aos quais existissem igualmente poderes delegados na EUROGENDFOR por parte dos respetivos países membros. O exemplo a seguir é o da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

4. Sim penso que continua a ser um argumento válido. Faz parte da nossa doutrina, embora possa ser algo rígido, mas mesmo assim, mantém plena validade. Não há dúvida de que as

Gendarmeries, devidamente adaptadas às características de cada missão, acrescentam valor às operações de gestão de crises, sendo insubstituíveis no seu papel.

5. A EUROGENDFOR demonstrou algumas das suas capacidades ao nível da coordenação das contribuições dos diversos países membros para essas operações, garantindo coerência na composição da Força e das suas valências.

Esta capacidade de coordenação foi importante e poderia ser ainda mais desenvolvida. A EUROGENDFOR poderia colocar á disposição das Organizações Internacionais autênticos “pacotes prontos a usar” em que incluiria os vários recursos necessários e adaptados a cada tipo de missão, como por exemplo, capacidades de comando e controlo, capacidades no âmbito da formação, capacidades de manutenção da ordem pública e outras que, caso a caso, fossem julgadas adequadas e se ajustassem às pretensões da Organização Internacional em causa.

6. Essa situação decorre do que já referi anteriormente. Os países membros, não foram até ao momento, capazes de prescindir da mais pequena parcela do poder de controlo que querem ter sobre a Organização, nomeadamente no que respeita ao processo de decisão relativo à projeção das suas Forças.

A EUROGENDFOR não foi por isso dotada do necessário suporte político que lhe permita por si só envolver-se numa missão, já que os países preferem ainda, em primeiro lugar, associar o seu contributo à sua própria bandeira nacional e só depois à bandeira da EUROGENDFOR. Manter esta situação permite apesar de tudo e embora apenas num segundo momento, continuar a sustentar a ideia de que a EUROGENDFOR existe como recurso, sendo possível que os países a ela recorram quando assim o entenderem.

7. A ausência de uma capacidade logística própria constitui de facto uma insuficiência de significativa importância. A solução para este problema terá que ser encontrada ao nível

político. Na minha opinião trata-se mais de uma questão política do que de uma dificuldade de natureza financeira.

8. Não estou atualizado relativamente ao quadro institucional da União Europeia e ao modo como isso poderia ser feito. Penso que a EUROGENDFOR pode sobretudo colocar à disposição da União Europeia, as suas capacidades operacionais ao nível da gestão de crises que é algo de que a mesma precisa, nomeadamente em termos de planeamento, coordenação de contributos dos vários países, comando e controlo, projeção rápida de Forças, integração de diversas valências ou especialidades e sua adequação em conformidade com a missão pretendida.

Até ao momento este trabalho tem sido assegurado individualmente por alguns dos principais países que, perante a inexistência de uma Organização que o faça tomaram essa iniciativa e assumiram a liderança nesta área.

9. Julgo que tecnicamente isso é inteiramente possível, sendo mais uma vez uma questão que, depende completamente da existência ou não de empenhamento político para o efeito.
10. Sou tendencialmente a favor dessa possibilidade, embora considere que, antes disso, a Organização deve consolidar-se e para esse efeito deverá ser obtido um adequado suporte político por parte de todos os países membros.
11. Essencialmente uma que é, a necessidade de reforçar politicamente a EUROGENDFOR, ou seja dar-lhe mais força do ponto de vista político para alcançar os seus objetivos, sem prejuízo da compatibilização destes com o interesse próprio dos países membros.

Julgo que, seria também necessário que se desse mais importância ao papel do Quartel-General Permanente, fazendo dele o verdadeiro interlocutor das principais Organizações Internacionais no que respeita ao planeamento e controlo das operações em que a EUROGENDFOR vier a participar e concedendo igualmente, quer ao Quartel-General

Permanente, quer ao CIMIN, prerrogativas adicionais no que respeita ao processo de decisão, à formação e a todo o processo de preparação dos efetivos designados para participarem em missões.

1.2.3 Coronel Jorge Esteves

1. Penso que a principal razão tem a ver com o, relativamente limitado, empenhamento ao nível estratégico-político. Eu acho que numa Organização deste nível e deste género, a visão estratégico-política é essencial na condução da Organização e penso que tem havido uma perspetiva muito mais nacional ou nacionalista, se assim quisermos, na abordagem dos países à Organização do que propriamente uma visão integrada das mais-valias que a EGF pode gerar.

Eu acho que é necessário que as Presidências, ou outros atores se assim for considerado, tenham uma política “mais agressiva” em termos de afirmação político-estratégica da EGF e penso que essa afirmação passará necessariamente por entendimento que pode revestir a forma de parceria a forma de protocolo ou a forma de um diálogo permanente com as três principais Organizações Internacionais – NATO, UE e ONU, e isso não aconteceu até agora.

2. Penso que o processo de decisão pode ser melhorado e a sua eficácia também. É fundamental que o processo de decisão seja mais ágil e mais rápido. Se a EGF tem como ambição projetar uma Força em trinta dias (está na nossa Declaração de Intenções esse nível de ambição – projetar uma Força de 800 homens num prazo de até 30 dias), tal significa que o processo de decisão tem de ser adequado, senão nunca conseguirá preencher o “famoso” *security gap*, que exige uma projeção rápida.

No Afeganistão poderíamos (e deveríamos) ter antecipado o nosso envolvimento. Entrámos na missão, quando esta já estava em desenvolvimento. Não pudemos entrar, como seria desejável e, fundamental, na fase de planeamento da missão.

O processo de decisão não foi célere, o que condicionou o envolvimento da EGF. Eu considero que mesmo assim o nosso envolvimento foi muito positivo.

3. A minha experiência demonstra que isso nunca foi um problema. Tradicionalmente as Polícias são Forças de emprego doméstico. Só há alguns anos a esta parte é que as polícias começaram a projetar, com uma certa regularidade, componentes de polícia para missões de gestão internacional de crises. Cada país tem a sua abordagem.

Não me parece portanto que o facto de não ter tropas permanentes constitua um problema, muito menos nas missões de *strengthening*, já que normalmente se procede à escolha de peritos para determinadas áreas em função da missão, não se tornando por isso necessário que existam Forças já constituídas para o efeito.

Não haver Forças constituídas não significa que os países não tenham recursos disponíveis para projetar. Para a generalidade das missões não considero que isso seja um constrangimento. Se eventualmente algum dia a EGF tiver de projetar uma Força para executar uma missão de substituição numa área extremamente desestabilizada, então aí pode haver uma mais-valia se tivermos Forças já constituídas.

4. Eu acho que mais do que nunca continua a fazer sentido. A necessidade de preparar Forças militares para o desempenho de missões policiais é uma falsa questão. É uma falsa questão porque dar treino policial, formar um *gendarme*, com conhecimento e experiência, é algo que demora anos.

Essa questão ficou comprovada na Bósnia com a entrada das *Gendarmeries* para suprir algumas lacunas que a Força militar possuía, nomeadamente no que respeita à manutenção e reposição da ordem pública. Na fase inicial da missão ocorreram alguns incidentes com a Força militar em situações de reposição da ordem pública que foram naturalmente resolvidos com o envolvimento das *Gendarmeries*, devido ao seu “*know-how*” e experiência.

A nível interno as Forças Armadas não têm missões policiais, não fazem investigação criminal nem ordem pública. Sabemos que geralmente quando uma crise surge, a primeira componente a projetar é a componente militar. Isto tem sido quase sempre assim. Não quer dizer que seja uma regra, mas na maioria das situações é isso que acontece dado que a

intervenção militar inicial visa garantir aquilo que se designa como *safe and secure environment*.

Portanto, eu penso que mais do que nunca, as Forças tipo *Gendarmerie* e neste caso a EGF têm um potencial que pode ser desenvolvido. Julgo que a EGF pode ter um papel importante na gestão de crises e penso que esse papel não pode ser desempenhado pelas Polícias civis e muito menos pelas Forças Armadas.

5. Eu acho que sim, parcialmente. E digo que sim parcialmente porque eu divido esta questão em dois pontos. Eu acho que ao nível técnico a EGF já provou a sua mais-valia. No terreno, na área de operações tanto na Bósnia como no Afeganistão em missões completamente diferentes a EGF provou.

Na Bósnia, aquando do encerramento da missão, a EGF recebeu o testemunho do Comandante da EUFOR manifestando o seu agradecimento não só pelo desempenho das várias IPU da EGF que passaram pela Bósnia, mas também pela qualidade do serviço prestado. Para ele a EGF preenchia completamente os requisitos que tinha idealizado para uma IPU em termos de missões e de eficácia. Portanto, essa manifestação foi pública e inequívoca.

Julgo que a EGF desempenhou um papel muito positivo na Bósnia, apesar da IPU ser constituída por “gendarmes” de sete países. Tal facto foi referido pela União Europeia e pelo Comandante da EUFOR de uma forma muito clara e reconhecida.

A missão com a *NATO* no Afeganistão foi também muito importante para a EGF, pese embora algum impasse inicial que retardou a entrada. A qualidade do treino prestado pela EGF no Afeganistão foi bastante elevada. Tal facto está documentado em cartas dirigidas ao CIMIN e ao Quartel-General Permanente da EGF. Foi reconhecido pelo Comandante da *NATO Training Mission* como um treino de muitíssima qualidade e que era sempre apontado como um exemplo. Como referi anteriormente, tal facto está documentado em cartas quer do General Caldwell, Comandante da *NATO Training Mission* quer do General McCrystal, Comandante da ISAF. O General Caldwell referiu-se por escrito duas vezes ao exemplo fantástico do treino das *Gendarmeries* no Afeganistão.

Só Forças como as *Gendarmeries* conseguem fazer o tipo de *on job training* que nós fizemos, indo de posto de polícia em posto de polícia nas aldeias do Afeganistão, monitorizando a sua ação, aconselhando e demonstrando sempre quais eram as melhores práticas do ponto de vista da ação policial.

Num ambiente profundamente desestabilizado não é possível enviar estas equipas, POMLTs, que comiam e muitas vezes dormiam nos postos de polícia afegãos sem uma preparação e treino adequados para atuar nesses ambientes.

Eu penso que é muito difícil às Polícias civis virem a fazer isto, trabalharem num ambiente tão desestabilizado, sem ser fechadas dentro dos centros de treino, indo ao terreno e dando formação prática às polícias locais

Eu acho que no nível técnico tanto na Bósnia como no Afeganistão a EGF provou que o seu envolvimento pode ser uma mais-valia.

No que concerne ao Haiti, segundo o Comandante da FPU francesa com quem contactei pessoalmente durante uma conferência sobre o Haiti realizada na CoESPU, a nível técnico as Forças da EGF tinham uma qualidade muito superior à generalidade das Forças da ONU presentes na missão.

Não podemos contudo esquecer que as *Gendarmeries* têm uma experiência adquirida de trabalho em conjunto em diferentes operações de gestão de crises.

Em segundo lugar julgo que a rapidez de decisão é fundamental e tem também de ser melhorada. A EGF tem de ter uma estratégia e um suporte político adequado. Julgo que a EGF ainda tem algum caminho para percorrer nessa área.

6. Isso está relacionado com o processo de decisão. Se o processo de decisão é mais lento, nós já apanhamos a missão em desenvolvimento e para os países é mais fácil internamente decidirem se projetam uma Força ou não, do que tem sido para a EGF.

Ele tem de ser rápido sob pena de nós não conseguirmos cumprir um dos nossos objetivos que é uma projeção rápida da EGF e sob pena de apanharmos uma missão já em desenvolvimento.

Portanto, a EGF tem necessidade de uma componente política adequada, como também tem necessidade de tornar mais ágil e mais rápido o processo de decisão, senão vamos sempre entrar em missões em que os países individualmente já decidiram participar e só à posteriori é que se decide agrupar essas Forças debaixo do chapéu da EGF. A EGF como Força tem, por regra, de estar envolvida nas missões tão cedo quanto possível, desde a fase de planeamento.

7. É um constrangimento muito grande. Somos autossuficientes logisticamente quando projetamos uma Força dependendo do nível dessa Força e da área de operações. Basicamente, somos autossuficientes se ou a França ou a Itália se disponibilizarem a assumir o papel de *Logistic Leading Nation*.

Caso isso não aconteça, como não aconteceu no Haiti, a EGF não tem essa capacidade, podendo pontualmente e mediante acordos e ou parcerias com as principais Organizações Internacionais (*NATO*, UE e ONU) contornar essa dificuldade garantindo essas Organizações o respetivo apoio logístico. Como estes acordos não existem, cada vez que não existe *Logistic Leading Nation* a projeção da EGF poderá estar condicionada. Para obviar a isso e decorrente da experiência no Haiti, a EGF começou a desenvolver um outro conceito na área da logística que se designa por *Shared Logistic Concept*, em que, cada país teria a responsabilidade por fornecer uma parte da logística para as missões. É um conceito que a *NATO* também utiliza. Penso que é um assunto que a EGF terá de resolver rapidamente para o futuro e que depende obviamente acima de tudo da existência de empenhamento político para o efeito.

8. Eu julgo que é difícil e não me parece viável, por aquilo que conheço das posições dos países membros. Se atendermos às posições dos países que têm Forças tipo *Gendarmerie*, que são uma minoria dentro da União Europeia, e os países que não têm este tipo de Força, que são a maioria, eu julgo que será um processo difícil. Todavia não me parece um processo difícil, ou pelo menos tão difícil, o estabelecimento de parcerias e protocolos com a UE, para utilização das Forças da EGF. Julgo que ultimamente terão sido dados passos

nesse sentido com o Serviço Europeu para a Ação Externa, com o objetivo de se estabelecer um protocolo entre a EGF e a União Europeia.

Por outro lado, o Tratado de Lisboa vem abrir uma nova janela de oportunidade para os membros da União Europeia relativamente às organizações multinacionais.

O Tratado de Lisboa diz muito claramente que a União Europeia pode atribuir a condução de uma missão a uma Força multinacional que integre vários membros da União Europeia.

9. Eu acho que a semelhança da União Europeia a *NATO* alterou a sua abordagem relativamente à gestão de crises. Hoje em dia a *NATO* tem uma abordagem mais abrangente, apelando não só ao envolvimento da componente militar mas também ao envolvimento da componente civil.

Nessa abordagem abrangente da gestão de crises a *NATO* está a construir, aquilo que ela própria designou de “modestas e apropriadas capacidades civis”, onde se inclui a componente policial e portanto julgo que a inclusão formal da EUROGENDFOR nessas capacidades a disponibilizar poderia ter lugar.

10. Isto da EGF se estender para além das fronteiras europeias tem sempre a ver com o que se pretende da Organização. Julgo que é uma questão de natureza política e estratégica.

É um assunto que exige alguma ponderação, exige alguma análise mas não é um assunto que na minha opinião não deva ser estudado.

11. Há aqui uma questão que eu acho muito importante – uma Organização ganha credibilidade a nível internacional pela sua eficácia. Eficácia não só no processo de planeamento, mas também obviamente na execução da missão no terreno. A EGF já adquiriu algum capital neste âmbito mas ainda pode e deve potenciar as suas mais-valias. Como já referi, eu vejo como fundamental que haja um entendimento próximo com a União Europeia, com a *NATO* e com as Nações Unidas.

Esse entendimento pode passar numa fase inicial pela nomeação de um ponto de contacto para agilizar algumas ações pontuais. Mas aqui falta decisivamente um passo de nível estratégico-político que deveria materializar-se na celebração de protocolos, parcerias, memorandos de entendimento ou qualquer outra forma de entendimento e cooperação. Tal desiderato catapultaria a EGF para um outro patamar, que lhe daria de facto uma aproximação a estas Organizações, com regras muito claras e perfeitamente definidas. Eu penso que isso tem de ser um objetivo a atingir a curto médio prazo.

Depois ao nível interno, já falámos no processo de decisão que pode ser mais eficaz, mas ainda não falámos noutra aspeto que me parece também muito importante e que se relaciona com dois pontos essenciais. O primeiro tem a ver com outras ações que podem ser levadas a cabo pelo Quartel-General Permanente, como é o caso da disseminação da doutrina da EGF em diversos fóruns, ou seja, em centros de formação. Seria essencial que o Quartel-General Permanente estabelecesse algumas ligações com a Escola da *NATO* e com a CEPOL.

Um segundo ponto tem a ver com a divulgação da formação. A EGF fez até há algum tempo atrás um intenso desenvolvimento doutrinal e penso que esse desenvolvimento doutrinal deveria ser dado a conhecer de forma mais sistemática e mais eficaz aos países, nomeadamente nas escolas de formação desses países e estou a falar a nível interno, na escola de formação da GNR na escola de formação da *Gendarmerie*, na escola de formação dos *Carabinieri*, poderia haver um envolvimento maior, tirando partido de períodos em que a EGF não projeta Forças e direcionando de facto a missão da EUROGENDFOR para esse campo.

O corpo doutrinário desenvolvido pela EGF é relevante quando comparado com aquilo que existe noutras Organizações Internacionais e baseia-se nas experiências que a EGF adquiriu com a participação nas três missões já referidas. Tudo isto fortaleceria a EGF.

Aquilo que a EGF pode e deve potenciar é a direção político-estratégica desta Organização porque, é de facto a esse nível, que eu julgo que é necessário dar passos. É ao nível político-estratégico que subsiste uma relevante lacuna e , não tanto ao nível operacional porque, como já referi, a nível operacional e a nível tático a EGF nunca deixou de cumprir a sua

missão nos três cenários onde esteve envolvida. O que falta para percorrer este caminho que todos gostaríamos que fosse um caminho de sucesso, o que falta é este envolvimento político-estratégico para passar a EGF para um novo patamar.

1.2.3 Coronel Cornelis Kuijs

1. Falta claramente um maior empenhamento político por parte dos países membros. Efetivamente este parece não ser tanto como inicialmente se poderia pensar, pois por vezes os interesses nacionais acabam por perturbar um pouco os processos.

Por outro lado os resultados do processo de tomada de decisão a nível dos países membros nem sempre são compatíveis com o que as principais Organizações Internacionais, que é suposto servirmos, pretendem, especialmente em termos de rapidez na tomada de decisão. A minha conclusão é de que começámos com muito entusiasmo mas sob um terreno frágil e estes processos demoram sempre muito tempo até estabilizarem e produzirem resultados. Do meu ponto de vista essa fase foi demasiado demorada e isso acabou por ser um desaire significativo no que respeita á afirmação desta Força, quer junto dos países que não são membros, quer mesmo junto dos países membros.

Apesar do esforço que ultimamente tem sido feito no sentido de uma ligação mais estreita com as principais Organizações Internacionais, esta é uma área onde ainda é necessário fazer muito mais, inclusivamente no que respeita à imagem da EUROGENDFOR junto dessas Organizações.

2. O processo de tomada de decisão é de facto muito demorado e tendo em conta que é suposto sermos capazes de uma projeção rápida no prazo máximo de 30 dias, acabamos por perder muito tempo, o que depois se reflete igualmente de forma negativa na imagem que projetamos para o exterior.

Esta é uma das razões que faz com que em virtude de chegarmos atrasados tenhamos depois que adotar o célebre formato de projeção “sob o chapéu da EUROGENDFOR”, o que

na realidade nada significa a não ser que se trata de efetivos pertencentes aos países que fazem parte da EUROGENDFOR, mas que já integravam a missão enquanto efetivos desses países e não enquanto efetivos da EUROGENDFOR.

Toda esta situação faz com que o poder de influência da EUROGENDFOR seja reduzido.

3. Falando em termos genéricos a EUROGENDFOR é uma Força pré-organizada, pronta a intervir e capaz de rapidamente reunir as necessárias Forças dos países membros para o efeito. Caso tivesse tropas permanentes a situação seria ainda mais preocupante, pois não existindo missões teríamos efetivos sem nada para fazer a não ser formação/treino permanente. Não há governo que queira gastar o seu dinheiro desta forma sem que exista uma perspetiva realista de intervenção num futuro próximo.

No entanto também poderemos defender que no caso de existirem tropas permanentes os países se sentiriam mais motivados para providenciar pelo envolvimento da Força em missões. De qualquer modo, existindo um número significativo de tropas permanentes, existiria um grande número de “desempregados” enquanto que existindo um reduzido número de tropas permanentes, elas não seriam suficientes para o envolvimento numa missão e portanto seria sempre um erro ter tropas permanentes aquarteladas e sem verdadeira ocupação

Considero contudo que, quando a EUROGENDFOR atingir um nível de desenvolvimento e afirmação internacional que o justifique, poderá então considerar-se a existência de tropas permanentes pelo menos para uma primeira fase de intervenção.

4. Eu considero que sim embora não devemos esquecer que existem outras Forças fora da Europa que não sendo designadas como *Gendarmeries* acabam por ter uma abordagem muito semelhante às *Gendarmeries* como é o caso da Polícia Real da Tailândia, da Polícia do Paquistão ou da Índia que, apesar de mais próximas da tradição britânica do que da francesa, especialmente estas duas últimas, acabam por ter uma abordagem policial mais robusta muito semelhante à Força de *Gendarmerie* Europeia.

No fundo trata-se de verdadeiras *Gendarmeries*, sendo mais uma questão semântica, pois estão aptas a desempenhar as mesmas funções que as nossas *Gendarmeries*, embora por questões históricas não tenham essa designação

Em teoria somos de facto, pelo menos a nível europeu, a única Força capaz de preencher esse “vazio de segurança”, mas até ao momento, dadas as características das missões em que estivemos envolvidos, exceção feita ao caso da Bósnia-Herzegovina, ainda não nos foram verdadeiramente proporcionadas oportunidades adequadas para o efeito.

5. Das três operações em que a EUROGENDFOR já participou, aquela em que foi mais visível o nosso valor acrescentado, foi quando assumimos o comando e controlo da IPU da EUFOR na Bósnia. Efetivamente nesse caso fomos capazes de adaptar a estrutura de comando da IPU de acordo com os nossos procedimentos e com a nossa doutrina.

Embora já numa fase tardia de uma missão que tinha mais ou menos dez anos de existência quando a integrámos, conseguimos fazer um bom trabalho no terreno, resolvendo muitos dos problemas de natureza policial que criaram sérias dificuldades às Forças da OTAN, demonstrando desse modo as mais-valias de uma Força desta natureza.

No Haiti considero que fizemos bem o nosso trabalho, mas que não se tratou de um caso em que o nosso valor acrescentado tenha sido visível.

Quanto ao Afeganistão, eu considero que não temos verdadeiramente o comando e o controlo da missão e portanto torna-se difícil nessa circunstância demonstrar todas as nossas mais-valias, embora nas áreas em que estejamos a atuar seja patente a utilidade e o interesse em envolver Forças de *Gendarmerie* neste tipo de operações.

6. É um facto que decorre essencialmente dos problemas que já referi ao nível do processo de decisão. Naturalmente que isso também significa que fomos capazes de reunir vontades nesse sentido e demonstra que a Organização tem elementos significativos de coesão e de identidade comum, mas é preciso ir mais além.

7. Napoleão aprendeu que a logística era a componente mais importante das suas campanhas e pagou um preço caro por ter percebido demasiado tarde que assim era. Sendo a EUROGENDFOR de algum modo uma Força com raízes que a ligam a Napoleão, seria conveniente que não cometêssemos os mesmos erros. O apoio logístico custa dinheiro e aparentemente os países membros não estão dispostos, pelo menos nesta fase a despendar esse dinheiro.

Seria necessário que os países se dispusessem a criar uma espécie de catálogo de capacidades logísticas, tal como agora existe para as capacidades em efetivos. A não existir esse catálogo de capacidades logísticas, acabamos por perder tempo a decidir como providenciar pelo apoio logístico, o que acaba por consumir demasiado tempo e dificulta a projeção da Força no prazo máximo dos 30 dias.

Efetivamente só os países membros com Forças de *Gendarmerie* de maior dimensão, como é o caso da França, da Itália ou eventualmente da Espanha é que poderão garantir esse apoio logístico a uma Força da EUROGENDFOR.

Quando assim não seja, somos obrigados a recorrer às Forças Armadas dos nossos países para nos fornecerem apoio logístico o que poderá ser um problema no caso de estas não estarem presentes em determinado teatro de operações.

8. Integrar parece-me excessivo e haveria certamente fortes resistências por parte dos países que não têm este tipo de Forças, nem entendem a sua razão de ser, como acontece por exemplo com a Inglaterra.

Julgo que a EUROGENDFOR não encaixa na estrutura da União Europeia como sua parte integrante. Considero que a EUROGENDFOR faz parte de um conjunto de ferramentas à disposição da União Europeia e que se trata de uma ferramenta particularmente especial de que a União Europeia pode lançar mão quando pretenda uma Força com as nossas características.

Por outro lado o sistema utilizado pela União Europeia para obter efetivos para as suas missões assenta essencialmente no recrutamento individual. Ora a EUROGENDFOR fornece capacidades, não fornece pessoas para se candidatarem individualmente em obediência aos requisitos de um qualquer concurso.

9. A OTAN tem demonstrado um interesse crescente por este tipo de Forças. No entanto temos de ter em conta que a perspetiva da OTAN é a de vencer conflitos e não a de os controlar, sendo esta a abordagem das Forças de Segurança.

Sendo a Força de *Gendarmerie* Europeia uma Força que partilha doutrina com ambos os lados, ou seja com as Forças de Segurança e com as Forças Armadas, deveremos fazer um esforço para sensibilizar a OTAN para adequar a sua abordagem a um formato mais próximo do das *Gendarmeries*.

A OTAN tem consciência que o seu futuro passa por dar este passo, tal como o Exército americano já deu, adotando um papel cada vez mais próximo daquele que normalmente associamos às Forças de Segurança.

Dito isto, a OTAN há-de ser capaz de desenvolver estas capacidades policiais, ou por si própria, adaptando as unidades de Polícia Militar para este efeito, o que levará algum tempo ou, exatamente por isto e dado que não quer perder esse tempo, através das *Gendarmeries* dos dois países membros da EUROGENDFOR que mais de perto estão a acompanhar este processo, que são a Itália e a Holanda, pois são aqueles que no presente têm um cunho militar mais vincado e que neste campo mais se têm aproximado daquela Organização.

Não devemos esquecer que também a OTAN tem de provar o seu valor acrescentado num novo contexto internacional em que as ameaças são hoje diferentes do passado e exigem outras abordagens.

Julgo que, tal como para a União Europeia, nós deveremos ser uma ferramenta à disposição da OTAN, o que de resto está em conformidade com o que está previsto no Tratado da EUROGENDFOR.

Convém não esquecer que esta aproximação pretendida pela OTAN encerra o perigo de os restantes países europeus, onde não existam *Gendarmeries*, poderem facilmente aproveitar essa situação para afirmar com mais propriedade que afinal, tal como alguns já hoje defendem, nós não passamos de soldados, o que daria argumentos aos decisores políticos em Bruxelas que poderiam prejudicar o recurso à EUROGENDFOR em futuras missões de gestão de crises da União Europeia.

10. Isso depende totalmente do modo com a EUROGENDFOR se desenvolver. Se se considerar um clube exclusivo de *Gendarmeries* de países membros da União Europeia, então acabaremos por nos isolar numa autêntica ilha.

Pessoalmente preferiria que se optasse por outro caminho e que se desenvolvessem sobretudo capacidades de comando e controlo, tal como se fez na Bósnia-Herzegovina. Nesse caso deixa de ter tanta importância se as tropas que se vai comandar são efetivos de uma verdadeira Força de *Gendarmerie* ou não, pois desde que tecnicamente sejam capazes de executar as tarefas pretendidas, o que passa a interessar é o modo como a nível do comando se planeia, dirige e coordena a execução.

Para além disso devemos ter em conta que na realidade nós já hoje não procedemos à composição de uma Força com efetivos de diferente nacionalidade abaixo do escalão pelotão, ou seja, os pelotões serão de uma única nacionalidade o que garante alguma coesão e capacidade de ação conjunta a esse escalão.

Desde que assim seja não me chocaria que debaixo de um comando nosso estivessem Forças de Segurança de natureza civil desde que preenchessem os requisitos técnicos e profissionais necessários.

Penso portanto que aproveitando inclusivamente as possibilidades que se abriram com o Tratado de Lisboa, deveríamos fazer um esforço para envolver Forças de segurança de natureza civil no mundo da EUROGENDFOR.

Contudo julgo que a EUROGENDFOR deve manter uma matriz essencialmente de natureza operacional e portanto seguir o caminho do alargamento para fora da Europa perdendo esta matriz e transformando-se numa espécie de FIEP não me parece boa ideia. Julgo por

isso que não deveremos alargar a Força de *Gendarmerie* Europeia para além das fronteiras da União Europeia.

11. Em primeiro lugar penso que é importante clarificar o processo de tomada de decisão e torná-lo mais eficiente e mais rápido.

Em segundo lugar seria também muito importante garantir que a EUROGENDFOR adquirisse mais consistência, nomeadamente na forma como se apresenta para o exterior e incrementasse especialmente o seu relacionamento com as principais Organizações Internacionais. É vital que se intensifique este relacionamento de forma a que a Organização possa afirmar-se no contexto internacional.

Em terceiro lugar criar um catálogo de capacidades logísticas que permitiria clarificar as disponibilidades de cada país.

Alcançados estes objetivos julgo que estariam reunidas algumas das mais importantes condições para que a EUROGENDFOR tivesse sucesso.

TRATADO

Entre o Reino de Espanha, a República Francesa, a República Italiana, o Reino dos Países Baixos e a República Portuguesa,

visando a criação da

Força de *Gendarmerie* Europeia

EUROGENDFOR

O Reino de Espanha,

A República Francesa,

A República Italiana,

O Reino dos Países Baixos,

e

A República Portuguesa,

Doravante referidos como “Partes”,

Considerando a Declaração de Intenções relativa à EUROGENDFOR, assinada em Noordwijk, a 17 de Setembro de 2004;

Considerando o Tratado do Atlântico Norte, assinado em Washington, a 4 de Abril de 1949;

Considerando a Carta das Nações Unidas, assinada em S. Francisco, a 26 Junho de 1945;

Considerando a Convenção entre os Estados parte no Tratado do Atlântico Norte sobre o estatuto das suas forças, assinada em Londres, a 19 de Junho de 1951;

Considerando o Tratado da União Europeia, alterado pelo Tratado de Nice, assinado a 26 de Fevereiro de 2001;

Considerando a Acta Final da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, assinada em Helsínquia, a 1 de Agosto de 1975;

Considerando o Acordo entre os Estados-Membros da União Europeia relativo ao estatuto do pessoal militar e civil destacado nas Instituições da União Europeia, dos quartéis-generais e das forças que poderão ser postos à disposição da União Europeia no âmbito da preparação e da execução das operações referidas no n.º 2 do artigo 17.º do Tratado da União Europeia, incluindo exercícios, bem como do pessoal militar e civil dos Estados-Membros da União Europeia destacado para exercer funções neste contexto, assinado em Bruxelas, a 17 de Novembro de 2003;

Contribuindo para o desenvolvimento da identidade europeia de segurança e defesa e para o reforço da Política Europeia de Segurança e Defesa;

Acordam no seguinte:

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

1. O objecto do presente Tratado é instituir a Força de *Gendarmerie* Europeia, que deverá ser operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente projectável, constituída exclusivamente por elementos das forças policiais com estatuto militar das Partes, visando assegurar todas as funções policiais no âmbito das operações de gestão de crises.
2. O presente Tratado define os princípios fundamentais relativos aos objectivos, ao estatuto e às modalidades de organização e de actuação da Força de *Gendarmerie* Europeia, doravante referida como EUROGENDFOR ou EGF.

Artigo 2.º

Princípios

O presente Tratado tem por base a aplicação dos princípios da reciprocidade e da repartição de custos.

Artigo 3.º

Definições

Para os efeitos do presente Tratado, a expressão:

- a) EUROGENDFOR designa a força policial multinacional com estatuto militar composta por:
 - i) Um Quartel-General Permanente;
 - ii) Forças da EGF designadas pelas Partes, após a transferência de autoridade.
- b) QUARTEL-GENERAL PERMANENTE designa o Quartel-General Permanente multinacional, modular e projectável, sediado em Vicência (Itália). O papel e a estrutura do Quartel-General Permanente e o seu envolvimento numa operação são aprovados pelo CIMIN;
- c) PESSOAL DO QUARTEL-GENERAL PERMANENTE designa os elementos da força policial com estatuto militar, nomeados pelas Partes para o Quartel-General Permanente, bem como um número limitado de pessoal civil

- designado pelas Partes para apoiar de forma permanente o funcionamento do Quartel-General Permanente, em funções de assessoria ou apoio;
- d) FORÇAS DA EGF designa os elementos das forças policiais com estatuto militar, nomeados pelas Partes para a EUROGENDFOR, para levar a cabo uma missão ou um exercício, após a transferência de autoridade, e um número limitado de outros elementos designados pelas Partes com funções de assessoria ou apoio;
 - e) QUARTEL-GENERAL DA FORÇA designa o quartel-general multinacional activado numa área de operação, com o objectivo de apoiar o Comandante da Força da EGF no exercício do comando e do controlo da missão;
 - f) PESSOAL DA EUROGENDFOR designa o Pessoal do Quartel-General Permanente e os elementos das Forças da EGF;
 - g) CIMIN: designa o Comité Interministerial de Alto Nível. É o órgão responsável pela tomada de decisões relativas à EUROGENDFOR;
 - h) COMANDANTE DA EGF designa o oficial, nomeado pelo CIMIN, para comandar o Quartel-General Permanente e, quando apropriado, as Forças da EGF;
 - i) COMANDANTE DA FORÇA DA EGF designa o oficial, nomeado pelo CIMIN, para comandar uma missão da EGF;
 - j) ESTADO DE ORIGEM designa a Parte que contribui com forças e/ou pessoal para a EUROGENDFOR;
 - k) ESTADO ANFITRIÃO designa a Parte em cujo território o Quartel-General Permanente está sediado;
 - l) ESTADO DE ACOLHIMENTO designa a Parte em cujo território as Forças da EGF se encontram estacionadas ou em trânsito;
 - m) ESTADO CONTRIBUINTE designa um Estado que, não sendo Parte neste Tratado, participa nas missões e nas tarefas da EUROGENDFOR;
 - n) MEMBRO(S) DA FAMÍLIA significa:
 - i) O cônjuge de um elemento do Pessoal do Quartel-General Permanente;
 - ii) Qualquer outra pessoa que viva em união de facto registada com um elemento do Pessoal do Quartel-General Permanente, com base na legislação do Estado de Origem, desde que a legislação do Estado Anfitrião considere as uniões de facto registadas como sendo equivalentes ao casamento e em conformidade com as condições estipuladas na legislação aplicável do Estado Anfitrião;
 - iii) Os descendentes directos com idade inferior a 21 anos ou que sejam dependentes, bem como os do cônjuge ou companheiro(a), conforme definido na subalínea ii);
 - iv) Os familiares directos na linha ascendente que sejam dependentes, bem como os do cônjuge ou companheiro(a), conforme definido na subalínea ii).

Capítulo II

Missões, Empenhamento e projecção

Artigo 4.º

Missões e tarefas

1. Em conformidade com o mandato de cada operação, actuando independentemente ou em conjunto com outras forças, a EUROGENDFOR deverá ter capacidade para assegurar todo o espectro de missões policiais, por via da substituição ou do reforço, durante todas as fases de uma operação de gestão de crise.
2. As Forças da EGF poderão ser colocadas tanto sob autoridade civil como sob comando militar.
3. A EUROGENDFOR poderá ser utilizada para:
 - a) Desempenhar missões de segurança e de ordem pública;
 - b) Monitorizar, aconselhar, orientar e fiscalizar a polícia local no seu trabalho quotidiano, incluindo a investigação criminal;
 - c) Levar a cabo a vigilância pública, a regulação do trânsito, o policiamento de fronteiras e o serviço geral de informações;
 - d) Desempenhar funções em matéria de investigação criminal, incluindo a detecção de infracções, a identificação dos infractores e a sua entrega às autoridades judiciais competentes;
 - e) Proteger as pessoas e os bens e manter a ordem em caso de alterações à ordem pública;
 - f) Ministras formação aos elementos policiais, de acordo com os padrões internacionais;
 - g) Formar instrutores, designadamente através de programas de cooperação.

Artigo 5.º

Enquadramento das missões

A EUROGENDFOR poderá ser colocada à disposição da União Europeia (UE), bem como das Nações Unidas (ONU), da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e de outras organizações internacionais ou de uma coligação *ad hoc*.

Artigo 6.º

Condições de empenhamento e de projecção

1. As condições de empenhamento e de projecção da EUROGENDFOR, definidas pelo CIMIN caso a caso, deverão ser reguladas por um mandato

específico para cada operação e ser objecto dos acordos necessários entre as Partes e a organização requerente.

2. Para preparar as missões confiadas à EUROGENDFOR, as Partes poderão, sob direcção do CIMIN, estacionar e projectar as suas forças e pessoal no território das outras Partes.
3. O estacionamento e a projecção no território de um terceiro Estado serão regulados por um acordo entre os Estados de Origem e o terceiro Estado, especificando as condições de tal estacionamento e projecção, tendo em conta os princípios fundamentais do presente Tratado.

Capítulo III **Aspectos institucionais e jurídicos**

Artigo 7.º *CIMIN*

1. O CIMIN é composto por representantes dos competentes ministérios de cada Parte. A escolha dos representantes é uma responsabilidade nacional. Os detalhes específicos relativos à composição, à estrutura, à organização e ao funcionamento do CIMIN serão definidos por regras a adoptar pelo CIMIN.
2. As decisões e as directivas do CIMIN são adoptadas por unanimidade.
3. As atribuições gerais do CIMIN são as seguintes:
 - a) Exercer o controlo político da EUROGENDFOR, emitir orientações estratégicas e assegurar a coordenação político-militar entre as Partes e, quando apropriado, com os Estados Contribuintes;
 - b) Nomear o Comandante da EGF e dar-lhe directivas;
 - c) Aprovar o papel e a estrutura do Quartel-General Permanente, bem como os critérios de rotação das posições-chave do Quartel-General Permanente;
 - d) Nomear o Presidente do Conselho Financeiro e decidir sobre os critérios de rotação da sua presidência;
 - e) Monitorizar a implementação dos objectivos estabelecidos no presente Tratado;
 - f) Aprovar os objectivos e o programa de formação anuais, propostos pelo Comandante da EGF;
 - g) Decidir sobre:
 - i) A participação da EUROGENDFOR em missões;
 - ii) A participação dos Estados Contribuintes em missões da EUROGENDFOR;
 - iii) Pedidos de cooperação formulados por terceiros Estados, organizações internacionais ou outros.

- h) Elaborar o enquadramento das acções conduzidas pela EUROGENDFOR ou a pedido da UE, da ONU, da OSCE, da OTAN, de outras organizações internacionais ou de uma coligação *ad hoc*;
 - i) Definir o enquadramento para cada missão, quando apropriado em consulta com as organizações internacionais relevantes, nomeadamente:
 - i) A designação do Comandante da Força da EGF;
 - ii) O envolvimento do Quartel-General Permanente na cadeia de comando.
 - j) Aprovar a estrutura do Quartel-General da Força;
 - k) Orientar e avaliar as actividades da EUROGENDFOR em caso de projecção;
 - l) Decidir sobre a necessidade de celebração dos acordos de segurança referidos no número 3 do Artigo 12.º.
4. O CIMIN aprova as principais medidas relativas aos aspectos administrativos do Quartel-General Permanente e da projecção da EUROGENDFOR, em particular o orçamento anual e outras questões financeiras, em conformidade com o Capítulo X do presente Tratado.
 5. O CIMIN, de acordo com as suas directivas específicas:
 - a) Avalia o preenchimento das condições para adesão ao presente Tratado, em conformidade com o disposto no Artigo 42.º, e encaminha a sua proposta às Partes para aprovação;
 - b) Decide sobre a atribuição do Estatuto de Observador, no âmbito da EUROGENDFOR, em conformidade com o disposto no Artigo 43.º do presente Tratado;
 - c) Decide sobre a atribuição do Estatuto de Parceiro, no âmbito da EUROGENDFOR, em conformidade com o disposto no Artigo 44.º do presente Tratado.
 6. As reuniões do CIMIN são realizadas de acordo com os regulamentos internos adoptados pelo CIMIN.

Artigo 8.º *Comandante da EGF*

O Comandante da EGF desempenha as seguintes funções principais:

- a) Comandar o Quartel-General Permanente e estabelecer as regras necessárias ao seu funcionamento;
- b) Implementar as directivas recebidas do CIMIN;
- c) Sob mandato expresso das Partes, através do CIMIN e em seu nome, negociar e celebrar os acordos ou protocolos técnicos necessários ao funcionamento adequado da EUROGENDFOR e à realização de exercícios ou operações em território de um terceiro Estado;
- d) Adoptar todas as medidas necessárias, em conformidade com a legislação do Estado Anfitrião, para manter a ordem e a segurança no interior das

- instalações e, quando necessário, no exterior das mesmas, com o consentimento prévio e a assistência das autoridades do Estado Anfitrião;
- e) Elaborar o orçamento dos custos comuns da EUROGENDFOR e, após o fecho do ano fiscal, elaborar o relatório final relativo às despesas da EUROGENDFOR do ano em questão;
 - f) Comandar as Forças da EGF, quando apropriado.

Artigo 9.º
Capacidade Jurídica

1. Para atingir os seus objectivos e executar as suas missões e tarefas previstas no presente Tratado, a EUROGENDFOR dispõe, no território de cada uma das Partes, de capacidade jurídica para celebrar contratos. Consequentemente, a EUROGENDFOR poderá comparecer em tribunal, quando necessário.
2. Para os efeitos previstos no número 1 do presente Artigo, a EUROGENDFOR será representada pelo Comandante da EGF ou por qualquer outra pessoa expressamente designada pelo Comandante da EGF para agir em seu nome.
3. O Comandante da EGF e o Estado Anfitrião poderão acordar que o Estado Anfitrião aja, por sub-rogação, em todas as acções em que a EUROGENDFOR seja Parte perante os tribunais daquele Estado. Nesse caso, a EUROGENDFOR deverá reembolsar as despesas efectuadas.

Capítulo IV
Instalações do Quartel-General Permanente

Artigo 10.º
Instalações cedidas pelo Estado Anfitrião

1. O Estado Anfitrião compromete-se a fornecer gratuitamente à EUROGENDFOR as instalações do Quartel-General Permanente, necessárias à realização das suas missões. Estas instalações são identificadas num documento específico aprovado pelo CIMIN.
2. O Estado Anfitrião tomará todas as medidas adequadas a assegurar, ao Quartel-General Permanente, a disponibilidade dos serviços necessários, em particular a electricidade, a água, o gás natural, os serviços postais, os serviços de telecomunicações (telefone e telégrafo), a recolha de resíduos e a protecção contra incêndios. As condições relativas aos serviços de apoio prestados pelo Estado Anfitrião serão adicionalmente especificadas

nos protocolos de implementação entre as competentes autoridades das Partes.

Artigo 11.º

Autorização de acesso

Após a recepção de um pedido fundamentado, o Comandante da EGF deve autorizar os funcionários do serviço competente a inspeccionar, reparar, manter, reconstruir ou transferir instalações, redes eléctricas e canalizações da infra-estrutura do Quartel-General Permanente, desde que essas actividades não constituam obstáculo ao funcionamento normal e à segurança.

Capítulo V

Protecção da informação

Artigo 12.º

Protecção da informação

1. Os princípios básicos e os requisitos mínimos de protecção da informação ou material classificados deverão ser definidos num acordo de segurança entre as Partes.
2. As Partes tomarão todas as medidas adequadas, em conformidade com as suas obrigações internacionais e a legislação e regulamentos nacionais, para proteger toda a informação ou material classificados, produzidos ou emitidos pela EUROGENDFOR.
3. A troca de informação ou material classificados com terceiros Estados ou organizações internacionais deverá ser regulada por acordos de segurança específicos, que serão negociados, assinados e aprovados pelas Partes.

Capítulo VI

Disposições relativas ao Pessoal

Artigo 13.º

Respeito pela legislação em vigor

O Pessoal da EUROGENDFOR e os membros das suas famílias devem respeitar a legislação em vigor no Estado Anfitrião ou no Estado de Acolhimento. Adicionalmente, o Pessoal da EUROGENDFOR deve abster-se de levar a cabo quaisquer actividades incompatíveis com o espírito do presente Tratado,

enquanto permanecer em território do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento.

Artigo 14.º

Entrada e permanência

No que respeita às normas relativas à imigração e às formalidades previstas na legislação que regula as condições de entrada e permanência, o Pessoal do Quartel-General Permanente e os membros das suas famílias não se encontram sujeitos às normas aplicáveis a estrangeiros em vigor no Estado Anfitrião.

Artigo 15.º

Aspectos jurídicos e médicos em caso de óbito

1. Em caso de óbito de um elemento do pessoal militar ou civil, um representante do Estado de Origem está autorizado a presenciar a autópsia, quando as autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento solicitem que esta seja realizada no âmbito de um processo judicial ou administrativo.
2. As autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento deverão autorizar a trasladação dos restos mortais para o Estado de Origem, de acordo com as normas aplicáveis em vigor no Estado Anfitrião ou no Estado de Acolhimento.

Artigo 16.º

Uniformes e armas

1. O Pessoal da EUROGENDFOR faz uso do uniforme de acordo com as respectivas normas nacionais. O Comandante da EGF pode estabelecer procedimentos específicos, quando apropriado.
2. O Pessoal da EUROGENDFOR pode deter, possuir e transportar armas, munições, outros sistemas de armas e explosivos, nos termos em que estejam autorizados a fazê-lo e em conformidade com a legislação do Estado Anfitrião e do Estado de Acolhimento.

Artigo 17.º

Cartas de condução

As cartas de condução militares emitidas por cada uma das Partes são igualmente válidas no território dos demais Estados Parte no presente Tratado,

permitindo aos titulares a condução de todos os veículos da EUROGENDFOR na respectiva categoria, quando em serviço oficial.

Artigo 18.º
Assistência Médica

1. O Pessoal da EUROGENDFOR e os membros das suas famílias beneficiam de assistência médica nas mesmas condições em que esta é garantida ao Pessoal da mesma graduação ou de categoria equivalente do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento.
2. Os cuidados médicos serão assegurados em conformidade com as modalidades definidas pelas autoridades competentes das Partes.

Capítulo VII
Privilégios e imunidades

Artigo 19.º
Impostos e direitos alfandegários

1. Quando utilizados para fins oficiais, os activos, os rendimentos e outros bens pertencentes à EUROGENDFOR, estão isentos de qualquer tipo de tributação directa.
2. A aquisição, por um valor substancial, de bens ou serviços, efectuada pela EUROGENDFOR para uso oficial, está isenta do imposto sobre o volume de negócios e de outras formas de tributação indirecta.
3. A importação de bens e mercadorias necessários para uso oficial da EUROGENDFOR está isenta de direitos alfandegários e de outras formas de tributação indirecta.
4. Os veículos da EUROGENDFOR, destinados a uso oficial, estão isentos de impostos relativos ao registo e circulação automóvel.
5. As disposições dos números 1, 2 e 3 do presente Artigo não se aplicam às Forças da EGF.
6. A aquisição e a importação de combustíveis e de lubrificantes necessários ao uso oficial da EUROGENDFOR estão isentas de direitos alfandegários e de outros impostos indirectos. Esta isenção não se aplica às aquisições e às importações efectuadas pelas Forças da EGF no seu próprio território nacional.

7. Os bens e as mercadorias adquiridos ou importados, e que se encontrem isentos ou que beneficiem do direito de reembolso, nos termos do presente Artigo, apenas podem ser cedidos ou colocados à disposição de um terceiro, a título gratuito ou oneroso, de acordo com as condições definidas pela Parte que concede as isenções ou os reembolsos.
8. Em todo o caso, não é concedida qualquer isenção à EUROGENDFOR por impostos e taxas que constituam pagamento de serviços de utilidade pública.
9. Nenhuma isenção de taxas ou impostos, de qualquer natureza, pode ser concedida na aquisição de material e equipamentos militares.

Artigo 20.º
Privilégios individuais

1. O Pessoal da EUROGENDFOR mencionado na alínea c) do Artigo 3.º, que não seja residente permanente ou nacional do Estado Anfitrião, no momento da sua primeira chegada para desempenhar funções nesse Estado, pode – no prazo de um ano a partir do momento da sua primeira chegada e num máximo de duas remessas – importar do Estado da sua última residência ou do Estado da sua nacionalidade os seus bens e mobiliário pessoais, incluindo um veículo motorizado, com isenção de direitos alfandegários e de outros impostos indirectos, ou adquirir, isentos de imposto sobre o volume de negócios, tais bens por um valor substancial no Estado Anfitrião.
2. As disposições do número 1 do presente Artigo apenas se aplicarão ao pessoal destacado pelo período mínimo de um ano.
3. Para aplicação das disposições do presente Artigo, o elemento do pessoal em causa deverá apresentar um requerimento às autoridades do Estado Anfitrião, no prazo de um ano após a sua primeira chegada.
4. Os bens que tenham sido importados livres de impostos ao abrigo do número 1 do presente Artigo podem ser reexportados gratuitamente.
5. Os veículos motorizados referidos no número 1 do presente Artigo e os que se encontrem registados noutro Estado-Membro da União Europeia, até ao limite de um veículo por cada elemento do pessoal acima mencionado, estão isentos de impostos relativos ao registo e circulação automóvel, durante o período em que esse elemento se encontre em serviço no Estado Anfitrião.

Artigo 21.º
Inviolabilidade das instalações, dos edifícios e dos arquivos

1. As instalações e os edifícios da EUROGENDFOR são invioláveis no território das Partes.
2. As autoridades das Partes não podem entrar nas instalações e nos edifícios, referidos no número 1 do presente Artigo, sem o consentimento prévio do Comandante da EGF ou, quando aplicável, do Comandante da Força da EGF. Presume-se o consentimento em caso de catástrofe natural, de incêndio ou de qualquer outra ocorrência que exija medidas de protecção e socorro imediatas. Noutros casos, o Comandante da EGF ou, quando aplicável, o Comandante da Força da EGF, deverá ponderar seriamente um pedido de autorização, proveniente das autoridades das Partes, para entrar nas instalações e nos edifícios, sem prejuízo dos interesses da EUROGENDFOR.
3. Os arquivos da EUROGENDFOR são invioláveis. A inviolabilidade dos arquivos estende-se a todos os registos, correspondência, manuscritos, fotografias, filmes, gravações, documentos, dados informáticos, ficheiros informáticos ou qualquer outro dispositivo de armazenamento de dados pertencente à EUROGENDFOR, ou na posse desta, independentemente do local onde se encontrem no território das Partes.

Artigo 22.º

Imunidade de execução

A propriedade e os fundos da EUROGENDFOR, bem como os bens que tenham sido colocados à sua disposição para fins oficiais, independentemente do local onde se encontrem e de quem seja o seu detentor, deverão beneficiar de imunidade relativamente a todas as medidas executivas em vigor no território das Partes.

Artigo 23.º

Aspectos relativos a comunicações

1. As Partes tomarão todas as medidas razoáveis destinadas a assegurar a boa transmissão das comunicações oficiais da EUROGENDFOR.
2. A EUROGENDFOR tem o direito de receber e transmitir mensagens encriptadas, bem como de enviar e receber correspondência e encomendas oficiais por correio ou em embalagens seladas, não podendo os mesmos ser abertos ou confiscados.
3. As comunicações endereçadas à EUROGENDFOR, ou recebidas pela mesma, não podem ser objecto de interceptação ou interferência.

Artigo 24.º
Domicílio fiscal

No que respeita aos impostos sobre o rendimento e sobre o património, o Pessoal do Quartel-General Permanente que estabeleça a sua residência no Estado Anfitrião, apenas por motivos do exercício das suas funções ao serviço do Quartel-General Permanente, será considerado como mantendo o seu domicílio fiscal, para efeitos de impostos, no Estado de Origem responsável pelo pagamento das remunerações devidas pelo serviço prestado no Quartel-General Permanente. A presente disposição aplica-se igualmente aos membros da família que não exerçam actividades profissionais ou comerciais no Estado Anfitrião.

Capítulo VIII
Disposições em matéria de jurisdição penal e disciplinar

Artigo 25.º
Jurisdição penal e disciplinar

1. As autoridades do Estado de Origem terão o direito de exercer toda a jurisdição penal e disciplinar, que lhes é conferida pela legislação do Estado de Origem, sobre o pessoal militar e civil, quando este último esteja sujeito à legislação aplicável a todas ou qualquer uma das forças policiais com estatuto militar do Estado de Origem, em razão da sua projecção com aquelas forças.
2. As autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Origem terão o direito de exercer jurisdição sobre o pessoal militar e civil e os membros das suas famílias, relativamente às infracções cometidas nos respectivos territórios e que sejam puníveis pela legislação desse Estado.
3. As autoridades do Estado de Origem terão o direito de exercer jurisdição exclusiva sobre o pessoal militar e civil, quando este último esteja sujeito à legislação aplicável a todas ou qualquer uma das forças policiais com estatuto militar do Estado de Origem, em razão da sua projecção com aquelas forças, relativamente a infracções, incluindo as referentes à sua segurança, puníveis pela legislação do Estado de Origem, mas não pela legislação do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento.
4. As autoridades do Estado Anfitrião e do Estado de Acolhimento terão o direito de exercer jurisdição exclusiva sobre o pessoal militar e civil e os membros das suas famílias relativamente às infracções, incluindo as referentes à sua segurança, puníveis pela legislação do Estado de Acolhimento, mas não pela legislação do Estado de Origem.

5. Nos casos de jurisdição concorrente, deverão aplicar-se as seguintes regras:
 - a) As autoridades competentes do Estado de Origem deverão ter o direito de exercer prioritariamente a sua jurisdição sobre o pessoal militar e civil quando este último esteja sujeito à legislação aplicável a todas ou qualquer uma das forças policiais com estatuto militar do Estado de Origem, em razão da sua projecção com aquelas forças, relativamente às:
 - i) Infracções exclusivamente contra o património ou segurança desse Estado, ou infracções unicamente contra as pessoas ou propriedade do pessoal militar ou civil desse Estado ou de um membro da sua família;
 - ii) Infracções resultantes de todo e qualquer acto ou omissão cometidos no exercício de serviço oficial;
 - b) No caso de qualquer outra infracção, as autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento deverão ter o direito de exercer prioritariamente a sua jurisdição;
 - c) Se o Estado com direito de exercer prioritariamente a sua jurisdição decidir não a exercer, deverá notificar, logo que possível, as autoridades do outro Estado. As autoridades do Estado com direito de exercer prioritariamente a sua jurisdição deverão examinar com espírito de boa vontade os pedidos de renúncia a esse direito, apresentados pelas autoridades do outro Estado, nos casos em que este último Estado considere que tal renúncia se reveste de particular importância.
6. Para os efeitos do previsto nos números 3, 4 e 5 do presente Artigo, são consideradas como sendo infracções cometidas contra a segurança de um Estado:
 - a) Traição contra o Estado;
 - b) Sabotagem, espionagem ou violação de normas relativas a segredos de Estado ou a informações secretas relativas à defesa nacional desse Estado.
7. As disposições do presente Artigo não implicarão para as autoridades do Estado de Origem qualquer direito de exercer jurisdição sobre os cidadãos nacionais do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento, ou que neles residam habitualmente, a menos que sejam elementos da força do Estado de Origem.

Artigo 26.º
Auxílio judiciário mútuo

1. As Partes deverão auxiliar-se mutuamente na detenção de elementos de uma força ou da sua componente civil ou de membros das suas famílias, no território do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento, bem como na apresentação dos mesmos à autoridade competente para exercer a jurisdição, em conformidade com as disposições supracitadas.
2. As autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento deverão notificar prontamente as autoridades militares do Estado de Origem sobre a detenção de qualquer elemento de uma força ou da sua componente civil ou de membros das suas famílias.
3. A custódia de um elemento de uma força ou da sua componente civil sobre quem recaia uma acusação e sobre o qual o Estado Anfitrião ou o Estado de Acolhimento decida exercer o seu direito de jurisdição, deverá, se aquele elemento estiver à guarda do Estado de Origem, manter-se com esse Estado até ser formalmente acusado pelo Estado Anfitrião ou pelo Estado de Acolhimento.
4. As Partes deverão auxiliar-se mutuamente na realização de todas as investigações relativas às infracções, bem como na recolha e na produção de prova, incluindo a apreensão e, quando apropriado, a entrega dos objectos relacionados com a infracção. A entrega desses objectos pode, contudo, ser sujeita a devolução no prazo definido pela autoridade que procedeu à sua entrega.
5. Nos casos de jurisdição concorrente, as Partes informar-se-ão reciprocamente sobre o andamento dado aos respectivos processos.
6. As autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento deverão examinar com espírito de boa vontade os pedidos de auxílio das autoridades do Estado de Origem, no sentido de penas privativas da liberdade decretadas pelas autoridades do Estado de Origem serem executadas no território do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento, nos termos do presente Artigo.

Artigo 27.º

Repatriamento, ausência e afastamento

1. Quando um elemento do Pessoal da EUROGENDFOR deixar de estar ao serviço da sua força e não tenha sido repatriado, as autoridades do Estado de Origem deverão notificar imediatamente as autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento e fornecer toda a informação considerada útil.
2. As autoridades do Estado de Origem deverão informar, igualmente, as autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento sobre qualquer ausência ilegal do serviço que exceda os vinte e um dias.
3. Se o Estado Anfitrião ou o Estado de Acolhimento requerer o afastamento do seu próprio território de elementos do Pessoal da EUROGENDFOR ou

tenha sido emitida uma ordem de expulsão para elementos do Pessoal da EUROGENDFOR ou membros das suas famílias, as autoridades do Estado de Origem deverão acolhê-los no seu território, ou permitir que abandonem o território do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento.

Capítulo IX

Responsabilidade por danos

Artigo 28.º

Renúncia

1. Cada uma das Partes renunciará a todos os pedidos de reparação contra qualquer outra Parte, por danos causados em bens de que é proprietária, no âmbito da preparação e execução de tarefas mencionadas no presente Tratado, incluindo exercícios, se tais danos:
 - a) Tiverem sido causados por Pessoal da EUROGENDFOR, no exercício das suas funções no âmbito do presente Tratado; ou
 - b) Resultarem da utilização de qualquer veículo, navio, aeronave, arma ou outro equipamento pertencente à outra Parte e utilizado ao seu serviço, desde que o veículo, o navio, a aeronave, a arma ou o equipamento causador do dano estivesse a ser utilizado no âmbito do presente Tratado ou que os danos tenham sido causados em bens que estivessem a ser utilizados no mesmo âmbito.
2. Cada uma das Partes renunciará a todos os pedidos de reparação contra qualquer outra Parte, em caso de ferimentos ou morte de Pessoal da EUROGENDFOR no exercício das suas funções oficiais.
3. A renúncia mencionada nos números 1 e 2 do presente Artigo não se aplicará, no caso de o dano, o ferimento ou a morte resultarem de negligência grosseira ou conduta dolosa do pessoal de uma das Partes, caso em que a reparação pelo dano, ferimento ou morte será consequentemente da responsabilidade dessa Parte.
4. Não obstante a excepção mencionada no número 3 do presente Artigo, cada Parte renuncia aos pedidos de indemnização nos casos em que o dano seja inferior a um valor a ser definido pelo CIMIN.

Artigo 29.º

Danos causados a terceiros

1. Em caso de danos causados a terceiros ou em bens pertencentes a terceiros por um elemento ou bem pertencente a uma das Partes, na preparação e execução das missões previstas no presente Tratado,

incluindo exercícios, a reparação dos referidos danos será repartida entre as Partes, de acordo com o disposto nos acordos ou protocolos de implementação mencionados no Artigo 45.º e em conformidade com as seguintes disposições:

- a) Os pedidos de reparação serão apresentados, analisados e negociados ou decididos, em conformidade com a legislação e os regulamentos do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento, no que respeita aos pedidos de reparação decorrentes das actividades da EUROGENDFOR;
 - b) O Estado Anfitrião ou o Estado de Acolhimento poderão negociar ou decidir qualquer um dos referidos pedidos de reparação, sendo o pagamento dos montantes acordados ou decididos efectuado pelo Estado Anfitrião ou pelo Estado de Acolhimento, em Euros;
 - c) Este pagamento, resultante de acordo ou de sentença proferida por tribunal competente do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento, ou a decisão definitiva de tribunal competente que recuse o pagamento, terá carácter definitivo e obrigatório para as Partes envolvidas;
 - d) Cada uma das indemnizações pagas pelo Estado Anfitrião ou pelo Estado de Acolhimento deverá ser comunicada aos Estados de Origem envolvidos, juntamente com uma informação detalhada e uma proposta de repartição elaborada em conformidade com o presente Artigo. Na falta de resposta no prazo de dois meses, a proposta de repartição será considerada como aceite.
2. Contudo, se os referidos danos resultarem de negligência grosseira ou de conduta dolosa do pessoal de uma das Partes, os custos resultantes da sua reparação serão suportados exclusivamente por essa Parte.
 3. Nenhum elemento do Pessoal da EUROGENDFOR será sujeito a qualquer procedimento visando a execução de sentença contra si proferida no Estado Anfitrião ou no Estado de Acolhimento, por uma situação resultante do desempenho de um serviço oficial.
 4. Sem prejuízo da responsabilidade individual, no caso de danos causados a terceiros ou em bens pertencentes a terceiros, por uma pessoa ou bem pertencente a uma das Partes, fora do exercício de funções oficiais, os respectivos pedidos de reparação serão tratados do seguinte modo:
 - a) As autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento examinarão o pedido de reparação e avaliarão, de forma justa e equitativa, a indemnização devida ao requerente, tendo em conta todas as circunstâncias do caso, incluindo a conduta do lesado, devendo elaborar um relatório sobre o assunto;
 - b) O relatório será remetido às autoridades do Estado de Origem, que decidirão então, sem demora, se concedem um pagamento a título voluntário, e, nesse caso, em que montante;
 - c) Se for feita uma proposta de pagamento a título voluntário, e esta for aceite pelo requerente a título de reparação integral pelos danos sofridos, as autoridades do Estado de Origem efectuarão elas mesmas

- o pagamento e notificarão as autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento da sua decisão e do montante pago;
- d) O disposto no presente número não prejudica, em caso algum, a jurisdição dos tribunais do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento, em caso de interposição de uma acção contra o Pessoal da EUROGENDFOR, a menos que ou até que tenha sido efectuado o pagamento correspondente à integral satisfação do pedido de reparação dos danos.

Artigo 30.º

Análise das circunstâncias

Sem prejuízo do disposto no Artigo 31.º do presente Tratado, em caso de dúvida sobre se os danos foram causados ou não no exercício de funções oficiais, o CIMIN tomará uma decisão, após ter analisado o relatório circunstanciado elaborado pelo Comandante da EGF.

Artigo 31.º

Exercícios e operações

Em caso de um exercício ou de uma operação a realizar no território de um terceiro Estado, o método de distribuição das compensações entre as Partes e, quando apropriado, os Estados Contribuintes, pode ser especificado num acordo *ad hoc* que regule o exercício ou a operação.

Artigo 32.º

Peritos técnicos ou científicos

As disposições constantes dos Capítulos VIII e IX do presente Tratado aplicar-se-ão igualmente ao cidadão de uma das Partes, que, não sendo membro do pessoal militar ou civil, desempenhe uma missão específica de natureza técnica ou científica no âmbito da EUROGENDFOR e apenas durante o período dessa missão.

Capítulo X

Disposições financeiras e relativas a direitos de propriedade

Artigo 33.º

Conselho Financeiro

1. É criado um Conselho Financeiro, composto por um perito financeiro nomeado por cada uma das Partes.
2. O Conselho Financeiro desempenha as seguintes funções:
 - a) Assessorar o CIMIN sobre assuntos financeiros e orçamentais;
 - b) Implementar os procedimentos financeiros, contratuais e orçamentais, e propor, quando necessário, alterações à fórmula de repartição de custos, a submeter à aprovação do CIMIN;
 - c) Analisar o projecto de orçamento e o planeamento de despesas a médio prazo, propostos pelo Comandante da EGF e a submeter à aprovação do CIMIN;
 - d) Analisar o relatório anual relativo ao balanço final das despesas anuais elaborado pelo Comandante da EGF e assessorar o CIMIN quanto à sua adopção;
 - e) Em caso de emergência, aprovar despesas extraordinárias que não excedam 10% da respectiva rubrica, por delegação do CIMIN. O Conselho Financeiro apresentará o respectivo relatório na reunião seguinte do CIMIN;
 - f) Resolver os litígios financeiros. Se o Conselho Financeiro não conseguir resolver o litígio, o assunto será remetido ao CIMIN para resolução;
 - g) Propor ao CIMIN a realização de auditorias aos custos comuns da EUROGENDFOR. O CIMIN determinará a forma como as auditorias deverão ser conduzidas.
3. As regras de funcionamento do Conselho Financeiro e o calendário para apresentação, análise e aprovação do projecto de orçamento da EUROGENDFOR serão definidos em regras financeiras a aprovar pelo CIMIN.

Artigo 34.º *Despesas*

1. Existem três tipos de despesas referentes às actividades da EUROGENDFOR:
 - a) Custos comuns;
 - b) Despesas do Estado Anfitrião relativas ao Quartel-General Permanente;
 - c) Despesas nacionais.
2. Os diferentes tipos de despesas e a sua forma de financiamento serão definidos em regras financeiras da EUROGENDFOR a aprovar pelo CIMIN.

Artigo 35.º *Orçamento*

1. O orçamento anual dos custos comuns da EUROGENDFOR, calculado em Euros, deverá compreender receitas e despesas.

2. As despesas consistem, por um lado, nos custos de investimento e custos operacionais do Quartel-General Permanente e, por outro, nas despesas aprovadas pelas Partes relativas às actividades da EUROGENDFOR.
3. As receitas resultam das contribuições das Partes, de acordo com os critérios a definir por estas nas regras financeiras da EUROGENDFOR.
4. O exercício financeiro tem início a 1 de Janeiro e termina a 31 de Dezembro.

Artigo 36.º *Auditorias*

Visando assegurar as funções de auditoria perante os Governos nacionais e informar os respectivos parlamentos, de acordo com os correspondentes regimentos, os auditores nacionais podem obter toda a informação e analisar todos os documentos na posse do Pessoal da EUROGENDFOR.

Artigo 37.º *Concursos públicos*

1. A EUROGENDFOR pode submeter contratos a concurso público de acordo com os princípios em vigor na União Europeia.
2. As normas da União Europeia relativas a concursos públicos aplicam-se sob as seguintes condições:
 - a) O Comandante da EGF é a pessoa responsável por submeter os contratos a concurso público;
 - b) A decisão de adjudicação do contrato pode ser objecto de recurso, isento de custos, para o CIMIN, que decidirá no prazo máximo de um mês.
3. Sem prejuízo do disposto nos números 1 e 2 do presente Artigo, estão excluídos de participar nos concursos públicos os candidatos que:
 - a) Forneçam bens ou serviços provenientes de um Estado com o qual uma das Partes não mantenha relações diplomáticas;
 - b) Directamente ou indirectamente prossigam objectivos que uma das Partes considere contrários aos seus interesses essenciais em matéria de segurança ou de política externa.

Capítulo XI Disposições finais

Artigo 38.º
Línguas

As línguas oficiais da EUROGENDFOR são as línguas oficiais das Partes. Uma língua de trabalho comum pode ser utilizada.

Artigo 39.º
Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia entre as Partes relativa à interpretação ou à aplicação do presente Tratado será solucionada através de negociação.

Artigo 40.º
Emendas

1. O presente Tratado poderá, a qualquer momento, e mediante proposta de uma Parte, ser objecto de revisão, com o acordo de todas as Partes.
2. Qualquer emenda entrará em vigor nos termos previstos no Artigo 46.º do presente Tratado.

Artigo 41.º
Denúncia

1. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Tratado mediante notificação prévia, por escrito, ao depositário.
2. A denúncia produzirá os seus efeitos doze meses após a data de recepção da notificação de denúncia pelo depositário, ou, se for o caso, em data posterior especificada na notificação de denúncia.

Artigo 42.º
Adesão

1. Qualquer Estado-Membro da União Europeia que possua uma força policial com estatuto militar poderá requerer ao CIMIN a adesão ao presente Tratado. Após receber a aprovação das Partes, em conformidade com o disposto no Artigo 7.º, número 5, alínea a), o CIMIN notificará o Estado requerente da decisão das Partes.
2. A adesão será realizada através do depósito de um instrumento de adesão junto do depositário do Tratado, o qual deverá notificar cada uma das Partes, bem como o Estado aderente, da data de depósito do referido instrumento.

3. Relativamente a qualquer Estado em nome do qual foi depositado um instrumento de adesão, o presente Tratado entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês após a notificação do depositário a todas as Partes.

Artigo 43.º

Estatuto de Observador

1. Os Estados candidatos à União Europeia que possuam uma força policial com estatuto militar poderão requerer o Estatuto de Observador. Os Estados-Membros da União Europeia que tenham uma força policial com estatuto militar poderão igualmente requerer o Estatuto de Observador como primeiro passo para a adesão.
2. O Estatuto de Observador confere o direito de destacar um oficial de ligação para o Quartel-General Permanente, em conformidade com as regras aprovadas pelo CIMIN.

Artigo 44.º

Estatuto de Parceiro

1. Os Estados-Membros da União Europeia e os Estados candidatos à União Europeia que possuam uma força com estatuto militar e algumas competências policiais poderão requerer o Estatuto de Parceiro.
2. O CIMIN definirá os direitos e deveres específicos dos Parceiros.

Artigo 45.º

Acordos ou protocolos de implementação

O presente Tratado pode ser complementado por um ou mais acordos ou protocolos de implementação específicos.

Artigo 46.º

Entrada em vigor

O presente Tratado entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês após a notificação feita pelo depositário a todas as Partes do depósito do último instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação.

Artigo 47.º
Depositário

O Governo da República Italiana será o depositário e notificará todos os Estados signatários e aderentes do depósito de cada instrumento de ratificação, aceitação, aprovação, adesão ou denúncia.

Assinado em Velsen, aos dezoito dias do mês de Outubro de 2007, num único exemplar original nas línguas espanhola, francesa, italiana, neerlandesa, portuguesa e inglesa, fazendo todos os textos igualmente fé. O original será depositado junto do Governo da República Italiana. O Governo da República Italiana remeterá cópias certificadas a todas as Partes.

Pelo Reino de Espanha:

Pela República Francesa:

Pela República Italiana:

Pelo Reino dos Países Baixos:

Pela República Portuguesa:

DECLARAÇÃO DE INTENÇÕES

1. ÂMBITO

A fim de contribuir para o desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e de Defesa e para a criação de uma área de liberdade, segurança e justiça, a França, Itália, Holanda, Portugal e Espanha, todos com Forças de Segurança com estatuto militar, com capacidade para efectuar, conforme as conclusões de Conselho Europeu de Nice missões de substituição ou reforço das forças de polícia locais, propõem:

- Contribuir para dotar a Europa com uma maior capacidade para conduzir todas as missões de polícia em operações de gestão de crises. No quadro da declaração de Petersberg, com uma particular atenção para as missões de substituição;
- Oferecer uma estrutura operacional multinacional aos países que tenham intenção de se juntar às operações da União Europeia;
- Participar em iniciativas das organizações internacionais no domínio da gestão de crises.

Para este fim, os países acima mencionados decidem criar uma força de “Gendarmerie”, denominada EUROGENDFOR (FGE), que será operacional, pré-estruturada, robusta e dotada de capacidade de reacção rápida para assegurar todas as tarefas de polícia.

Nas operações de gestão de crises, a FGE assegurará uma presença efectiva com outros actores, incluindo a componente militar e a Polícia local. Tudo isto, para facilitar a reactivação dos meios de segurança, em particular durante a transição entre fase militar e a fase civil de uma operação.

As operações em que participe a EGF estarão abertas à participação de países com terceiros com capacidades policiais apropriadas.

2. MISSÕES

As Unidades da FGE devem poder ser colocadas numa cadeia de comando que pode evoluir no decurso de uma missão, tendo em conta as fases de uma operação. Tais unidades podem ser colocadas numa cadeia de comando militar ou às ordens de uma autoridade civil, a fim de garantir as missões de segurança, de manutenção da ordem pública e de polícia judiciária.

A FGE deve poder cobrir todos os aspectos de uma operação de gestão de crises:

- Na fase inicial, a FGE poderá entrar no Teatro de Operações (TO), acompanhando a força militar para assegurar missões de polícia;

- Na fase de transição, a FGE poderá continuar a sua missão sozinha ou no seio de uma força militar para facilitar a coordenação e cooperação com unidades de polícia local ou internacionais;
- Na fase de desempenho militar, essa força poderá facilitar a passagem a transmissão de responsabilidades para uma autoridade civil ou para qualquer organização, participando, se necessário, nos esforços de cooperação;

Na prevenção de crises, esta força poderá ser projectada só ou em conjunto com uma força militar.

De acordo com mandato de cada operação, a FGE poderá assegurar um largo espectro de tarefas relacionadas com as suas capacidades de força de polícia, tais como:

- Execução de missões de manutenção da ordem e segurança públicas;
- Monitorização e assistência à polícia local na sua actividade quotidiana, incluindo a investigação criminal;
- Condução de operações de vigilância, controlo de tráfico de ilícitos, polícia de fronteiras e informações;
- Execução de acções de investigação criminal, nomeadamente detecção de actos de delinquência, seus vestígios e entrega de delinquentes às autoridades judiciais competentes;
- Protecção da população e dos bens e manutenção da ordem em caso de manifestações públicas;
- Formação de oficiais de polícia de acordo com padrões internacionais;
- Formação de instrutores, em particular através de programas de cooperação.

3. QUADRO DE EMPREGO

A FGE será composta principalmente pelas mesmas forças que as declaradas no catálogo dos objectivos globais de Helsínquia, pelos Estados-Membros e as participantes na capacidade de gestão civil de crises decidida na conferência de Bruxelas de 19 de Novembro de 2001. Por esta razão, ela ficará prioritariamente à disposição da União Europeia. Neste caso, o Comité Político de Segurança (COPS), assegurará o controlo político e a direcção estratégica.

A FGE poderá, igualmente, ser posta à disposição da ONU, da OSCE, da OTAN ou outras organizações internacionais, bem como de uma coligação *ad-hoc*.

As operações da FGE deverão ser planificadas tendo em conta a necessidade de manter uma estreita coordenação com os organismos militares e/ou civis. Quando a FGE estiver integrada numa força

militar, deve manter uma ligação funcional com as autoridades de polícia locais e internacionais presentes no TO.

O emprego da FGE em operações, necessitará de ser precedida de uma decisão comum pelo conjunto dos Estados participantes.

4. ESTRUTURA DO COMANDO

Um Comité Interministerial de Alto Nível¹, composto por representantes dos ministérios responsáveis de cada país, assegura a coordenação político-militar, nomeia o Comandante da FGE, dá-lhe directivas e fixa as condições de emprego.

Este Comité será assessorado por grupos de trabalho.

As estruturas e procedimentos que permitirão a implementação prática das decisões dos Estados participantes, bem como as condições de emprego, serão precisadas ulteriormente.

A FGE terá à sua disposição:

Um Quartel-General² multinacional, modular e projectável. Este Quartel-General permanente será comandado pelo Comandante da FGE e será constituído por núcleo multinacional, que poderá ser reforçado de acordo com as necessidades e por acordo entre os Países participantes.

O Quartel-General tratará do planeamento operacional e, a pedido contribuirá para o processo de decisão estratégica.

Será baseado em Itália e os postos-chave serão sujeitos a uma regra de rotação.

Na preparação de uma operação, os Estados participantes designarão um Comandante da Força para a missão atribuída à FGE. O Estado-Maior permanente da FGE, agirá como um Estado-Maior “pai”, relativamente ao Estado-maior do Comandante da Força. Em função da situação, será definida qual a participação do Estado-Maior permanente, na cadeia de comando.

5. ORGANIZAÇÃO DA FORÇA

Em caso de uma operação, uma Unidade da FGE, pode integrar para complementar o Estado-Maior:

- **Uma componente operacional**, dedicada a missões de segurança pública em geral e à manutenção da ordem pública;
- **Uma componente de luta contra a criminalidade** incluindo especialistas em investigação criminal, pesquisa, análise e processamento de informações, protecção e assistência de

¹ Ver anexo A (Composição deste Comité)

² Ver anexo B (Quartel-General)

pessoas, controlo de tráfico, inactivação de engenhos explosivos, luta anti-terrorista e outros crimes graves e outros especialistas.

Esta Unidade é constituída por módulos e especialistas nomeados para a EGF.

- **Uma componente de apoio logístico** com capacidade para assegurar todas as missões relativas a abastecimento, reabastecimento, manutenção, reparação ou evacuação de equipamento, transporte e assistência médica. Em caso de necessidade, algumas destas funções poderão asseguradas por outros intervenientes.

Os Estados participantes deverão definir periodicamente as forças dedicadas em termos de capacidade e designação nominal definitiva no momento oportuno.

As Unidades serão atribuídas “a pedido” à EGF.

A EGF possuirá uma capacidade inicial de reacção rápida de cerca de 800 elementos num período de 30 dias.

Cada Estado participante conservará a sua liberdade total para decidir se estas Unidades participarão numa dada operação da EGF.

6. FORMAÇÃO

Os níveis operacionais das Unidades da EGF serão fixados pelo Comité Interministerial de Alto Nível.

A obtenção e a manutenção desse nível são uma responsabilidade nacional. A preparação deverá ter em consideração os objectivos anuais propostos pelo Comandante da EGF e aprovados pelo Comité Interministerial de Alto Nível.

Um exercício de aperfeiçoamento multinacional organizado pela EGF deverá permitir atingir um nível necessário de interoperabilidade. Este programa será objecto de proposta pelo Comandante da EGF e validado por um grupo de trabalho previsto para o efeito.

7. ASPECTOS FINANCEIROS E ADMINISTRATIVOS E APOIO LOGÍSTICO

Financiamento e Apoio ao QG Permanente da EGF

Cada Estado Participante sustentará as despesas provenientes da sua participação na EGF.

Os custos comuns serão divididos proporcionalmente entre os Estados Participantes.

O apoio à estrutura do QG permanente será providenciado pela Itália e será objecto de um acordo técnico entre os Estados Participantes, os quais também fixarão as modalidades de reembolso dos custos comuns.

Os Estados Participantes providenciarão um orçamento para os custos permanentes da EGF. O quantitativo das contribuições para o orçamento será fixado anualmente pelos Estados Participantes.

O orçamento anual será elaborado pelo Comandante do QG da EGF e terá que ser aprovado pelo Comité de Interdepartamental de Alto Nível. Cada Estado Participante poderá designar um perito financeiro para aconselhamento nos aspectos orçamentais e supervisão das despesas.

Apoio durante as operações

O financiamento (para os assuntos operacionais) será providenciado pelo contributo dos Estados e, quando apropriado, pela UE, ONU e/ou outras organizações internacionais.

Interoperabilidade

Os Estados Participantes providenciarão para que possa ser alcançada uma melhoria da interoperabilidade entre as suas forças.

8. LÍNGUA

Serão utilizadas as línguas oficiais de cada país participante. Uma língua de trabalho comum poderá ser definida para ser utilizada.

9. ADMISSÃO

A admissão como membro da EGF será aberta aos países (e candidatos) da União Europeia que possuam uma força de polícia com estatuto militar.

A seu pedido, podem ser admitidos na EGF, após a concordância dos outros Estados participantes e logo que tenham aprovado os termos da presente declaração.

No seu pedido, os Estados Membros Candidatos à UE que possuam forças policial com natureza militar podem obter um estatuto de Observador destacando um oficial de ligação para o QG.

Com o respeito devido ao estatuto militar, podem ser revistas as condições de admissão, a pedido de um dos Estados Participantes e com o acordo de todos os outros.

10. ASPECTOS LEGAIS

Os Estados Participantes concluirão um Tratado para estabelecer as funções exactas e estatutos da EGF e de seus membros.

Antes da entrada em vigor desse Tratado, os Estados Participantes reconhecem a aplicação às suas forças, das providências do acordo entre os membros da NATO, relativamente ao estatuto das suas forças, assinado em Londres, a 16 de Junho de 1951.

11. ACORDOS ESPECÍFICOS

As disposições acima referidas e as medidas necessárias para melhor organizar as relações entre os Estados participantes em aspectos concretos, serão objecto de acordos específicos.

ANEXO A Composição do Comité Interministerial de Alto Nível

França	Representantes dos Ministérios da Defesa e Negócios Estrangeiros
Itália	Representantes dos Ministérios da Defesa e Negócios Estrangeiros
Holanda	Representantes dos Ministérios da Defesa e Negócios Estrangeiros
Portugal	Representantes dos Ministérios da Administração Interna e Negócios Estrangeiros
Espanha	Representantes dos Ministérios da Defesa, do Interior e Negócios Estrangeiros

Anexo B

QUARTEL-GENERAL DA EGF

O Quartel-General (QG) da EGF será composto por um núcleo permanente, com sede em Vicenza (Itália), que poderá ser reforçado, se necessário, por outro efectivo.

O QG da EGF, deverá ficar estabelecido durante o ano de 2005 e os preparativos para a sua concretização deverão ser iniciados a partir do Outono de 2004.

Os Estados Participantes definirão os pormenores do QG, tendo em conta os seguintes postos chave: - Comandante (Oficial de nível 6/5); Segundo Comandante (Oficial de nível 5); Chefe de Estado-Maior (Oficial de nível 4); Chefe da Secção de Operações/Informações – ACOS OPS/INT (Oficial de nível 4); Chefe do Apoio – ACOS Support, (Oficial de nível 4).

As contribuições dos Estados Participantes serão as seguintes:

	OFICIAIS	SARGENTOS
FRANÇA	4	2
ITÁLIA	5	6
HOLANDA	2	2
PORTUGAL	2	1
ESPANHA	2	3
Total	15	14

(nestes quantitativos não está incluído o Comandante)

Igualmente serão especificados os critérios para definir a proporção e o sistema de rotação.

O Quartel-General encarregar-se-á de:

- Supervisionar as áreas de possível intervenção operacional;
- Planificar as operações da EGF;
- Definir as necessidades operacionais;
- Preparar os Planos de Contingência;
- Planificar e dirigir os exercícios conjuntos;
- Avaliar as actividades, e colocar em prática as lições aprendidas com a experiência;
- Preparar um adequado sistema de apoio logístico;
- Assessorar os Estados Participantes para melhorar a interoperabilidade entre as unidades e outras forças;
- Projectar um Quartel-General (QG) para o Comando de uma força da EGF;
- A pedido, contribuir para o processo de tomada de decisões a nível estratégico;